

FICÇÕES

JORGE LUIS BORGES

COLECÇÃO NOVIS

BIBLIOTECA VISÃO – 13

A obra de Jorge Luís Borges marcou de forma indelével a literatura do século XX e perdura como monumento de inteligência e imaginação. Nas narrativas de *Ficções*, a realidade surge entre mundos inventados e multiplica-se no labirinto das palavras.

Há bibliotecas de livros nunca escritos, mas tão existentes como a necessidade de compreender os paradoxos e o tempo, cujos limites são os olhares diversos do ser humano. E ficam nestas páginas a poesia, o ensaio, a filosofia, o registo dos meandros percorridos num universo sem fim, que foi e continuará a ser o nosso presente.

Título original: Ficciones

Autor: Jorge Luis Borges

Tradução: José Colaço Barreiros

Edição cedida por Editorial Teorema, Lda.

2000 BIBLIOTEX, S. L.

para esta edição

ABRIL/CONTROLJORNAL

Impressão: Abril de 2000

Controljornal/Edipresse

A Esther Zemborain de Torres

Índice

O jardim dos caminhos que se bifurcam

Prólogo	07/0
Tlón, Uqbar, Orbis Tertius	09/0
Pierre Menard, autor do Quixote	26/1
As ruínas circulares	33/1
A loteria na Babilónia	39/1
Análise da obra de Herbert Quain	45/2
A Biblioteca de Babel	50/2
O jardim dos caminhos que se bifurcam .	58/2

Artifícios

Prólogo	70/3
Funes ou a Memória	73/3
A forma da espada	81/3
Tema do traidor e do herói	86/3
A morte e a bússola	90/3
O milagre secreto	101/4
Três versões de Judas	107/4
O Fim	112/4
A seita da Fénix	115/4
O Sul	118/4

**O jardim dos caminhos que se bifurcam
(1941)**

Prólogo

As sete peças deste livro não requerem elucidação de maior. A sétima (O jardim dos caminhos que se bifurcam) é policial; os seus leitores assistirão à execução e a todos os preliminares de um crime, cujo propósito não ignoram mas que não compreenderão, julgo eu, até ao último parágrafo. As outras são fantásticas, uma - A loteria na Babilónia - não é de modo nenhum inocente de simbolismo. Não sou o primeiro autor da narrativa A biblioteca de Babel; os curiosos da sua história e pré-história podem consultar certa página do número 59 de SUR, que regista os nomes heterogêneos de Leucipo e de Lassitz, de Leis Carroll e de Aristóteles. Em As ruínas circulares tudo é irreal; em Pierre Menard, autor do Quixote é-o o destino que o protagonista se impõe a si próprio. A lista dos escritos que lhe atribuo não é muito divertida mas não é arbitrária; é um diagrama da sua história mental...

Desvario laborioso e empobrecedor é o de compor vastos livros; o de espalhar por quinhentas páginas uma ideia cuja perfeita exposição oral cabe em poucos minutos. Melhor procedimento é simular que esses livros já existem e oferecer um resumo, um comentário. Assim procedeu Carlyle em Sartor Resartus; e igualmente Butler em The Fair Haven; obras que têm a imperfeição de serem também livros, e não menos tautológicos que os outros. Mais razoável, mais inepto, mais mandrião, eu preferi a escrita de notas sobre livros imaginários. São elas Tlón, Uqbar, Orbis Tertius e a Análise da obra de Herbert Quain.

Jorge Luis Borges
Buenos Aires, 10 de noviembre de 1941.

Tiön, Uqbar, Orbis Tertius.**I**

Devo à conjunção de um espelho e de uma enciclopédia a descoberta de Uqbar. O espelho inquietava o fundo de um corredor numa quinta da calle Gaona, em Ramos Mejía; a enciclopédia falaciosamente chama-se *The Anglo-American Cyclopaedia* (Nova Iorque, 1917) e é uma reimpressão literal, mas também tardia, da *Encyclopaedia Britannica* de 1902. O facto ocorreu há uns cinco anos. Bioy Casares jantara comigo nessa noite e demorou-nos uma longa polémica sobre a elaboração de um romance na primeira pessoa, cujo narrador omitisse ou desfigurasse os acontecimentos e incorresse em diversas contradições, que permitissem a poucos leitores – a pouquíssimos leitores - o adivinhar uma realidade atroz ou banal. Do fundo remoto do corredor, espreitava-nos o espelho. Descobrimos (a altas horas da noite esta descoberta é inevitável) que os espelhos têm algo de monstruoso. Então Bioy Casares recordou que um dos heresiarcas de Uqbar havia declarado que os espelhos e a cópula eram abomináveis, porque multiplicam o número dos homens. Perguntei-lhe a origem desta memorável sentença e respondeu-me que *The Anglo-American Cyclopaedia* a registava no seu artigo sobre Uqbar. A quinta (que alugáramos mobilada) possuía um exemplar dessa obra. Nas últimas páginas do volume xLVI deparámos com um artigo sobre Upsala; nas primeiras do XLVII, com um sobre Ural-Altaic Languages, mas nem uma palavra sobre Uqbar. Bioy, um tanto irritado, consultou os tomos do índice. Esgotou em vão todas as versões imagináveis: Ukbar, Ucbar, Ookbar, Oukbahr... Antes de sair, disse-me que era uma região do Iraque ou da Ásia Menor. Confesso que assenti com certo incómodo. Conjecturei que esse país indocumentado e esse heresiarca anónimo eram uma ficção improvisada pela modéstia de Bioy para justificar uma frase.

O exame estéril de um dos atlas de Justus Perthes fortaleceu a minha dúvida.

No dia seguinte Bioy telefonou-me de Buenos Aires. Disse-me que tinha diante dos olhos o artigo sobre Uqbar, no volume XLVI da Enciclopédia. Não constava o nome do heresiarca, mas a notícia da sua doutrina, formulada em palavras quase idênticas às repetidas por ele, embora - talvez - literariamente inferiores. Recordara ele: *Copulation and mirrors are abominable*. O texto da Enciclopédia dizia: Para um desses gnósticos, o visível universo era uma ilusão ou (mais precisamente) um sofisma. Os espelhos e a paternidade são abomináveis (*mirrors and fatherhood are hateful*) porque o multiplicam e o divulgam. Disse-lhe, sem faltar à verdade, que gostaria de ver esse artigo. Daí a poucos dias trouxe-mo. O que me surpreendeu, porque os escrupulosos índices cartográficos da *Erdkunde* de Ritter ignoravam totalmente o nome de Uqbar.

O volume que trouxe Bioy era de facto o XLVI da *Anglo-American Cyclopaedia*. No ante-rostro e na lombada a indicação alfabética (Tor-Ups) era a do nosso exemplar, mas em vez de 917 páginas constava de 921. Estas quatro páginas adicionais compreendiam o artigo sobre Uqbar: não previsto (como deve ter notado o leitor) pela indicação alfabética. Verificámos depois que não havia outra diferença entre os volumes. Os dois (conforme creio ter referido) são reimpressões da décima *Encyclopaedia Britannica*. Bioy adquirira o seu exemplar num de muitos leilões.

Lemos com certo cuidado o artigo. A passagem recordada por Bioy era talvez a única surpreendente. O resto parecia muito verosímil, muito ajustado ao tom geral da obra e (como é natural) um tanto maçador. Ao relê-lo, descobrimos sob a sua rigorosa escrita uma impressão fundamental. Dos catorze nomes que figuravam na parte geográfica, só reconhecemos três - Khorassão, Arménia e Erzerum - interpolados no texto de maneira ambígua. Dos nomes históricos, um só: o impostor Esmerdis, o mago, invocado mais como uma metáfora. A nota parecia precisar as fronteiras de Uqbar, mas os seus nebulosos pontos de referência eram rios e crateras e cordilheiras dessa mesma região. Lemos, por exemplo, que as terras baixas de Tsai Khaldun e o delta do Axa definem a fronteira do Sul e que nas ilhas desse delta procriam os cavalos selvagens.

Isto no princípio da página 918. Na secção histórica (página 920) soubemos que devido às perseguições religiosas do século XIII, os ortodoxos procuraram refúgio nas ilhas, onde perduram ainda os seus obeliscos e onde não é raro exumar os seus espelhos de pedra. A secção lingua e literatura era curta. Um único aspecto memorável: anotava que a literatura de Uqbar era de carácter fantástico e que as suas epopeias e lendas nunca se referiam à realidade, mas às duas regiões imaginárias de Mlekhnas e de Tlón... A bibliografia enumerava quatro volumes que até agora não encontrámos, embora o terceiro – Silas Haslam: *History of the Land Called Uqbar*, 1874 - figure nos catálogos da livraria de Bernard Quaritchl. O primeiro, *Lesbare und Lesenswerthe Bemerkungen über das Land Ukkbar in Klein-Asien*, data de 1641, e é obra de Johannes Valentinus Andréa. O facto é significativo: poucos anos depois, dei com este nome nas inesperadas páginas de Quincey (*Writings*, décimo terceiro volume) e soube que era o de um teólogo alemão que nos princípios do século xvii descreveu a imaginária comunidade da Rosa-Cruz - que outros fundaram a seguir, à imitação do que ele prefigurara.

Nessa noite fomos à Biblioteca Nacional. Em vão demos que fazer a atlas, catálogos, anuários de sociedades geográficas, memórias de viajantes e historiadores: ninguém tinha estado alguma vez em Uqbar. O índice geral da enciclopédia de Bioy também não registava esse nome. No dia seguinte, Carlos Mastronardi (a quem eu contara o facto) numa livraria de Corrientes y Talcahuano reparou nas lombadas pretas e douradas da *Anglo-American Cyclopaedia*... Entrou e consultou o volume XLVI. Naturalmente, não deu com o menor indício de Uqbar.

*1. Haslam publicou também *A General History of Labyrinths*.

II

Alguma lembrança limitada e minguate de Herbert Ashe, engenheiro dos caminhos-de-ferro do Sul, deve persistir no hotel de Adrogué, no meio das efusivas madressilvas e do fundo ilusório dos espelhos. Em vida sofreu de irrerealidade, como tantos ingleses; morto, não é sequer o fantasma que já era então. Era alto e apático, e a sua canosa barba rectangular havia sido ruiva. Creio que era viúvo, sem filhos. De tantos em tantos anos ia a Inglaterra: visitar (julgo eu por umas fotografias que nos mostrou) um relógio de sol e uns carvalhos. O meu pai estreitara com ele (o verbo é excessivo) uma dessas amizades inglesas que começam por excluir as confidências e que muito em breve omitem o diálogo. Costumavam exercer um intercâmbio de livros e de jornais; costumavam defrontar-se no xadrez, taciturnamente... Lembro-me dele no corredor do hotel, com um livro de matemática na mão, fitando às vezes as cores irrecuperáveis do céu. Uma tarde, falámos do sistema duodecimal de numeração (em que o doze se escreve 10).

Ashe disse que estava precisamente a transferir não sei que tabelas duodecimais para sexagesimais (em que sessenta se escreve 10). Acrescentou que esse trabalho lhe fora encomendado por um norueguês: no Rio Grande do Sul. Há oito anos que o conhecíamos e nunca tinha mencionado a sua estadia nessa região... Falámos da vida pastoril, dos capangas, da etimologia brasileira da nossa palavra gaúcho (que alguns velhos orientais ainda pronunciam gaúcho e nada mais se disse - Deus me perdoe - sobre as funções duodecimais. Em Setembro de 1937 (não estávamos nós no hotel) Herbert Ashe morreu da rotura de um aneurisma. Dias antes, recebera do Brasil um pacote selado e registado. Era um livro em oitavo maior. Ashe deixou-o no bar, onde - meses depois - o encontrei. Pus-me a folheá-lo e senti uma ligeira vertigem de espanto que não descreverei, porque esta não é a história das minhas emoções, mas sim de Uqbar e Tlón e Orbis Tertius. Numa noite do Islão que se chama a Noite das Noites abrem-se de par em par as portas do céu e é mais doce a água nos cântaros; se essas portas se abrissem, não sentiria o que nessa tarde senti. O livro estava redigido em inglês e compunham-no 1001 páginas.

Na amarela lombada de couro li estas curiosas palavras que o ante-rosto repetia: *A First Encyclopaedia of Tlon*. Vol. XI. Hlaer to Langr. Não havia indicação de data nem de lugar. Na primeira página e numa folha de papel de seda que cobria uma das estampas a cores estava impressa uma oval azul com esta inscrição: *Orbis Tertius*. Dois anos antes eu descobrira num tomo de certa enciclopédia pirata uma sumária descrição de um falso país; agora fazia-me o acaso deparar com uma coisa mais preciosa e mais árdua. Agora tinha nas mãos um vasto fragmento metódico da história total de um planeta desconhecido, com as suas arquitecturas e as suas balbúrdias, com o pavor das suas mitologias e o rumor das suas línguas, com os seus imperadores e os seus mares, com os seus minerais e os seus pássaros e peixes, com a sua álgebra e o seu fogo, com a sua controvérsia teológica e metafísica. Tudo isto articulado, coerente, sem visível propósito doutrinário ou tom paródico.

No tomo décimo primeiro, de que falo há alusões a tomos posteriores e precedentes. Néstor Ibarra, num artigo já clássico da *N. R. E*, negou que existam estes volumes acompanhantes; Ezequiel Martínez Estrada e Drieu La Rochelle refutaram, quicá vitoriosamente, essa dúvida. O facto é que até agora as pesquisas mais diligentes têm sido estéreis. Em vão desarrumámos as bibliotecas das duas Américas e da Europa. Alfonso Reves, farto destas canseiras subalternas de índole policial, propõe que entre todos empreendêssemos a obra de reconstruir os muitos e maciços volumes que faltam: *ex ungue leonem*. Calcula, meio a sério meio a brincar, que uma geração de *tlonistas* pode bastar. Esta arriscada conta retrai-nos do problema fundamental: quem foram os que inventaram *Tlón*? O plural é inevitável, porque a hipótese de um único inventor - de um infinito Leibniz labutando na sombra e na modéstia - foi unanimemente rejeitada. Conjectura-se que este brave *neivrworlde* seja obra de uma sociedade secreta de astrónomos, de biólogos, de engenheiros, de metafísicos, de poetas, de químicos, de algebristas, de moralistas, de pintores, de geómetras... dirigidos por um obscuro homem de génio.

Abundam indivíduos que dominam estas disciplinas diversas, mas não os capazes de invenção e menos ainda os capazes de subordinar a invenção a um rigoroso plano sistemático. Esse plano é tão vasto que a contribuição de cada escritor é infinitésima. Ao princípio julgou-se que Tlôn era um mero caos, uma irresponsável licença da imaginação; agora sabe-se que é um cosmos e que foram formuladas as íntimas leis que o regem, embora de modo provisório. Basta-me recordar que as contradições aparentes do Tomo Onze são a pedra fundamental da prova de que existem os outros; tão lúcida e tão correcta é a ordem que nele se observou. As revistas populares, com um perdoável excesso, divulgaram a zoologia e a topografia de Tlôn; penso que os seus tigres transparentes e as suas torres de sangue talvez não mereçam a contínua atenção de todos os homens. Atrevo-me porém a pedir uns minutos para o seu conceito do universo.

Hume notou definitivamente que os argumentos de Berkeley não admitem a menor réplica e não causam a menor convicção. Este ditame é absolutamente verídico na sua aplicação à Terra; absolutamente falso em Tlôn. As nações deste planeta são - congenitamente - idealistas. A sua linguagem e as derivações da sua linguagem - a religião, as letras, a metafísica - pressupõem o idealismo. O mundo para eles não é um concurso de objectos no espaço; é uma série heterogénea de actos independentes. É sucessivo, temporal, e não espacial. Não há substantivos na conjectural Tlôn, de que provêm os idiomas actuais e os dialectos: há verbos impessoais, qualificados por sufixos (ou prefixos) monossilábicos de valor adverbial. Por exemplo: não há palavra que corresponda à palavra lua, mas há um verbo que seria na nossa língua lunecer ou lunar. Surgiu a lua por cima do rio diz-se hlôr u fang axaxaxas mlõ ou seja na sua ordem: para cima (upard) atrás duradouro-fluir luneceu. (Xul Solar traduz com brevidade: upa após perflui lunou. Upward, behind the onstreaming it mooned.) O anterior refere-se aos idiomas do hemisfério austral. Nos do hemisfério boreal (de cuja Ursprache há pouquíssimos dados no Tomo Onze) a célula primordial não é o verbo, mas o adjetivo monossilábico. O substantivo forma-se por acumulação de adjetivos. Não se diz lua: diz-se aéreo-claro

sobre escuro-redondo ou celeste alaranjado-ténue ou qualquer outra combinação. No caso que escolhi a massa de adjetivos corresponde a um objecto real; o facto é puramente fortuito. Na literatura deste hemisfério (tal como no mundo subsistente de Meinong) abundam os objectos ideais, convocados ou dissolvidos num momento, conforme as necessidades poéticas.

Determina-os, às vezes, a mera simultaneidade. Há objectos compostos de dois termos, um de carácter visual e outro auditivo: a cor do nascente e o remoto grito de uma ave. Há-os de muitos termos: o sol e a água contra o peito do nadador, o vago rosa trémulo que se vê com os olhos fechados, a sensação de quem se deixa levar por um rio e também pelo sonho. Estes objectos de segundo grau podem combinar-se com outros; o processo, por meio de certas abreviaturas, é praticamente infinito. Há poemas famosos compostos de uma única enorme palavra. Esta palavra integra um objecto poético criado pelo autor. O facto de ninguém acreditar na realidade dos adjetivos, paradoxalmente, faz que seja interminável o seu número. Os idiomas do hemisfério boreal de Tlôn possuem todos os nomes das línguas indo-europeias - e muitos outros mais.

Não é exagerado afirmar que a cultura clássica de Tlôn compreende uma única disciplina: a psicologia. Todas as outras lhe estão subordinadas. Já disse que os homens deste planeta concebem o universo como uma série de processos mentais, que se desenvolvem não no espaço mas sim de modo sucessivo no tempo. Espinoza confere à sua inesgotável divindade os atributos da extensão e do pensamento; ninguém compreenderia em Tlôn a justaposição do primeiro (que só é típico em certos estados) e do segundo - que é um sinónimo perfeito do cosmos. Ou dizendo-o por outras palavras: não concebem que o espacial perdure no tempo. A percepção de uma fumarada no horizonte e depois do campo incendiado e depois do charuto meio apagado que produziu o fogo é considerada uma associação de ideias.

Este monismo ou idealismo total invalida a ciência. Explicar (ou julgar) um facto é juntá-lo a outro; esta vinculação, em Tlôn, é um estado posterior do sujeito, que não pode afectar ou explicar o facto anterior. Todo o estado mental é irreduzível: o simples facto de nomeá-lo - id est, de classificá-lo - implica um falseamento. Daí poder-se-ia deduzir que não há ciências em Tlôn - nem sequer raciocínios.

A paradoxal verdade é que existem, em quantidade quase inumerável. Com as filosofias acontece o que acontece com os substantivos no hemisfério boreal. O facto de toda a filosofia ser de antemão um jogo dialéctico, uma Philosophie des Als Ob, contribuiu para multiplicá-las. Abundam os sistemas incríveis, mas de arquitectura agradável ou de tipo sensacional. Os metafísicos de Tlön não procuram a verdade nem sequer a verosimilhança: procuram o assombro. Julgam que a metafísica é um ramo da literatura fantástica. Sabem que um sistema não é outra coisa senão a subordinação de todos os aspectos do universo a um qualquer deles. Até a frase todos os aspectos é inaceitável, porque pressupõe outra operação impossível... Uma das escolas de Tlön chega a negar o tempo: raciocina que o presente é indefinido, que o futuro não tem realidade senão como esperança presente, e que o passado não tem realidade senão como recordação presente(1). Outra escola declara que já decorreu todo o tempo e que a nossa vida é apenas a lembrança ou reflexo crepuscular, e sem dúvida falseado e mutilado, de um processo irrecuperável. Outra, que a história do universo - e nela as nossas vidas e o pormenor mais ténue das nossas vidas - é a escrita que produz um deus subalterno para se entender com um demónio. Outra, que o universo é comparável a essas criptografias em que não valem todos os símbolos e que só é verdade o que sucede de trezentas em trezentas noites. Outra, que enquanto dormimos aqui, estamos acordados noutro lado e que assim cada homem é dois homens.

Entre as doutrinas de Tlön, nenhuma mereceu tanto escândalo como o materialismo. Alguns pensadores formularam-no, com menos clareza que fervor, como quem apresenta um paradoxo. Para facilitar o entendimento desta tese inconcebível, um heresiarca do século onze(2) ideou o sofisma das nove moedas de cobre, cuja nomeada escandalosa equivale em Tlön à das aporias eleáticas. Deste raciocínio enganador" há muitas versões, em que variam o número de moedas e o número de achados; eis a mais comum:

*1. Russell (*The Analysis of Mind*, 1921, página 159) supõe que o planeta foi criado há poucos minutos, provido de uma humanidade que recorda um passado ilusório.

2. Século, de acordo com o sistema duodecimal, significa um período de cento e quarenta e quatro anos.

Na terça-feira, X atravessa um caminho deserto e perde nove moedas de cobre. Na quinta-feira, Y acha no caminho quatro moedas, um tanto enferrujadas pela chuva de quarta. Na sexta, Z descobre três moedas no caminho. Na sexta de manhã, X acha duas moedas no corredor da sua casa. O heresiarca queria deduzir desta história a realidade - *id est* a continuidade - das nove moedas recuperadas. É absurdo (afirmava) imaginar que quatro das moedas não existiram entre terça e quinta-feira, três entre terça e a tarde de sexta, e duas entre terça e a madrugada de sexta. É lógico pensar que existiram - nem que seja de algum modo secreto, de compreensão vedada aos homens - em todos os momentos destes três prazos.

A linguagem de Tlôn resistia a formular este paradoxo; a maioria não o entendeu. Os defensores do senso comum, ao princípio, limitaram-se a negar a veracidade do episódio. Repetiram que era uma falácia verbal, baseada no emprego temerário de dois termos neológicos, não autorizados pelo uso e alheios a todo o pensamento severo: os verbos achar e perder, que implicam uma petição de princípio, porque pressupõem a identidade das nove primeiras moedas e das últimas. Recordaram que todo o substantivo (homem, moeda, quinta-feira, sexta-feira, chuva) só tem um valor metafórico.

Denunciaram a pérfida circunstância um tanto enferrujadas pela chuva de quarta-feira, que pressupõe o que se tenta demonstrar: a persistência das quatro moedas, entre a quinta e a terça-feira. Explicaram que uma coisa é igualdade e outra identidade e formularam uma espécie de *reductio ad absurdum*, ou seja, o caso hipotético de nove homens que em nove noites sucessivas sofrem uma dor fortíssima. Não seria ridículo - interrogaram - pretender que essa dor é a mesma(1)? Disseram que ao heresiarca não movia só o blasfemo propósito de atribuir a divina categoria de ser a umas simples moedas e que umas vezes negava a pluralidade e outras não. Argumentaram: se a igualdade implica a identidade, teria de se admitir também que as nove moedas são uma só.

*1. Hoje em dia, uma das igrejas de Tlôn defende platonicamente que tal dor, que tal matiz esverdeado do amarelo, que tal temperatura, que tal som, são a única realidade. Todos os homens, no vertiginoso instante do coito, são o mesmo homem. Todos os homens que repetem um verso de Shakespeare são William Shakespeare.

Incrivelmente, estas refutações não resultaram definitivas. Cem anos depois de enunciado o problema, um pensador não menos brilhante que o heresiarca mas de tradição ortodoxa formulou uma hipótese muito audaciosa. Esta feliz conjectura afirma que há um único sujeito, que este sujeito indivisível é cada um dos seres do universo e que estes são os órgãos e máscaras da divindade. X é Y e Y é Z. Z descobre três moedas porque se lembra de que as perdeu X; X acha duas no corredor porque se lembra de que foram recuperadas as outras... O Tomo Onze permite entender que três razões capitais determinaram a vitória total deste panteísmo idealista. A primeira, o repúdio do solipsismo; a segunda, a possibilidade de conservar a base psicológica das ciências; e a terceira, a possibilidade de conservar o culto dos deuses. Schopenhauer (o apaixonado e lúcido Schopenhauer) formula uma doutrina muito semelhante no primeiro volume de *Parerga und Paralipomena*.

A geometria de Tlón compreende duas disciplinas um tanto diferentes: a visual e a táctil. A última corresponde à nossa e eles subordinam-na à primeira. A base da geometria visual é a superfície e não o ponto. Esta geometria desconhece as paralelas e declara que o homem que se desloca modifica as formas que o circundam. A base da sua aritmética é a noção de números indefinidos. Acentuam, a importância dos conceitos de maior e menor, que os nossos matemáticos simbolizam por $>$ e por $<$. Afirmam que a operação de contar modifica as quantidades e as transforma de indefinidas em definidas. O facto de vários indivíduos que contam uma quantidade conseguirem um resultado igual, para os psicólogos é um exemplo de associação de ideias ou de bom exercício da memória. Já sabemos que em Tlón o sujeito do conhecimento é uno e eterno.

Nos hábitos literários também é onipotente a ideia de um sujeito único. É raro que os livros sejam assinados. Não existe o conceito do plágio: estabeleceu-se que todas as obras são obra de um só autor, que é intemporal e é anónimo. A crítica costuma inventar autores: escolhe duas obras dissemelhantes - o *Tao Te King* e as *1001 Noites*, digamos, - atribui-as a um mesmo escritor e a seguir determina com probidade a psicologia desse interessante *homme de lettres*...

Também são diferentes os livros.

Os de ficção abrangem um só assunto, com todas as permutações imagináveis. Os de natureza filosófica invariavelmente contêm a tese e a antítese, os rigorosos prós e contras de uma doutrina. Um livro que não contenha o seu contralivro é considerado incompleto.

Séculos e séculos de idealismo não deixaram de ter influência na realidade. Não é rara, nas regiões mais antigas de Tlön, a duplicação de objectos perdidos. Duas pessoas procuram um lápis; a primeira encontra-o e não diz nada; a segunda encontra um segundo lápis não menos real, mas mais ajustado à sua expectativa. Estes objectos secundários chamam-se hrnir e, embora de forma desgraciosa, são um pouco maiores. Até há pouco os hrnir foram filhos casuais da distração e do esquecimento. Parece mentira que a sua metódica produção conte apenas cem anos, mas assim o declara o Tomo Onze. As primeiras tentativas foram estéreis. No entanto, o *modus operandi* merece ser recordado. O director de uma das prisões do Estado comunicou aos presos que no antigo leito do rio havia certos sepulcros e prometeu a liberdade a quem trouxesse um achado importante. Durante os meses que antecederam as escavações mostrou fotografias do que iriam encontrar. Esta primeira tentativa provou que a esperança e a avidez podem inibir; uma semana de trabalho de pá e picareta não conseguiu exumar outro hrn além de uma roda ferrugenta, de data posterior à experiência. Esta manteve-se secreta e repetiu-se depois em quatro escolas. Em três foi quase total o fracasso; na quarta (cujo director morreu casualmente durante as primeiras escavações) os alunos exumaram - ou produziram - uma máscara de ouro, uma espada arcaica, duas ou três ânforas de barro e o coberto de verdete e mutilado torso de um rei com uma inscrição no peito que ainda não se conseguiu decifrar.

Assim se descobriu a improcedência de testemunhas que conheceram a natureza experimental da pesquisa... As investigações em massa produzem objectos contraditórios; agora preferem-se os trabalhos individuais e quase improvisados. A metódica elaboração de hrnir (diz o Tomo Onze) tem prestado serviços prodigiosos aos arqueólogos. Permitiu consultar e até modificar o passado, que agora não é menos flexível e menos dócil que o porvir. Facto curioso: os hrónir de segundo e de terceiro grau - os hrnir derivados de outro hrn, os hrnir derivados do hrn de um hrOn - exageram as aberrações do inicial; os de quinto são quase uniformes;

os de nono confundem-se com os de segundo; nos de décimo primeiro há uma pureza de linhas que os originais não têm. O processo é periódico: o hrn de décimo segundo grau já começa a decair. Mais estranho e mais puro que todo o hrn é às vezes o ur: a coisa produzida por sugestão, o objecto deduzido pela esperança. A grande máscara de ouro que mencionei é um ilustre exemplo disto.

As coisas duplicam-se em Tlón; propendem igualmente para se apagarem e para perderem os pormenores quando as esquecem as pessoas. É clássico o exemplo de uma ombreira que perdurou enquanto a frequentava um mendigo e que se perdeu de vista à sua morte. Às vezes uns pássaros, ou um cavalo, já salvaram as ruínas de um anfiteatro. Salto Oriental, 1940.

Post-scriptum de 1947. Reproduzo o artigo anterior tal como apareceu na Antologia da Literatura Fantástica, 1940, sem outro corte para além de certas metáforas e de uma espécie de resumo chocarreiro que agora se demonstra frívolo. Aconteceram tantas coisas desde essa data... Vou limitar-me a recordá-las.

Em Março de 1941 descobriu-se uma carta manuscrita de Gunnar Erfjord dentro de um livro de Hinton que tinha sido de Herbert Ashe. O envelope tinha o carimbo postal de Ouro Preto; a carta elucidava totalmente o mistério de Tlón. O seu texto corrobora as hipóteses de Martínez Estrada. Começou a esplêndida história nos princípios do século xvII, numa noite de Lucerna ou de Londres. Uma sociedade secreta e benévola (que entre os seus filiados teve Dalgarno e depois George Berkeley) surgiu para inventar um país.

No vago programa inicial figuravam os estudos herméticos, a filantropia e a cabala. Desta primeira época data o curioso livro de Andreã. Ao fim de uns anos de conciliábulos e de sínteses prematuras compreenderam que uma geração não bastava para articular um país. Resolveram que cada um dos mestres que a integravam escolheria um discípulo para a continuação da obra. Prevaleceu esta disposição hereditária; após um hiato de dois séculos a perseguida confraria ressurgiu na América. Por altura de 1824, em Memphis (Iénnessee) um dos filiados conversa com o ascético milionário Ezra Buckley. Este deixa-o falar com um certo desdém - e ri-se da modéstia do projecto.

Diz-Lhe que na América é absurdo inventar um país e propõe-lhe a invenção de um planeta. A esta ideia gigantesca acrescenta outra, filha do seu niilismo(1): a de manter no silêncio a empresa enorme. Circulavam então os vinte tomos da Encyclopaedia Britannica; Buckley sugere uma enciclopédia metódica do planeta ilusório. Deixar-Lhes-á as suas cordilheiras auríferas, os seus rios navegáveis, as suas pradarias pisadas pelo touro e pelo bisonte, os seus negros, os seus prostíbulos e os seus dólares, sob uma condição: A obra não pactuará com o impostor Jesus Cristo. Buckley não crê em Deus, mas quer demonstrar ao Deus não existente que os homens mortais são capazes de conceber um mundo. Buckley é envenenado em Bâton Rouge em 1828; em 1914 a sociedade remete aos seus colaboradores, que são trezentos, o volume final da Primeira Enciclopédia de Tlón. A edição é secreta: os quarenta volumes que abrange (a obra mais vasta que já empreenderam os homens) seriam a base de outra mais minuciosa, redigida já não em inglês, mas numa das línguas de Tlón. Esta revisão de um mundo ilusório chama-se provisoriamente Orbis Tertius e um dos seus modestos demiurgos-foi Herbert Ashe, não sei se como agente de Gunnar Erfjord ou como filiado. A sua recepção de um exemplar do Tomo Onze parece favorecer a segunda hipótese.

Porém, e os outros? Por volta de 1942 começaram a aumentar os factos. Lembro-me com singular nitidez de um dos primeiros e parece-me que senti um pouco do seu carácter premonitório. Ocorreu num apartamento da calle Laprida, diante de uma clara e alta varanda que contemplava o crepúsculo. A princesa de Faucigny Lucinge recebera de Poitiers a sua baixela de prata. Do vasto fundo de um caixote rubricado de carimbos internacionais iam saindo finas coisas imóveis: prataria de Utrecht e de Paris com dura fauna heráldica, um samovar. Entre elas - com um perceptível e tênue tremor de ave adormecida - latejava misteriosamente uma bússola. A princesa não a reconheceu. A agulha azul procurava sempre o norte magnético; a caixa de metal era côncava; as letras da esfera correspondiam a um dos alfabetos de Tlón. Foi esta a primeira intrusão do mundo fantástico no mundo real. Um acaso que me inquieta fez que eu também fosse testemunha da segunda.

*1. Buckley era livre-pensador, fatalista e defensor da escravatura.

Aconteceu uns meses depois, na taberna de um brasileiro, na Cuchilla Negra. Amorim e eu regressávamos de SantAnna. Uma cheia do rio Tacuarembó obrigou-nos a experimentar (e a suportar) essa rudimentar hospitalidade. O taberneiro arranjou-nos uns catres rangentes num quarto grande, atravancado de barris e couros. Deitámo-nos, mas não nos deixou dormir até de madrugada a bebedeira de um vizinho invisível, que alternava palavrões inextricáveis com trechos de milongas - ou antes com trechos de uma única milonga. Como é de supor, atribuímos à fogosa aguardente de cana do patrão esta gritaria insistente... Ao amanhecer, o homem estava morto no corredor. A aspereza de voz havia-nos enganado: era um rapaz muito novo. No meio do delírio tinham-lhe caído do cinturão umas tantas moedas e uma rodela reluzente. Em vão um miúdo tentou apanhar essa rodela. Um homem mal conseguiu levantá-la. Eu tive-a na palma da mão uns minutos: lembro-me que o seu peso era insuportável e que depois de largá-la, a opressão persistiu. Também me lembro do círculo preciso que me gravou na carne. Esta evidência de um objecto muito pequeno e ao mesmo tempo pesadíssimo deixava uma impressão desagradável de nojo e de medo. Um camponês propôs que o atirassem à forte torrente do rio. Amorim adquiriu-o por alguns pesos. Ninguém sabia nada do morto, salvo que vinha da fronteira. Estas rodelas pequenas e muito pesadas (feitas de um metal que não é deste mundo) são imagem da divindade, em certas religiões de Tlôn.

Aqui ponho termo à parte pessoal da minha narração. O resto está na memória (quando não na esperança ou no temor) de todos os meus leitores. Basta-me recordar ou mencionar os factos seguintes, com uma simples brevidade de palavras que a côncava lembrança geral enriquecerá ou ampliará. Por volta de 1944 um investigador do diário *The American* (de Nashville, Tennessee) exumou numa biblioteca de Memphis os quarenta volumes da Primeira Enciclopédia de Tlôn. Até ao dia de hoje discute-se se esta descoberta foi casual ou se a permitiram os directores do ainda nebuloso *Orbis Tertius*. É verosímil o segundo caso. Alguns aspectos incríveis do Tomo Onze (por exemplo, a multiplicação dos hrnir) foram eliminados ou atenuados no exemplar de Memphis; é razoável imaginar que estas emendas obedecem ao plano de mostrar um mundo que não seja demasiado incompatível com o mundo real.

A disseminação de objectos de Tlön por diversos países complementaria esse plano(1)... O facto é que a Imprensa internacional divulgou infinitamente o achado. Manuais, antologias, resumos, versões literais, reimpressões autorizadas e reimpressões piratas da Obra Máxima dos Homens abarrotaram e continuam a abarrotar a Terra. Quase imediatamente, a realidade cedeu em mais de um ponto. A verdade é que também ansiava por ceder. Há dez anos bastava qualquer simetria com aparência de ordem - o materialismo dialéctico, o anti-semitismo, o nazismo - para embevecer os homens. Como será possível não nos submetermos a Tlön, à minuciosa e vasta evidência de um planeta ordenado? É inútil responder que a realidade também está ordenada. Talvez o esteja, mas de acordo com leis divinas - traduzo: com leis inumanas - que nunca acabamos por compreender. Tlön será um labirinto, mas é um labirinto urdido por homens, um labirinto destinado a que o decifrem os homens.

O contacto e o hábito de Tlön desintegraram este mundo. Encantada pelo seu rigor, a Humanidade esquece e torna a esquecer que é um rigor de xadrezistas, e não de anjos. Já penetrou nas escolas o (conjectural) idioma primitivo de Tlön; o ensino da sua história harmoniosa (e plena de episódios comoventes) já obliterou a que presidiu à minha infância; já nas memórias um passado fictício ocupa o lugar de outro, de que nada sabemos com certeza - nem sequer que é falso. Foram reformadas a numismática, a farmacologia e a arqueologia. Considero que a biologia e as matemáticas aguardam também a sua reencarnação... Uma dispersa dinastia de solitários mudou a face do mundo. A sua tarefa prossegue. Se as nossas revisões não errarem, daqui a cem anos alguém descobrirá os cem tomos da Segunda Enciclopédia de Tlön.

Então desaparecerão do planeta o inglês e o francês e o simples espanhol. O mundo será Tlön. Eu não ligo, eu continuo a rever nos quietos dias do hotel de Adrogué uma indecisa tradução quevediana (que não penso dar ao prelo) do Urn Burial de Browne.

*1. Risca, naturalmente, o problema da matéria de alguns objectos.

Pierre Menard, autor do Quixote

A Silvina Ocampo

A obra visível que deixou este romancista é de fácil e breve enumeração. São portanto imperdoáveis as omissões e acréscimos perpetrados por Madame Henri Bachelier num catálogo falacioso que certo diário cuja tendência protestante não é segredo teve a desconsideração de infligir aos seus deploráveis leitores - embora estes sejam poucos e calvinistas, quando não maçons e circuncidados. Os amigos autênticos de Menard viram com alarme esse catálogo e também com certa tristeza. Dir-se-ia que ainda ontem nos reunimos diante do mármore final e no meio dos ciprestes infaustos e já o Erro tenta deslustrar a sua Memória... Decididamente, é inevitável uma breve rectificação.

Consta-me que é facilímo recusar a minha pobre autoridade. Espero, no entanto, que não me proíbam de mencionar dois elevados testemunhos. A baronesa de Bacourt (em cujos vendredis inesquecíveis tive a honra de conhecer o chorado poeta) julgou por bem aprovar as linhas que se seguem. A condessa de Bagnoregio, um dos espíritos mais finos do principado de Mônaco (e agora de Pittsburgh, Pennsylvania, após o seu recente casamento com o filantropo internacional Simon Kautzsch, tão caluniado, ai!, pelas vítimas das suas desinteressadas manobras) sacrificou à veracidade e à morte (tais são as suas palavras) a senhoril reserva que a distingue e numa carta aberta publicada na revista *Luxe* concede-me igualmente o seu beneplácito. Estas nobres acções, creio eu, não são insuficientes.

Disse que a obra visível de Menard é facilmente enumerável. Examinado com o maior cuidado o seu arquivo particular, verifiquei que consta das peças seguintes:

a) Um soneto simbolista que apareceu duas vezes (com variantes) na revista *La conqu* (números de Março e Outubro de 1899).

b) Uma monografia sobre a possibilidade de construir um vocabulário poético de conceitos que não sejam sinónimos ou perífrases de que se forma a linguagem comum, "mas objectos ideais criados por uma convenção e essencialmente destinados às necessidades poéticas" (Nimes, 1901).

c) Uma monografia sobre certas conexões ou afinidades do pensamento de Descartes, de Leibniz e de John Wilkins (Nimes, 1903).

d) Uma monografia sobre a *Characteristica universalis* de Leibniz (Nimes, 1904).

e) Um artigo técnico sobre a possibilidade de enriquecer o xadrez eliminando um dos peões de torre. Menard propõe, recomenda, discute e acaba por rejeitar esta inovação.

f) Uma monografia sobre a *Ars magna generalis* de Ramón Lull (Nimes, 1906).

g) Uma tradução com prólogo e notas do Livro da invenção liberal e arte do jogo de xadrez de Ruy López de Segura (Paris, 1907).

h) Os rascunhos de uma monografia sobre a lógica simbólica de George Boole.

i) Uma análise das leis métricas essenciais da prosa francesa, ilustrada com exemplos de Saint-Simon (*Revue des langues romanes*, Montpellier, Outubro de 1909).

j) Uma réplica a Luc Durtain (que negara a existência de tais leis) ilustrada com exemplos de Luc Durtain (*Revue des langues romanes*, Montpellier, Dezembro de 1909).

k) Uma tradução manuscrita da *Aguja de navegar cultos* (Aguilha de marcar cultos) de Quevedo, intitulada *La houssole des précieux*.

l) Um prefácio ao catálogo da exposição de litografias de Carolus Hourcade (Nimes, 1914).

m) A obra *Les problèmes dun problème* (Paris, 1917) que discute por ordem cronológica as soluções do ilustre problema de Aquiles e da tartaruga. Surgiram até agora duas edições deste livro; a segunda traz como epígrafe o conselho de Leibniz *Ne craignez point, monsieur, la tortue*, e remodela os capítulos dedicados a Russell e a Descartes.

n) Uma obstinada análise dos costumes sintácticos de Toulet (i. R. F., Março de 1921).

Menard - recordo - declarou que censurar e louvar são operações sentimentais que nada têm a ver com a crítica.

o) Uma transposição em alexandrinos do Cimetière Marin de Paul Valéry (N. R. F, Janeiro de 1928).

p) Uma invectiva contra Paul Valéry, nas Folhas para a supressão da realidade de Jacques Reboul. (Esta invectiva, diga-se entre parêntesis, é o reverso exacto da sua verdadeira opinião sobre Valéry. Este assim o entendeu e a amizade antiga entre os dois não correu perigo.)

q) Uma definição" da condessa de Bagnoreggio, no "vitorioso volume" - a locução é de outro colaborador, Gabriele d'Annunzio - que anualmente publica esta dama para rectificar os inevitáveis falseamentos do jornalismo e apresentar ao mundo e à Itália" uma autêntica imagem da sua pessoa, tão exposta (pela própria razão da sua beleza e da sua actuação) a interpretações errôneas ou apressadas.

r) Um ciclo de admiráveis sonetos para a baronesa de Bacourt (1934).

s) Uma lista manuscrita de versos que devem a sua eficácia à pontuação(1).

Até aqui (sem outra omissão além de uns vagos sonetos de circunstância para o hospitaleiro, ou ávido, álbum de Madame Henri Bachelier) a obra visível de Menard, na sua ordem cronológica. Passo agora à outra: a subterrânea, a interminavelmente heróica, a ímpar. E também - ai das possibilidades do homem! - a inacabada. Esta obra, talvez a mais significativa do nosso tempo, consta dos capítulos nono e trigésimo oitavo da primeira parte do Dom Quixote e de um fragmento do capítulo vinte e dois. Sei que esta afirmação parece um dislate; justificar este dislate" é o objecto primordial desta nota(2).

*1. Madame Henri Bachelier enumera igualmente uma versão literal da versão literal que fez Quevedo da Introduction à la vie dévote de São Francisco de Sales. Na biblioteca de Pierre Menard não há vestígios de tal obra. Deve tratar-se de uma piada do nosso amigo, mal ouvida.

2. Tive também o propósito secundário de esboçar o retrato de Pierre Menard. Porém, como posso ousar competir com as páginas áureas que me dizem que prepara a baronesa de Bacourt ou com o lápis delicado e pontual de Carolus Hourcade?

Dois textos de valor desigual inspiraram a empresa. Um é aquele fragmento filológico de Novalis - o que tem o número 2005 na edição de Dresden - que esboça o tema da total identificação com um autor determinado. Outro é um desses livros parasitários que situam Cristo num boulevard, Hamlet na Cannebière ou Dom Quixote na Wall Street. Como todo o homem de bom gosto, Menard abominava estes carnavais inúteis, só aptos - dizia - para ocasionar o plebeu prazer do anacronismo ou (o que é ainda pior) para nos encantar com a ideia primária de que todas as épocas são iguais ou de que são diferentes. Mais interessante, embora de execução contraditória e superficial, achava ele o famoso propósito de Daudet: conjugar numa figura, que é o Tartarin, o Engenhoso Fidalgo e o seu escudeiro...Quem insinuar que Menard dedicou a sua vida a escrever um Quixote contemporâneo, calunia a sua brilhante memória.

Não queria compor outro Quixote - o que é fácil - mas o Quixote. Não vale a pena acrescentar que nunca encarou a possibilidade de uma transcrição mecânica do original; não se propunha copiá-lo. A sua admirável ambição era produzir umas páginas que coincidissem - palavra por palavra e linha por linha - com as de Miguel de Cervantes.

O meu propósito é simplesmente espantoso" escreveu-me a 30 de Setembro de 1934 de Bayonne. O termo final de uma demonstração teológica ou metafísica - o mundo exterior, Deus, a casualidade, as formas universais - não é menos anterior e comum que o meu divulgado romance. A única diferença é que os filósofos publicam em agradáveis volumes as fases intermédias do seu labor e eu resolvi que se perdessem., Com efeito, não resta um só rascunho que testemunhe este trabalho de anos.

O método inicial que imaginou era relativamente simples. Conhecer bem o espanhol, recuperar a fé católica, guerrear contra os mouros ou contra o turco, esquecer a história da Europa entre os anos de 1602 e de 1918, ser Miguel de Cervantes. Pierre Menard estudou esse procedimento (sei que conseguiu um manejo bastante fiel do espanhol do século dezassete) mas rejeitou-o por fácil. Ou antes por impossível!, dirá o leitor. De acordo, mas a empresa era de antemão impossível, e de todos os meios impossíveis para a levar a cabo este era o menos interessante. Ser no século vinte um romancista popular do século dezassete pareceu-lhe uma diminuição. Ser, de algum modo, Cervantes e chegar ao Quixote pareceu-lhe menos árduo - por conseguinte, menos interessante

- do que continuar a ser Pierre Menard e chegar ao Quixote, através das experiências de Pierre Menard. (Esta convicção, diga-se de passagem, fê-lo excluir o prólogo autobiográfico da segunda parte do Dom Quixote. Incluir este prólogo seria criar outra personagem - Cervantes - mas também significaria apresentar o Quixote em função dessa personagem e não de Menard. Este, naturalmente, recusou-se a essa facilidade.) A minha empresa não é difícil, no essencial, leio noutro local da carta. Bastar-me-ia ser imortal para a levar a cabo.

Confessarei que costumo imaginar que ele a terminou e leio o Quixote - todo o Quixote - como se o tivesse pensado Menard? Uma noite destas, ao folhear o capítulo xxvi - nunca tentado por ele - reconheci o estilo do nosso amigo e como que a sua voz nesta frase excepcional: las ninfas de los ríos, la dolorosa y húmida Eco. Esta conjunção eficaz de um adjetivo moral e outro físico trouxe-me à memória um verso de Shakespeare, que discutimos uma tarde:

Where a malignant and a turbaned Turk...

Porquê precisamente o Quixote?, dirá o nosso leitor. Esta preferência, num espanhol, não teria sido inexplicável; mas é-o sem dúvida num simbolista de Nimes, devoto essencialmente de Poe, que gerou Baudelaire, que gerou Mallarmé, que gerou Valéry, que gerou Edmond Teste. A carta já citada ilumina este ponto. O Quixote, esclarece Menard, interessa-me profundamente, mas não me parece, como direi?, inevitável. Não posso imaginar o universo sem a interjeição de Poe:

Ah, bear in mind "this garden was enchanted!

ou sem o Bateau libre ou o Ancient Mariner, mas sei-me capaz de imaginá-lo sem o Quixote. (Falo naturalmente da minha capacidade pessoal, não da ressonância histórica das obras.) O Quixote é um livro contingente, o Quixote é desnecessário. Posso premeditar a sua escrita, posso escrevê-lo, sem incorrer numa tautologia. Aos doze ou treze anos li-o, talvez integralmente. Depois reli com atenção alguns capítulos, os que não irei tentar por agora. Estudei igualmente os entremeses, as comédias,

a Galateia, as novelas exemplares, os trabalhos sem dúvida laboriosos de Persiles e Segismunda e a Viagem do Parnasso... A minha lembrança geral do Quixote, simplificada pelo esquecimento e pela indiferença, pode muito bem equivaler à imprecisa imagem anterior de um livro não escrito. Postulada esta imagem (que ninguém em boa fé me pode negar) é indiscutível que o meu problema é muito mais difícil que o de Cervantes.

O meu complacente precursor não recusou a colaboração do acaso: ia compondo a obra imortal um pouco à la diable, levado por inércias da linguagem e da invenção. Eu contraí o misterioso dever de reconstruir literalmente a sua obra espontânea. O meu solitário jogo é governado por duas leis polares. A primeira permite-me experimentar variantes de tipo formal ou psicológico; a segunda obriga-me a sacrificá-las ao texto "original" e a raciocinar de um modo irrefutável essa anulação... A estes entraves artificiais tem de se juntar outro, congénito. Compor o Quixote nos princípios do século dezassete era uma empresa razoável, necessária, porventura até fatal; nos princípios do vinte, é quase impossível. Não foi em vão que transcorreram trezentos anos, carregados de complexísimos factos. Entre os quais, para mencionar um único: o próprio Quixote.

Apesar destes três obstáculos, o fragmentário Quixote de Menard é mais subtil que o de Cervantes. Este, de um modo grosseiro, opõe às ficções cavaleirescas a pobre realidade provinciana do seu país; Menard escolhe como realidade a terra de Carmen durante o século de Lepanto e de Lope. Que espanholadas não teria aconselhado essa opção a Maurice Barrès ou ao doutor Rodríguez Larreta! Menard, com toda a naturalidade, evita-as. Na sua obra não há nem ciganadas nem conquistadores nem místicos nem Filipe Segundo nem autos-de-fé. Desatende ou proscree a cor local. Este desdém indica um sentido novo do romance histórico. Este desdém condena Salammbô, inapelavelmente.

Não menos assombroso é considerar capítulos isolados. Por exemplo, consideremos o xxxviii da primeira parte, que trata do curioso discurso que fez Dom Quixote das armas e das letras. É sabido que Dom Quixote (tal como Quevedo na passagem análoga, e posterior, de La hora de todos) falha o pleito contra as letras e a favor das armas.

Cervantes era um velho militar: a sua falha explica-se. Mas que o Dom Quixote de Pierre Menard - homem contemporâneo de La trahison des clercs e de Bertrand Russell - reincida nessas nebulosas sofistarias! Madame Bachelier viu nelas uma admirável e típica subordinação do autor à psicologia do herói; outros (nada perspicazmente) uma transcrição do Quixote; a baronesa de Bacourt, a influência de Nietzsche. A esta terceira interpretação (que julgo irrefutável) não sei se me atreverei a acrescentar uma quarta, que condiz muito bem com a quase divina modéstia de Pierre Menard: o seu hábito resignado ou heróico de propagar ideias que eram o rigoroso reverso das preferidas por ele. (Relembremos outra vez a sua diatribe contra Paul Valéry na efêmera folhinha superrealista de Jacques Reboul.) O texto de Cervantes e o de Menard são verbalmente idênticos, mas o segundo é quase infinitamente mais rico. (Mais ambíguo, dirão os seus detractores; mas a ambiguidade é uma riqueza.)

É uma revelação cortejar o Dom Quixote de Menard com o de Cervantes. Este, por exemplo, escreveu (Dom Quixote, primeira parte, nono capítulo):

... la verdad, cuya madre es la historia, émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir.⁽¹⁾

Redigida no século dezassete, redigida pelo engenho leigo Cervantes, esta enumeração é um simples elogio retórico da história. Menard, em contrapartida, escreve:

«... la verdad, cuya madre es la historia, émula del tiempo, depósito de las acciones, testigo de lo pasado, ejemplo y aviso de lo presente, advertencia de lo por venir.»

A história, mãe da verdade: a ideia é espantosa. Menard, contemporâneo de William James, não define a história como uma investigação da realidade mas sim como a sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que aconteceu; é o que julgamos que aconteceu.

*1. «... a verdade, cuja mãe é a história, émula do tempo, depósito das acções, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do porvir.»

As cláusulas finais - exemplo e aviso do presente, advertência do porvir - são desafrontadamente pragmáticas.

Também é vivo o contraste dos estilos. O estilo arcaizante de Menard - estrangeiro mesmo - sofre de uma certa afectação. Não sucede o mesmo com o do precursor, que maneja com desenvoltura o espanhol corrente da sua época. Não há exercício intelectual que por fim não seja inútil. Uma doutrina filosófica ao princípio é uma descrição verosímil do universo; passam os anos e é um simples capítulo quando não um parágrafo ou um nome - da história da filosofia. Na literatura, esta capacidade final é ainda mais notória. O Quixote - disse-me Menard - foi acima de tudo um livro agradável; agora é uma ocasião de brindes patrióticos, de soberba gramatical, de obscenas edições de luxo. A glória é uma incompreensão, e quiçá a pior. Nada têm de novo estas comprovações niilistas; o singular é decisão que delas fez derivar Pierre Menard. Resolveu adiantar-se à vacuidade que aguarda todas as fadigas do homem; lançou-se numa empresa complexíssima e de antemão fútil. Dedicou os seus escrúpulos e vigílias a repetir num idioma alheio um livro pré-existente. Multiplicou os rascunhos; corrigiu tenazmente e rasgou milhares de páginas manuscritas⁽¹⁾. Não permitiu que fossem analisadas por ninguém e cuidou para que não lhe sobrevivessem. Em vão procurei reconstituí-las.

Reflecti que é lícito ver no Quixote final uma espécie de palimpsesto, em que deverão transparecer os vestígios - ténues mas não indecifráveis - da prévia escrita do nosso amigo. Infelizmente, só um segundo Pierre Menard, invertendo o trabalho do anterior, poderia vir a exumar e ressuscitar essas Tróias...

Pensar, analisar, inventar (escreveu-me também) não são actos anómalos, são a normal respiração da inteligência. Glorificar o ocasional cumprimento dessa função, entesourar antigos e alheios pensamentos, recordar com ingénua estupefacção o que o doctor universalis pensou, é confessar a nossa fraqueza de espírito ou a nossa barbárie.

*1. Lembro-me dos seus cadernos quadriculados, das suas negras rasuras, dos seus peculiares símbolos tipográficos e da sua letra de insecto. Ao pôr-do-sol gostava de sair a passear pelos arredores de Nîmes; costumava levar consigo um caderno e fazer uma alegre fogueira.

Todo o homem tem de ser capaz de todas as ideias e entendo que no porvir o será.

Menard (porventura sem querer) enriqueceu por meio de uma técnica nova a arte estagnada e rudimentar da leitura: a técnica do anacronismo deliberado e das atribuições errôneas. Esta técnica de aplicação infinita insta-nos a percorrer a Odisseia como se fosse posterior à Eneida e o livro *Le jardin du Centaure* de Madame Henri Bachelier como se fosse de Madame Henri Bachelier. Esta técnica povoa de aventura os livros mais calmosos. Atribuir a Louis Ferdinand Céline ou a James Joyce a Imitação de Cristo não é uma suficiente renovação desses ténues avisos espirituais?

Nîmes, 1939

As ruínas circulares

*And if he left off dreaming about you...
Through the Looking-Glass, VI.*

Ninguém o viu desembarcar na unânime noite, ninguém viu a canoa de bambu sumir-se na lama sagrada, mas daí a poucos dias ninguém ignorava que o homem taciturno vinha do Sul e que a sua pátria era uma dessas infinitas aldeias que ficam rio acima, no flanco violento da montanha, onde a língua zenda não está contaminada de grego e onde é rara a lepra. O que é certo e seguro é que o homem pardo beijou a lama, subiu a margem sem afastar (provavelmente sem sentir) as sanguessugas que lhe dilaceravam as carnes e arrastou-se, enjoado e sangrando, até ao recinto circular dominado por um tigre ou um cavalo de pedra, que teve outrora a cor do fogo e agora a da cinza. Essa arena é um templo que os antigos incêndios devoraram, que a floresta pantanosa profanou e cujo deus não recebe as honras dos homens. O forasteiro deitou-se sob o pedestal. Só o despertou o sol alto. Verificou sem assombro que as feridas haviam cicatrizado; fechou os olhos pálidos e adormeceu, não por fraqueza da carne mas por decisão da vontade. Sabia que esse templo era o lugar referido para o seu invencível desígnio; sabia que as árvores incessantes não tinham conseguido estrangular, a jusante, as ruínas de outro templo propício, também de deuses incendiados e mortos; sabia que a sua obrigação imediata era o sono. Por volta da meia-noite acordou-o o grito inconsolável de um pássaro. Marcas de pés descalços, uns figos e um cântaro avisaram-no de que os homens da região lhe tinham espiado com respeito o sono e solicitavam o seu amparo ou temiam a sua magia. Sentiu o frio do medo e procurou na muralha delapidada um nicho sepulcral e tapou-se com folhas desconhecidas.

O desígnio que o guiava não era impossível, se bem que sobrenatural.

Queria sonhar um homem: queria sonhá-lo com uma integridade minuciosa e impô-lo à realidade. Este projecto mágico esgotara o espaço inteiro da sua alma; se alguém lhe perguntasse o seu próprio nome ou qualquer pormenor da vida anterior, não seria capaz de responder. Convinha-lhe o templo desabitado e desmantelado, porque era um mínimo de mundo visível; a vizinhança dos lenhadores também, dado que estes se encarregavam de prover às suas necessidades frugais. O arroz e os frutos do seu tributo eram pasto suficiente para o seu corpo, consagrado à única tarefa de dormir e sonhar.

Ao princípio, os sonhos eram caóticos; pouco depois, foram de natureza dialéctica. O forasteiro sonhava-se no meio de um anfiteatro circular, que era de certo modo o templo incendiado: magotes de alunos taciturnos fatigavam os degraus; as caras dos das últimas filas pendiam a muitos séculos de distância e a uma altura estelar, mas viam-se com uma precisão absoluta. O homem dava-lhes lições de anatomia, de cosmografia, de magia: os rostos escutavam com ansiedade e tentavam responder com entendimento, como se adivinhassem a importância daquele exame, que deveria redimir um deles da sua condição de vã aparência e o interpolaria no mundo real. O homem, no sonho e acordado, considerava as respostas dos seus fantasmas, não se deixava enganar pelos impostores, adivinhava em certas perplexidades uma inteligência crescente. Procurava uma alma que merecesse participar no universo.

Ao cabo de nove ou dez noites compreendeu com certa amargura que nada podia esperar dos alunos que aceitavam passivamente a sua doutrina, mas sim dos que arriscavam, às vezes, uma contradição razoável. Os primeiros, embora dignos de amor e de afeição, não podiam elevar-se a indivíduos; os últimos preexistiam um pouco mais. Uma tarde (agora também as tardes eram tributárias do sonho, agora só estava acordado umas horinhas ao amanhecer) despediu para sempre o vasto colégio ilusório e ficou apenas com um único aluno. Era um rapaz taciturno, azedo, desordeiro às vezes, de feições afiladas que repetiam as do seu sonhador. A brusca eliminação dos seus condiscípulos não o desconcertou por muito tempo; os seus progressos, ao fim de poucas lições particulares, conseguiram maravilhar o mestre. No entanto, aconteceu a catástrofe.

Um dia, o homem emergiu do sono como de um deserto viscoso, fitou a vã luz da tarde que começou por confundir com a da aurora, e compreendeu que não tinha sonhado. Durante essa noite toda e todo o dia, abateu-se sobre ele a intolerável lucidez da insônia. Quis explorar a floresta, extenuar-se; só a custo conseguiu pela cicuta uns quantos lampejos de sono fraco, riscados fugazmente por visões de tipo rudimentar: inaproveitáveis. Quis voltar a reunir o colégio e mal articulou umas breves palavras de exortação, logo este se deformou e se desfez. Na sua quase perpétua vigília, lágrimas de cólera queimavam-lhe os velhíssimos olhos.

Compreendeu que a tarefa de modelar a matéria incoerente e vertiginosa de que se compõem os sonhos é a mais árdua a que se pode entregar um homem, embora penetre todos os enigmas da ordem superior e da inferior: muito mais árdua que tecer uma corda de areia ou que cunhar o vento sem cara. Compreendeu que era inevitável um fracasso inicial. Jurou esquecer a enorme alucinação que o desencaminhara ao princípio e procurou outro método de trabalho. Antes de experimentá-lo, consagrou um mês a recuperar as forças que lhe gastara o delírio. Abandonou toda a premeditação de sonhar, e quase a seguir foi capaz de dormir um razoável bocado do dia. As raras vezes que sonhou durante esse período, não ligou aos sonhos. Para retomar a tarefa, esperou que o disco da Lua ficasse perfeito. Depois, à tarde purificou-se nas águas do rio, adorou os deuses planetários, pronunciou as sílabas lícitas de um nome poderoso e adormeceu. Quase imediatamente, sonhou com um coração a bater.

Sonhou-o activo, quente, secreto, do tamanho de um punho cerrado, de cor escarlate na penumbra de um corpo humano ainda sem cara nem sexo, com minucioso amor sonhou-o durante catorze lúcidas noites. Noite a noite, percebia-o com uma evidência cada vez maior. Não o tocava: limitava-se a testemunhá-lo, a observá-lo, talvez, e corrigi-lo com o olhar. Percebia-o, vivia-o, de muitas distâncias e de muitos ângulos. Na décima quarta noite roçou a artéria pulmonar com o dedo indicador e a seguir o coração todo, por fora e por dentro. O exame deixou-o satisfeito. Deliberadamente não sonhou durante uma noite: depois, tornou a pegar no coração, invocou o nome de um planeta e empreendeu a visão de outro dos órgãos principais.

Em menos de um ano chegou ao esqueleto, às pálpebras.

O inumerável cabelo foi talvez a tarefa mais difícil. Sonhou um homem inteiro, um mancebo, mas este não se levantava nem falava nem podia abrir os olhos. Noite após noite, o homem sonhava-o adormecido.

Nas cosmogonias gnósticas, os demiurgos amassam um encarnado Adão que não consegue pôr-se de pé; tão inábil, tosco e elementar como esse Adão de pó era o Adão de sonho que as noites do mago tinham fabricado. Uma tarde, o homem destruiu quase toda a sua obra, mas arrependeu-se. (Mais Lhe valeria que a tivesse destruído.) Depois de ter esgotado os votos aos numes da terra e do rio, caiu de joelhos aos pés da imagem que talvez fosse um tigre e talvez um potro, e implorou o seu desconhecido socorro. Nesse crepúsculo, sonhou com a estátua. Sonhou-a viva, trêmula: não era um atroz bastardo de tigre e potro, mas ao mesmo tempo essas duas criaturas veementes e também um touro, uma rosa, uma tempestade. Este múltiplo deus revelou-Lhe que o seu nome terrestre era Fogo, que nesse templo circular (e noutros iguais) lhe tinham prestado sacrifícios e culto e que ele magicamente animaria o fantasma sonhado, de modo que todas as criaturas, salvo o próprio Fogo e o sonhador, o pensaram um homem de carne e osso. Ordenou-lhe que, depois de instruído nos ritos, o enviasse para outro templo dismantelado cujas pirâmides persistem a jusante do rio, para que alguma voz o glorificasse naquele edifício deserto. No sonho do homem que sonhava, o sonhado acordou.

O mago executou as ordens. Consagrou um prazo (que no fim durou dois anos) para lhe descobrir os arcanos do universo e do culto do fogo. Intimamente, custava-lhe separar-se dele. A pretexto da necessidade pedagógica, dilatava dia após dia as horas dedicadas ao sonho. Também refez o ombro direito, porventura deficiente. Às vezes, inquietava-o uma impressão de que tudo aquilo já tinha acontecido... Em geral, os seus dias eram felizes; ao fechar os olhos pensava: Agora vou estar com o meu filho. Ou então, mais raramente: O filho que gerei espera por mim e não existirá se eu não for ter com ele.

Gradualmente, lá o foi habituando à realidade. Uma vez mandou-o colocar uma bandeira num píncaro distante. No outro dia, flutuava a bandeira no cume. Tentou outras experiências análogas, cada vez mais audaciosas. Compreendeu com uma certa amargura que o seu filho estava pronto para nascer,

- e talvez até impaciente. Nessa noite beijou-lhe a pela primeira vez e enviou-o para o outro templo cujos despojos branqueavam rio abaixo, a muitas léguas da inextricável floresta e de pântanos. Mas antes (para que ele nunca soubesse que era um fantasma, para que se julgasse um homem como os outros) infundiu-lhe o esquecimento total dos seus anos de aprendizagem.

A sua vitória e a sua paz ficaram turvadas pelo desgosto. Nos crepúsculos da noite e da madrugada, prostrava-se diante da figura de pedra, talvez imaginando que o seu filho irreal executava ritos idênticos, noutras ruínas circulares, rio abaixo; de noite não sonhava, ou sonhava como o fazem todos os homens. Apercebia-se com certa palidez dos sons e formas do universo: o filho ausente alimentava-se dessas diminuições da sua alma. O desígnio da sua vida fora preenchido; o homem persistiu numa espécie de êxtase. Ao fim de um tempo que certos narradores da sua história preferem calcular em anos e outros em lustros, à meia-noite acordaram-no dois remadores: não conseguiu ver as caras deles, mas falaram-lhe de um homem mágico num templo do Norte, capaz de andar sobre o fogo sem se queimar. O mago lembrou-se de repente das palavras do deus. Lembrou-se de que, de todas as criaturas que compõem o globo, o fogo era a única que sabia que o seu filho era um fantasma. Esta recordação, que o descansou ao princípio, acabou por atormentá-lo. Receou que o seu filho meditasse nesse privilégio anormal e descobrisse de qualquer modo a sua condição de mero simulacro. Não ser um homem, ser a projecção do sonho de outro homem, que humilhação incomparável, que vertigem! Qualquer pai se interessa pelos filhos que procriou (que permitiu) numa simples confusão ou na felicidade; é natural que o mago temesse pelo futuro daquele filho, pensado entranha a entranha e feição a feição, em mil e uma noites secretas.

O fim das suas reflexões foi brusco, mas anunciaram-no alguns sinais. Primeiro (ao cabo de uma longa seca) uma remota nuvem numa colina, leve como um pássaro; a seguir, para os lados do Sul, o céu com a cor rosada das gengivas dos leopardos; depois as fumaradas que enferrujaram o metal das noites; depois a fuga pânica dos bichos. Porque se repetiu o que acontecera há muitos séculos. As ruínas do santuário do deus do fogo foram destruídas pelo fogo.

Numa madrugada sem pássaros o mago viu abater-se sobre as paredes o incêndio concêntrico. Por um instante, pensou refugiar-se nas águas, mas logo compreendeu que a morte vinha coroar a sua velhice e absolvê-lo dos seus trabalhos. Caminhou ao encontro dos círculos de fogo. Estes não morderam a sua carne, acariciaram-no e inundaram-no sem calor e sem combustão. Com alívio, com humilhação, com terror, compreendeu que ele próprio também era uma aparência, que outro estava a sonhá-lo.

A loteria na Babilônia

Como todos os homens da Babilônia, fui pró-cônsul; como todos, escravo; também conheci a onipotência, o opróbrio, o cárcere. Olhem: à minha mão direita falta-lhe o indicador.

Olhem: por este rasgão da capa vê-se no meu estômago uma tatuagem vermelha: é o segundo símbolo, Beth.

Esta letra, nas noites de lua cheia, confere-me poder sobre os homens cuja marca é Ghimel, mas subordina-me aos de Aleph, que nas noites sem lua devem obediência aos de Ghimel. No crepúsculo da alvorada, num subterrâneo, degolei diante de uma pedra negra touros sagrados. Durante um ano da lua, fui declarado invisível: gritava e não me respondiam, roubava pão e não me decapitavam. Conheci o que ignoram os gregos: a incerteza. Numa câmara de bronze, perante o lenço silencioso do estrangulador, a esperança foi-me fiel; no rio dos deleites, o pânico. Heráclides Pôntico refere com admiração que Pitágoras se lembrava de ter sido Pirro e antes Eufórbio e antes algum outro mortal; para me lembrar de vicissitudes análogas não preciso de recorrer à morte nem sequer à impostura.

Devo esta variação quase atroz a uma instituição que as outras repúblicas ignoram ou que nelas só actua de modo imperfeito e secreto: a loteria. Não investiguei a sua história; estou informado de que os magos não conseguem chegar a nenhum acordo; apenas sei dos seus poderosos propósitos o que pode saber da lua o homem não versado em astrologia. Sou de um país vertiginoso onde a loteria é parte principal da realidade; até ao dia de hoje, pensei tão pouco nela como no comportamento dos deuses indecifráveis ou no do meu coração.

Agora, longe de Babilônia e dos seus queridos costumes, penso com certo espanto na loteria e nas conjecturas blasfemas que ao crepúsculo murmuram os homens velados.

O meu pai contava que antigamente - questão de séculos, de anos? - a loteria na Babilónia era um jogo de carácter plebeu. Contava (ignoro se com verdade) que os barbeiros trocavam por moedas de cobre rectângulos de osso e de pergaminho adornados de símbolos. Em pleno dia efectuava-se um sorteio: os agraciados, sem outra corroboração do acaso, recebiam moedas cunhadas de prata. O procedimento era elementar, como podem ver.

Naturalmente, estas loterias, fracassaram. A sua virtude moral era nula. Não se dirigiam a todas as faculdades do homem: unicamente à sua esperança. Perante a indiferença pública, os mercadores que fundaram essas loterias venais começaram a perder dinheiro. Alguém experimentou uma reforma: a interpolação. Por meio desta reforma, os compradores de rectângulos numerados corriam o duplo risco de ganhar uma soma e de pagar uma multa às vezes elevada. Este leve perigo (por cada trinta números favoráveis havia um aziago), como é natural, despertou o interesse do público. Os babilónios entregaram-se ao jogo. Quem não adquiria sortes era considerado um pusilânime, um tacanho. Com o tempo, este justificado desdém redobrou. Era desprezado quem não jogasse, mas também eram desprezados os perdedores que pagavam a multa.

A Companhia (assim começou a chamar-se então) teve de velar pelos ganhadores, que não podiam levantar os prémios se faltava na caixa a importância quase total das multas. Levantou um processo aos perdedores: o juiz condenou-os a pagar a multa original e os custos ou a uns dias de prisão. Todos optaram pela prisão, para defraudar a Companhia. Desta bravata de uns poucos nasce a onipotência da Companhia: o seu valor eclesiástico, metafísico.

Pouco depois, as informações dos sorteios omitiram as enumerações das multas e limitaram-se a publicar os dias de prisão que designava cada número adverso. Este laconismo, quase inadvertido no seu tempo, foi de importância capital. Foi a primeira aparição na loteria de elementos não pecuniários. O êxito foi grande. Instada pelos jogadores, a Companhia viu-se na necessidade de aumentar os números adversos.

Ninguém ignora que o povo da Babilónia é extremamente devoto da lógica, e também da simetria. Era incoerente que os números faustos se computassem em redondas moedas e os infaustos em dias e noites de prisão.

Alguns moralistas raciocinaram que a posse de moedas nem sempre determina a felicidade e que outras formas da dita são talvez mais directas.

Outra inquietação incubava nos bairros baixos. Os membros do colégio sacerdotal multiplicavam as apostas e gozavam de todas as vicissitudes do terror e da esperança; os pobres (com inveja razoável ou inevitável) sabiam-se excluídos deste vaivém, notoriamente delicioso. O justo anseio de que todos, pobres e ricos, participassem por igual na loteria, inspirou uma indignada agitação, cuja memória não se apagou com os anos. Alguns obstinados não compreenderam (ou simularam não compreender) que se tratava de uma ordem nova, de uma etapa histórica necessária... Um escravo roubou um bilhete carmesim, que no sorteio o tornou credor de lhe queimarem a língua. O código fixava essa mesma pena para quem roubasse um bilhete. Alguns babilônios argumentaram que merecia o ferro em brasa, na sua qualidade de ladrão; outros, magnânimos, que o verdugo devia aplicar-lho porque assim lhe havia determinado a sorte... Houve distúrbios, houve efusões lamentáveis de sangue; mas a gente babilónica impôs finalmente a sua vontade, contra a oposição dos ricos. O povo conseguiu com plenitude os seus fins generosos. Em primeiro lugar, conseguiu que a Companhia aceitasse a totalidade do poder público. (Esta unificação era necessária, dada a vastidão e complexidade das novas operações.) Em segundo lugar, conseguiu que a loteria fosse secreta, gratuita e geral. Foi abolida a venda mercenária de sortes. Já iniciado nos mistérios de Bel, todo o homem livre automaticamente participava nos sorteios sagrados, que se efectuavam nos labirintos do deus de sessenta em sessenta noites e que determinavam o seu destino até ao outro exercício. As consequências eram incalculáveis. Uma jogada feliz podia motivar a elevação ao concílio de magos ou a prisão de um inimigo (notório ou íntimo) ou o encontrar, na pacífica treva do quarto, a mulher que começa a inquietar-nos ou que não esperávamos tornar a ver; uma jogada adversa: a mutilação, a variada infâmia, a morte. Por vezes um só facto - o assassinio público de C, a apoteose misteriosa de B - era a solução genial de trinta ou quarenta sorteios. Combinar as jogadas era difícil; mas tem de se recordar que os indivíduos da Companhia eram (e são) todo-poderosos e astutos. Em muitos casos, o conhecimento de que certas felicidades eram simples obra do acaso, poderia minorar a sua virtude;

para evitar este inconveniente, os agentes da Companhia deitavam mão das sugestões e da magia: os seus passos, os seus manejos, eram secretos. Para indagar das íntimas esperanças e dos íntimos terrores de cada um, dispunham de astrólogos e de espíões. Havia certos leões de pedra, havia uma latrina sagrada chamada Qaphqa, havia umas gretas num pulverulento aqueduto que, segundo a opinião geral, iam dar à Companhia; as pessoas malignas ou benévolas depositavam delações nesses sítios. Um arquivo alfabético recolhia essas notícias de variável veracidade.

Pode parecer incrível, mas não faltavam queixas. A Companhia, com a sua discrição habitual, não replicou directamente. Preferiu mandar pichar nos escombros de uma fábrica de caraças um argumento curto, que ainda figura nas escrituras sagradas. Esta peça doutrinal observava que a loteria é uma interpolação do acaso na ordem do mundo e que aceitar erros não é contradizer o acaso: é corroborá-lo. Observava igualmente que os leões e o recipiente sagrado, embora não desautorizados pela Companhia (que não renunciava ao direito de consultá-los), funcionavam sem garantia oficial.

Esta declaração apaziguou as inquietações. Também produziu outros efeitos, porventura não previstos pelo autor. Modificou profundamente o espírito e as operações da Companhia. Resta-me pouco tempo; avisam-nos de que o navio está para zarpar; mas vou tentar explicá-lo.

Por mais inverosímil que seja, ninguém havia tentado até então uma teoria geral dos jogos. U babilónio não é especulativo. Acata os ditames da sorte e do azar, entrega-lhes a sua vida, a sua esperança, o seu terror pânico, mas não lhe ocorre investigar as suas leis labirínticas, nem as esferas giratórias que os revelam. No entanto, a declaração oficiosa que mencionei inspirou muitas discussões de carácter jurídico-matemático. De algumas delas nasceu a conjectura seguinte: Se a loteria é uma intensificação do acaso, uma periódica infusão do caos no cosmos, não conviria que o acaso interviesse em todas as fases do sorteio e não numa só? Não é irrisório que o acaso dite a morte de alguém e que as circunstâncias dessa morte - a reserva, a publicidade, o prazo de uma hora ou de um século - não estejam submetidas ao acaso? Estes escrúpulos tão justos provocaram por fim uma considerável reforma, cujas complexidades (agravadas por um exercício de séculos) só poucos especialistas compreendem,

mas que irei tentar resumir, pelo menos de modo simbólico. Imaginemos um primeiro sorteio, que dita a morte de um homem. Para o seu cumprimento procede-se a outro sorteio, que propõe (digamos) nove executores possíveis. Destes executores, quatro podem realizar um terceiro sorteio que dirá o nome do verdugo, dois podem substituir a sentença adversa por uma sentença feliz (o encontro de um tesouro, digamos), outro exacerbará a morte (ou seja, torná-la infame ou enriquecê-la de torturas), outros podem recusar-se a cumpri-la... Tal é o esquema simbólico. Na realidade o número de sorteios é infinito. Nenhuma decisão é final, todas se ramificam noutras. Os ignorantes supõem que infinitos sorteios requerem um tempo infinito; na verdade basta que o tempo seja infinitamente divisível, como o ensina a famosa parábola da Corrida com a Tartaruga. Esta infinidade condiz de maneira admirável com os sinuosos números do acaso e com o Arquétipo Celestial da Loteria, que adoram os platônicos... Um certo eco deformado dos nossos ritos parece ter retumbado no Tibre: Aélío Lamprídio, na Vida de Antonino Heliogábalo, refere que este imperador escrevia em conchas as sortes que destinava aos convidados, de maneira que um recebia dez libras de ouro e outro dez moscas, dez leitões, dez ossos. Permitam-me recordar que Heliogábalo foi educado na Ásia Menor, entre os sacerdotes do deus epónimo.

Também há sorteios impessoais, de propósitos indefinidos: um decreta que se lance às águas do Eufrates uma safira da Taprobana; outro, que do alto de uma torre se solte uma ave; outro, que em cada século se retire (ou junte) um grão de areia dos inúmeros que há na praia. As consequências às vezes são terríveis.

Sob a influência benéfica da Companhia, os nossos costumes estão saturados de acaso. O comprador de uma dúzia de ânforas de vinho de Damasco não se espantará se uma delas contiver um talismã ou uma víbora: o escrivão que redige um contrato quase nunca deixa de introduzir uns dados errôneos; eu mesmo, nesta apressada declaração, falseei um ou outro esplendor, uma ou outra atrocidade. E quiçá também alguma misteriosa monotonia... Os nossos historiadores, que são os mais perspicazes do globo, inventaram um método para corrigir o acaso; consta que as operações desse método

(em geral) são fidedignas; embora, naturalmente, não se divulguem sem uma certa dose de engano. De resto, nada há tão contaminado de ficção como a própria história da Companhia... Um documento paleográfico, exumado num templo, pode ser obra do sorteio de ontem ou de um sorteio secular. Não se publica um livro sem ter uma ou outra divergência entre cada um dos exemplares. Os escribas prestam juramento secreto de omitirem, de interpolarem, de alterarem. Também se exerce a mentira indirecta.

A Companhia, com uma modéstia divina, evita toda a publicidade. Os seus agentes, como é natural, são secretos; as ordens que distribui continuamente (quicâ incessantemente) não diferem das que prodigam os impostores. Além disso, quem poderá gabar-se de ser um simples impostor? O ébrio que improvisa um mandato absurdo, o sonhador que desperta de repente e asfixia com as suas próprias mãos a mulher que dorme a seu lado, porventura não estarão a executar uma secreta decisão da Companhia? Este funcionamento silencioso, comparável ao de Deus, provoca toda a espécie de conjecturas. Uma abominavelmente insinua que há já séculos que não existe a Companhia e que a sagrada desordem das nossas vidas é puramente hereditária, tradicional; outra julga-a eterna e ensina que perdurará até à última noite, quando o último deus aniquilar o mundo. Outra ainda declara que a Companhia é onnipotente, mas que só tem influência sobre coisas minúsculas: o piar de uma ave, as cambiantes da ferrugem e da poeira, os meios sonhos da madrugada. Outra, pela boca de heresiarcas camuflados, que nunca existiu nem existirá. Outra, não menos ignominiosa, considera que é indiferente afirmar ou negar a realidade da tenebrosa corporação, porque a Babilónia não é outra coisa senão um infinito jogo de acasos.

Análise da obra de Herbert Quain

Herbert Quain morreu em Roscomrnon; verifiquei sem espanto que o Suplemento Literário do Times mal lhe dedica meia coluna de piedade necrológica, em que não há epíteto laudatório que não esteja corrigido (ou seriamente admoestado) por um advérbio. O Spectator, no número a seu respeito, é sem dúvida menos lacónico e talvez até mais cordial, mas equipara o primeiro livro de Quain - *The God of the Labyrinth* - a um de Mrs. Agatha Christie e outros aos de Gertrude Stein: evocações que ninguém julgará inevitáveis e que não alegrariam o defunto. Este, aliás, nunca se julgou genial; nem sequer nas noites peripatéticas de conversação literária, em que o homem que já deu que fazer aos prelos brinca invariavelmente a ser Monsieur Teste ou o doutor Samuel Johnson... Apercebia-se com toda a lucidez da condição experimental dos seus livros: admiráveis talvez pelo novo e por certa lacónica proibidade, mas não pelas virtudes da paixão. Sou como as odes de Crowley, escreveu-me de Longford a seis de Março de 1939. Não pertenço à arte, mas à simples história da arte. Para ele, não havia disciplina inferior à história.

Repeti uma modéstia de Herbert Quain; naturalmente, esta modéstia não esgota o seu pensamento. Flaubert e Henry James habituaram-nos a supor que as obras de arte são raras e de execução laboriosa; o século dezasseis (recordemos a Viagem do Parnaso, recordemos o destino de Shakespeare) não compartilhava desta desconsolada opinião. Herbert Quain também não. Achava que a boa literatura é muito comum e que quase não há diálogo de rua que não consiga sê-la. Também achava que o facto estético não pode prescindir de nenhum elemento de espanto e que é difícil espantar-se de cor. Deplorava com sorridente sinceridade a servil e obstinada conservação de livros pretéritos... Ignoro se a sua vaga teoria é justificável; sei que os seus livros anseiam demasiado pelo espanto.

Deploro ter emprestado a uma senhora, irreversivelmente, o primeiro que publicou. Já declarei que se trata de um romance policial: *The God of the Labyrinth*; posso agradecer que o editor tenha proposto a sua venda nos últimos dias de Novembro de 1933. Nos primeiros de Dezembro, as agradáveis e árduas involuções do *Siamese Tiain Mistery* ocuparam Londres e Nova Iorque; eu prefiro atribuir a essa coincidência ruinosa o fracasso do romance do nosso amigo. E também (e vou ser totalmente sincero) à sua execução deficiente e à vã e frígida pompa de certas descrições do mar. Ao cabo de sete anos, é-me impossível recuperar os pormenores da acção; eis o seu plano; tal como agora o empobrece (tal como agora o purifica) o meu esquecimento. Há um indecifrável assassinato nas páginas iniciais, uma lenta discussão nas intermédias, e uma solução nas últimas. Já esclarecido o enigma, há um parágrafo longo e retrospectivo que contém esta frase: «Todos julgaram que o encontro dos dois jogadores de xadrez havia sido casual.» Esta frase dá a entender que a solução é errónea. O leitor, inquieto, relê os capítulos pertinentes e descobre outra solução, que é a verdadeira. O leitor deste livro singular é mais perspicaz que o detective.

Ainda mais heterodoxo é o romance regressivo e ramificado *April March*, cuja terceira (e única) parte é de 1936. Ninguém, ao considerar este romance, se nega a descobrir que é um jogo; permitam-me recordar que o autor nunca o considerou outra coisa. Eu reivindico para esta obra, ouvi-o dizer, os aspectos essenciais de todo o jogo: a simetria, as leis arbitrárias e o tédio. Até o nome é um débil calembour: não significa *Marcha de Abril* mas sim literalmente *Abril Março*. Alguém sentiu nas suas páginas um eco das doutrinas de Dunne; o prólogo de Quain prefere evocar esse inverso mundo de Bradley, em que a morte antecede o nascimento e a cicatriz a ferida e a ferida o golpe (*Appearance and Reality*, 1897, página 215)¹. Os mundos que propõe *April March* não são regressivos; regressiva é a maneira de historiá-los. Regressiva e rammificada, como já disse.

¹1. Ai da erudição de Herbert Quain, ai da página 215 de um livro de 1897. Um interlocutor do Político, de Platão, já descreveu uma regressão parecida: a dos Filhos da Terra ou Autóctones que, submetidos à influência de uma rotação inversa do cosmos, passaram da velhice à maturidade, da maturidade à infância, e da infância à desapareição e ao nada. Também Teopopompo na sua *Filípica*, fala de certos frutos boreais que originam em quem os come o mesmo processo retrógrado... Mais interessante é imaginar uma inversão do Tempo: um estado em que recordávamos o porvir e ignorávamos, ou só pressentíamos, o passado. Cf o canto décimo do *Inferno*, versos 97 - 102, onde se comparam a visão profética e o presbitismo.

Integram a obra treze capítulos. O primeiro refere o ambíguo diálogo de uns desconhecidos numa gare de estação. O segundo refere os acontecimentos da véspera do primeiro. O terceiro, também retrógrado, refere os acontecimentos de outra possível véspera do primeiro; o quarto, os de outra. Cada uma destas três vésperas (que rigorosamente se excluem) ramifica-se noutras três vésperas, de índole muito diferente. A obra total consta, portanto, de nove novelas; cada novela, de três longos capítulos. Destas novelas, uma é de carácter simbólico; outra, sobrenatural; outra, policial; outra, psicológica; outra, comunista; outra, anticomunista, etc. Talvez um esquema ajude a compreender a estrutura.

x1
y1
x3
x4
x y2 x5
x6
x7
y3 x8
x9

Desta estrutura pode-se repetir o que declarou Schopenhauer das doze categorias kantianas: «sacrifica tudo a um furor simétrico». Previsivelmente, um ou outro dos nove contos é indigno de Quain; o melhor não é o que ele ao princípio ideou, o x 4; é o de natureza fantástica, o x 9. Outros são estragados por graçolas lânguidas e por pseudoprecisões inúteis. Quem os ler por ordem cronológica (por exemplo: x 3, y 1, z) perde o sabor peculiar do estranho livro. Dois contos - o x 7 e o x 8 - carecem de valor individual; é a justaposição que Lhes dá eficácia... Não sei se deva recordar que já depois de publicado April March,

Quain se arrependeu da ordem ternária e previu que os homens que o imitassem optariam pela binária

x1
y1
x2
z
x3
y2
x4

e os demiurgos e os deuses pelo infinito: infinitas histórias, infinitamente ramificadas. Muito diferente, mas retrospectiva também, é a comédia heróica em dois actos *The Secret Mirror*. Nas obras já resumidas, a complexidade formal tinha entorpecido a imaginação do autor; aqui, a sua evolução é mais livre. O primeiro acto (o mais extenso) passa-se na casa de campo do general Thrale, C.I.E., perto de Melton Mowbray. O invisível centro da trama é Miss Ulrica Thrale, filha mais velha do general. Através de algum diálogo adivinhamo-la, amazona e altiva; suspeitamos que ela não costuma frequentar a literatura; os jornais anunciam o seu noivado com o duque de Rutland; os jornais desmentem o noivado. Venera-a um autor dramático, Wilfred Quarles; ela concedeu-lhe uma ou outra vez um beijo distraído. As personagens são de vasta fortuna e de antigo sangue; os afectos, nobres embora veementes; o diálogo parece hesitar entre a mera vaniloquência de Bulwer-Lytton e os epigramas de Wilde ou de Mr. Philip Guedalla. Há um rouxinol e uma noite; há um duelo secreto debaixo de um alpendre. (Quase totalmente imperceptíveis, há uma ou outra curiosa contradição, há pormenores sórdidos.) As personagens do primeiro acto reaparecem no segundo - com outros nomes. O autor dramático, Wilfred Quarles é um caixeiro-viajante de Liverpool; o seu verdadeiro nome, John William Quigley. Miss Thrale existe; Quigley nunca a viu, porém morbidamente coleciona fotografias suas do *Tatler* ou do *Sketch*. Quigley é autor do primeiro acto. A inverosímil ou improvável casa de campo é a pensão judeu-irlandesa em que vive, transformada e exaltada por ele... A trama dos actos é paralela, mas no segundo tudo é levemente horrível, tudo se adia ou se frustra.

Quando *The Secret Mirror* se estreou, a crítica pronunciou os nomes de Freud e de Julien Green. A menção do primeiro parece-me absolutamente injustificada. A fama divulgou que *The Secret Mirror* era uma comédia freudiana; esta interpretação propícia (e falaciosa) determinou o seu êxito. Infelizmente, Quain já tinha completado os quarenta anos; estava aclimatado ao fracasso e não se resignava com doçura a uma mudança de regime. Resolveu desferrar-se. Em fins de 1939 publicou *Statements*: porventura o mais original dos seus livros, sem dúvida o menos gabado e o mais secreto. Quain costumava argumentar que os leitores eram uma espécie já extinta. Não há europeu (arrazoava ele) que não seja um escritor, em potência ou em acto. Afirmava também que das diversas felicidades que pode fornecer a literatura, a mais elevada era a invenção. Já que nem todos são capazes dessa felicidade, muitos terão de se contentar com simulacros. Foi para esses escritores imperfeitos, cujo nome é legião, que Quain redigiu os oito contos do livro *Statements*. Cada um deles prefigura ou promete um bom argumento, voluntariamente frustrado pelo autor. Uns - que não os melhores - insinuam dois argumentos. O leitor, distraído pela vaidade, crê tê-los inventado. Do terceiro, *The Rose of Yesterday*, cometi a ingenuidade de extrair "As ruínas circulares", que é uma das narrativas do livro "O jardim dos caminhos que se bifurcam".

1941

A Biblioteca de Babel

By this art you may contemplate the variation of the 23 letters...

The Anatomy of Melancholy, part. 2, sect. II, mem. IV

O universo (a que outros chamam a Biblioteca) compõe-se de um número indefinido, e talvez infinito, de galerias hexagonais, com vastos poços de ventilação no meio, cercados por parapeitos baixíssimos. De qualquer hexágono vêem-se os pisos inferiores e superiores: interminavelmente. A distribuição das galerias é invariável. Vinte estantes, a cinco longas estantes por lado, cobrem todos os lados menos dois; a sua altura, que é a dos pisos, mal excede a de um bibliotecário normal. Uma das faces livres dá para um estreito saguão, que vai desembocar noutra galeria, idêntica à primeira e a todas. À esquerda e à direita do saguão há dois gabinetes minúsculos. Um permite dormir de pé; o outro, satisfazer as necessidades finais. Por aí passa a escada em espiral, que se afunda e se eleva a perder de vista. No saguão há um espelho, que fielmente duplica as aparências. Os homens costumam inferir desse espelho que a Biblioteca não é infinita (se o fosse realmente, para que serviria esta duplicação ilusória?); eu prefiro sonhar que as superfícies polidas representam e prometem o infinito... A luz provém de umas frutas esféricas que têm o nome de lâmpadas. Há duas em cada hexágono: transversais. A luz que emitem é insuficiente, incessante.

Tal como todos os homens da Biblioteca, viajei na minha juventude; peregrinei em busca de um livro, se calhar do catálogo dos catálogos; agora que os meus olhos quase não conseguem decifrar o que escrevo, preparo-me para morrer a poucas léguas do hexágono em que nasci. Morto, não faltarão mãos piedosas que me atirem pela balaustrada; a minha sepultura será o ar insondável; o meu corpo precipitar-se-á longamente até se corromper e dissolver no vento gerado pela queda, que é infinita.

Eu afirmo que a Biblioteca é interminável. Os idealistas argumentam que as salas hexagonais são uma forma necessária do espaço absoluto, ou pelo menos da nossa intuição do espaço. Consideram que é inconcebível uma sala triangular ou pentagonal. (Os místicos pretendem que o êxtase lhes revela uma câmara circular com um grande livro circular de lombada contínua, que dá toda a volta das paredes; mas o seu testemunho é suspeito; as suas palavras, obscuras. Esse livro cíclico é Deus.) Basta-me por agora repetir a clássica sentença: «A Biblioteca é uma esfera cujo centro cabal é qualquer hexágono, e cuja circunferência é inacessível.

A cada uma das paredes de cada hexágono correspondem cinco prateleiras; cada prateleira contém trinta e dois livros de formato uniforme; cada livro é de quatrocentas e dez páginas; cada página, de quarenta linhas; cada linha, de umas oitenta letras de cor negra. Também há letras na lombada de cada livro; estas letras não indicam nem representam o que dirão as páginas. Sei que esta incongruência já chegou a parecer misteriosa. Antes de resumir a solução (cuja descoberta, apesar das suas trágicas projecções, é talvez o facto capital da história) vou rememorar alguns axiomas.

O primeiro: A Biblioteca existe ab aeterno. Desta verdade cujo corolário imediato é a eternidade futura do mundo, nenhuma mente razoável pode duvidar. O homem, o imperfeito bibliotecário, pode ser obra do acaso ou dos demiurgos malévolos; o universo, com a sua elegante dotação de estantes, de tomos enigmáticos, de infatigáveis escadas para o viajante e de latrinas para o bibliotecário sentado, só pode ser obra de um deus. Para perceber a distância que existe entre o divino e o humano, basta comparar estes rudes símbolos trémulos que a minha falível mão garatuja na capa de um livro, com as letras orgânicas do inter or: pontuais, delicadas, negríssimas, inimitavelmente simétricas.

O segundo: O número de símbolos ortográficos é vinte e cinco(1).

*1. O manuscrito original não contém algarismos nem maiúsculas. A pontuação foi limitada à vírgula e ao ponto. Estes dois sinais o espaço e as vinte e duas letras do alfabeto são os vinte e cinco símbolos suficientes que enumera o desconhecido. (Nota do editor.)

Foi esta observação que permitiu, há trezentos anos, formular uma teoria geral da Biblioteca e resolver satisfatoriamente o problema que nenhuma conjectura tinha ainda decifrado: a natureza informe e caótica de quase todos os livros. Um, que o meu pai viu num hexágono do circuito quinze noventa e quatro, constava apenas das letras M C V perversamente repetidas da primeira linha até à última. Outro (muito consultado nesta zona) é um simples labirinto de letras, mas a penúltima página diz "Oh tempo as tuas pirâmides". Já se sabe: por uma linha razoável ou uma notícia correcta há léguas de insensatas cacofonias, de embrulhadas verbais e de incoerências. (Sei de uma bárbara região cujos bibliotecários repudiam o vão e supersticioso costume de procurar sentido nos livros e o equiparam ao de procurá-lo nos sonhos ou nas linhas caóticas da mão... Admitem que os inventores da escrita imitaram os vinte e cinco símbolos naturais, mas afirmam que essa aplicação é casual e que os livros em si nada significam. Esta opinião, como veremos, não é totalmente falaciosa.)

Durante muito tempo julgou-se que esses livros impenetráveis correspondiam a línguas pretéritas ou remotas. É verdade que os homens mais antigos, os primeiros bibliotecários, usavam uma linguagem bastante diferente da que falamos agora; é verdade que poucas milhas à direita a língua é dialectal e que noventa pisos mais acima é incompreensível. Tudo isto, repito, é verdade, mas quatrocentas e dez páginas de inalteráveis M C V não podem corresponder a nenhum idioma, por mais dialectal ou rudimentar que seja. Houve quem insinuasse que cada letra podia ter influência sobre a seguinte e que o valor M C V na terceira linha da página 71 não era o que pode ter a mesma série noutra posição de outra página, mas esta vaga tese não prosperou. Outros pensaram em criptografias; universalmente, aceitou-se esta conjectura, embora não no sentido em que a formularam os seus inventores.

Há quinhentos anos, o chefe de um hexágono superior⁽¹⁾ deu com um livro tão confuso como os outros, mas que tinha quase duas folhas de linhas homogêneas. Mostrou o seu achado a um decifrador ambulante, que lhe disse que estavam redigidas em português;

*1. Dantes, para cada três hexágonos havia um homem. O suicídio e as doenças pulmonares destruíram esta proporção. Memória de indescritível melancolia: já cheguei a viajar muitas noites por corredores : escadas polidas sem encontrar um único bibliotecário.

outros disseram-lhe que era iidiche. Em menos de um século conseguiu-se estabelecer o idioma: um dialecto samoiedo-lituano do guarani, com inflexões de árabe clássico. Também se decifrou o conteúdo: noções de análise combinatória, ilustradas por exemplos de variações com repetição ilimitada. Estes exemplos permitiram que um bibliotecário de génio descobrisse a lei fundamental da Biblioteca. Este pensador observou que todos os livros, por muito diferentes que sejam, constam de elementos iguais; o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto. Também acrescentou um facto que todos os viajantes têm confirmado: Não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos.

Destas premissas incontrovertidas deduziu que a Biblioteca é total e que as suas estantes registam todas as possíveis combinações dos vinte e tal símbolos ortográficos (número, embora vastíssimo, não infinito) ou seja, tudo o que nos é dado exprimir: em todos os idiomas. Tudo: a história minuciosa do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basilides, o comentário desse evangelho, o comentário do comentário desse evangelho, o relato verídico da tua morte, a versão de cada livro em todas as línguas, as interpolações de cada livro em todos os livros, o tratado que Beda pode ter escrito (e não escreveu) sobre a mitologia dos saxões, os livros perdidos de Tácito.

Quando se proclamou que a Biblioteca abrangia todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade. Todos os homens se sentiram senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: nalgum hexágono. O universo estava justificado, o universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança. Naquele tempo falou-se muito das Reabilitações: livros de apologia e de profecia, que para sempre reabilitavam os actos de todos os homens do universo e guardavam arcanos prodigiosos para o seu porvir. Milhares de cobiçosos abandonaram o doce hexágono natal e lançaram-se pelas escadas acima, impelidos pelo vão propósito de encontrar a sua Reabilitação. Estes peregrinos brigavam nos corredores estreitos, proferiam obscuras maldições,

estrangulavam-se nas escadas divinas, atiravam os livros enganadores para o fundo dos túneis, morriam defenestrados pelos homens de regiões remotas. Outros enlouqueceram... As Reabilitações existem (eu vi duas que se referem a pessoas do futuro, a pessoas porventura não imaginárias) mas os pesquisadores não se lembravam que a possibilidade de um homem achar a sua, ou alguma pérfida variação da sua, se pode computar à volta de zero.

Também se esperou então o esclarecimento dos mistérios básicos da humanidade: a origem da Biblioteca e do tempo. É verosímil que estes graves mistérios possam explicar-se por palavras: se não bastar a linguagem dos filósofos, a multiforme Biblioteca deve ter produzido o idioma inaudito que se requer, bem como os vocabulários e gramáticas desse idioma. Há já quatro séculos que os homens não dão descanso aos hexágonos... Há pesquisadores oficiais, inquiridores. Vi-os no desempenho da sua função: chegam sempre esgotados; falam de um escadote sem degraus que quase os matou; falam de galerias e de escadas com o bibliotecário; algumas vezes, pegam no livro mais próximo e folheiam-no, em busca de palavras infames. Visivelmente, ninguém espera descobrir nada.

À desaforada esperança, como é natural, sucedeu-se uma depressão excessiva. A certeza de que alguma prateleira nalgum hexágono continha livros preciosos e de que esses livros preciosos eram inacessíveis, pareceu quase intolerável. Uma seita blasfema sugeriu que cessassem as buscas e que todos os homens misturassem letras e símbolos, até construírem, por meio de um improvável dom do acaso, esses livros canônicos. As autoridades viram-se obrigadas a promulgar ordens severas. A seita desapareceu, mas na minha infância vi homens velhos que longamente se ocultavam nas latrinas, com uns discos de metal num covilhete proibido, e fracamente imitavam a divina desordem.

Outros, pelo contrário, acreditaram que a prioridade era eliminar as obras inúteis. Invadiam os hexágonos, exibiam credenciais nem sempre falsas, folheavam com tédio um volume e condenavam estantes inteiras: ao seu furor higiênico e ascético deve-se a insensata perda de milhões de livros. O seu nome é execrado, mas quem deplora os tesouros" que o seu frenesi destruiu descarta dois factos notórios. Um: a Biblioteca é tão enorme que toda a redução de origem humana se torna infinitésima. Outro: cada exemplar é único,

insubstituível, mas (como a Biblioteca é total) há sempre várias centenas de milhares de fac-símiles imperfeitos: de obras que só diferem por uma letra ou por uma vírgula. Contra a opinião geral, atrevo-me a supor que as consequências das depredações cometidas pelos Purificadores foram exageradas pelo terror que esses fanáticos provocaram. Impelia-os o delírio de conquistar os livros do Hexágono Carmesim: livros de formato menor que os naturais: onnipotentes, ilustrados e mágicos.

Também sabemos doutra superstição daquele tempo: a do Homem do Livro. Nalguma estante de algum hexágono (pensaram os homens) deve existir um livro que seja a chave e o resumo perfeito de todos os outros: deve haver algum bibliotecário que o tenha estudado e seja análogo a um deus. Na linguagem desta zona não-de persistir ainda vestígios do culto desse funcionário remoto. Fizeram-se muitas peregrinações à procura dEle. Durante um século percorreram em vão os mais diversos rumos. Como localizar o venerado hexágono secreto que o alojava? Alguém propôs um método regressivo: Para localizar o livro A, consultar previamente um livro B que indique o sítio de A; para localizar o livro B, consultar previamente um livro C, e assim por diante até ao infinito... Foi em aventuras destas que desperdicei e consumi os meus anos de vida. Não acho inverosímil que nalguma estante do universo haja um livro total⁽¹⁾; rogo aos deuses ignorados que um homem - um só que seja, há milhares de anos! - o tenha examinado e lido. Se não forem para mim a honra e a sabedoria e felicidade, que sejam para outros. Que o céu exista, mesmo que o meu lugar seja o inferno. Que eu seja ultrajado e aniquilado, mas que num instante, num ser, a Tua enorme Biblioteca se justifique.

Afirmam os ímpios que o disparate é normal na Biblioteca e que o razoável (e até a humilde e pura coerência) é uma quase milagrosa exceção. Falam (eu sei-o) da Biblioteca febril, cujos fortuitos volumes correm o incessante risco de se transformarem noutros e que tudo afirmam, negam e confundem como uma divindade que delira.

*1. Repito: basta que um livro seja possível para existir. Só está excluído o impossível. Por exemplo: nenhum livro é também uma escada, embora sem dúvida haja livros que discutem e negam e demonstram essa possibilidade e outros cuja estrutura corresponde á de uma escada.

Estas palavras, que não só denunciam a desordem mas também a exemplificam, provam de maneira notória o seu péssimo gosto e a sua desesperada ignorância. Com efeito, a Biblioteca inclui todas as estruturas verbais, todas as variações que permitem os vinte e cinco sinais ortográficos, mas não um único disparate absoluto. Não vale a pena observar que o melhor volume dos muitos hexágonos que administro se intitula Trono penteado, e outro A câibra de gesso e outro Axaxaxas ml. Essas propostas, à primeira vista incoerentes, sem dúvida são susceptíveis de uma justificação criptográfica ou alegórica; essa justificação é verbal e, *ex hypothesi*, já figura na Biblioteca.

Não posso combinar uns caracteres que a divina Biblioteca não haja previsto e que nalguma das suas línguas secretas não contenham um terrível sentido. Ninguém pode articular uma sílaba que não esteja plena de ternuras e de temores; que não seja nalguma dessas linguagens o nome poderoso de um deus. Falar é incorrer em tautologias. Esta epístola inútil e palavrosa já existe num dos trinta volumes das cinco prateleiras de um dos incontáveis hexágonos - e também a sua refutação. (Um número *n* de linguagens possíveis usa o mesmo vocabulário; numas, o símbolo biblioteca admite a correcta definição ubíquo e duradouro sistema de galerias hexagonais, mas biblioteca é pão ou pirâmide ou outra coisa qualquer, e as sete palavras que a definem têm outro valor.

«Tu que me lês, tens a certeza de que compreendes a minha linguagem?»

A escrita metódica distrai-me da presente condição dos homens. A certeza de que está tudo escrito anula-nos ou envaidece-nos. Conheço distritos onde os jovens se ajoelham diante dos livros e barbaramente Lhes beijam as páginas, mas não sabem decifrar uma única letra. As epidemias, as discórdias heréticas, as peregrinações que inevitavelmente degeneram em banditismo, têm dizimado a população. Creio já ter mencionado os suicídios, de ano para ano cada vez mais frequentes. Talvez me enganem a velhice e o temor, mas tenho a suspeita de que a espécie humana - a única - está prestes a extinguir-se e que a Biblioteca perdurará: iluminada, solitária, infinita, perfeitamente imóvel, armada de volumes preciosos, inútil, incorruptível, secreta.

Acabo de escrever infinita. Não intercalei este adjectivo por um hábito retórico; digo que não é ilógico pensar que o mundo é infinito. Quem o julga limitado, postula que em lugares longínquos os corredores e escadas e hexágonos podem inconcebivelmente cessar - o que é absurdo. Quem o imagina sem limites, esquece que os tem o número possível de livros. Atrevo-me a insinuar esta solução do antigo problema: A biblioteca é ilimitada e periódica. Se um eterno viajante a atravessasse em qualquer direcção, verificaria ao cabo dos séculos que os mesmos volumes se repetem na mesma desordem (que, repetida, seria uma ordem: a Ordem). A minha solidão alegra-se com esta elegante esperança(1).

Mar del Plata, 1941

*1. Letizia Álvarez de Toledo observou que esta vasta Biblioteca é inútil: rigorosamente, bastaria um único volume, de formato comum, impresso em corpo nove ou em corpo dez, que constasse de um número infinito de folhas infinitamente finas. (Cavalieri, nos princípios do século xvii, disse que todo o corpo sólido é a sobreposição de um número infinito de planos.) O manejo desse vademecum sedoso não seria cómodo: cada folha aparente desdobrar-se-ia noutras análogas; a inconcebível folha central não teria reverso.

O jardim dos caminhos que se bifurcam

A Victoria Ocampo

Na página 22 da História da Guerra da Europa, de Liddell Hart, lê-se que uma ofensiva de treze divisões britânicas (apoiadas por mil e quatrocentas peças de artilharia) contra a linha Serre-Montauban tinha sido planeada para o dia vinte e quatro de Julho de 1916 e teve de se adiar para a manhã do dia vinte e nove. Foram as chuvas torrenciais (anota o capitão Liddell Hart) que provocaram esse atraso - nada significativo, certamente. A declaração seguinte, ditada, revista e assinada pelo doutor Yu Tsun, antigo catedrático de inglês na Hochschule de Tsingtao, lança uma insuspeitada luz sobre o caso. Faltam as duas páginas iniciais:

«... e apanhei o tubo. Imediatamente a seguir, reconheci a voz que respondera em alemão. Era a do capitão Richard Madden. Madden, no apartamento de Viktor Runeberg, significava o fim das nossas ansiedades e - mas isto parecia muito secundário, ou devia parecer mo - também das nossas vidas. Queria dizer que Runeberg fora preso, ou assassinado(1). Antes que se pusesse o sol desse dia, eu incorreria na mesma sorte. Madden era implacável. Melhor dizendo, era obrigado a ser implacável. Irlandês às ordens da Inglaterra, homem acusado de moleza e talvez até de traição, como não iria abraçar e agradecer este milagroso favor: a descoberta, a captura e quiçá a morte, de dois agentes do Império Alemão? Subi ao meu quarto; absurdamente fechei a porta à chave e deitei-me de costas na estreita cama de ferro. Na janela viam-se os telhados de sempre e o sol nublado das seis.

*1. Hipótese odiosa e extravagante. O espião prussiano Hans Rabener, aliás Viktor Runeberg; agrediu com uma pistola automática o portador da ordem de prisão, capitão Richard Madden. Este, em legítima defesa, causou-lhe ferimentos que vieram a determinar a sua morte. (Nota do editor.)

Pareceu-me incrível que este dia sem premonições nem símbolos fosse o da minha morte implacável. Apesar de ter morrido o meu pai, apesar de eu ter passado a infância num simétrico jardim de Hai Feng, ia morrer agora? Depois reflecti que todas as coisas sucedem a uma pessoa precisamente agora.

Passam séculos e séculos e só no presente acontecem os factos; há inúmeros homens no ar, na terra e no mar, e tudo o que realmente sucede, sucede-me a mim... A quase intolerável lembrança do rosto cavalaresco de Madden aboliu estas divagações. A meio do meu ódio e do meu terror (agora não me interessa falar de terror: agora que enganei Richard Madden, agora que a minha garganta anseia pela corda) pensei que esse guerreiro tumultuoso e sem dúvida feliz não suspeitava que eu possuía o Segredo. O nome do lugar preciso do novo parque de artilharia britânico sobre o Ancre. Uma ave rasgou o céu pardo e cegamente traduzi-o por um aeroplano e esse aeroplano por muitos (no céu francês) aniquilando o parque de artilharia com bombas verticais. Se a minha boca, antes que a desfizesse uma bala, pudesse gritar o nome de modo que o ouvissem na Alemanha... A minha voz humana era muito fraca. Como fazê-la chegar ao ouvido do Chefe? Ao ouvido daquele homem doente e odioso, que de Runeberg e de mim só sabia que estávamos em Staffordshire e que em vão esperava notícias nossas no seu árido gabinete de Berlim, a examinar infinitamente os jornais... Disse em voz alta:

«Tenho de fugir».

Levantei-me sem ruído, numa inútil perfeição de silêncio, como se já estivesse sob a mira de Madden. Uma coisa - talvez a simples ostentação de provar que os meus recursos eram nulos - fez-me revistar os bolsos. Encontrei o que sabia que iria encontrar. O relógio norte-americano, a corrente de níquel e a moeda quadrangular, o porta-chaves com as comprometedoras chaves inúteis do apartamento de Runeberg, a caderneta, uma carta que resolvi destruir imediatamente (e que não destruí), o passaporte falso, uma coroa, dois xelins e uns pence, o lápis azul-vermelho, o lenço, o revólver com uma bala. Absurdamente empunhei-o e sopesei-o para me dar coragem. Pensei vagamente que um tiro se pode ouvir muito longe. Em dez minutos o meu plano amadureceu. A lista telefónica deu-me o nome da única pessoa capaz de transmitir a notícia: vivia num subúrbio de Fenton, a menos de meia hora de comboio.

Sou um covarde. Digo-o agora, agora que levei a bom termo um plano que ninguém qualificará de arriscado. Eu sei que foi terrível a sua execução. Não o fiz pela Alemanha, não. Nada me importa um país bárbaro que me obrigou à abjecção de me tornar espião. Além disso, conheço um homem de Inglaterra - um homem modesto - que para mim não é menos que Goethe. Não falei com ele mais de uma hora, mas durante uma hora foi Goethe... Fi-lo porque sentia que o Chefe tinha pouca consideração pela gente da minha raça - pelos inúmeros antepassados que em mim confluem. Queria provar-lhe que um amarelo podia salvar os seus exércitos. Além disso, tinha de fugir do capitão. As suas mãos e a sua voz podiam bater à minha porta a qualquer momento. Vesti-me sem ruído, disse-me adeus ao espelho, desci, espiolhei a rua tranquila e saí. A estação não ficava muito longe de casa, mas achei preferível apanhar um carro. Argumentei que assim corria menos perigo de ser reconhecido; o facto é que na rua deserta me sentia visível e vulnerável, infinitamente. Lembro-me de ter dito ao motorista que parasse um pouco antes da entrada central. Saí do carro com lentidão voluntária e quase penosa; ia à aldeia de Ashgrove, mas tirei bilhete para uma estação mais longe. O comboio saía daí a pouquíssimos minutos, às oito e cinquenta. Apressei-me; o seguinte partiria às nove e meia. Não havia quase ninguém na gare. Percorri as carruagens: lembro-me de uns lavradores, uma mulher de luto, um jovem que lia com fervor os Anais de Tácito, um soldado ferido e feliz. O comboio partiu finalmente. Um homem que reconheci correu em vão até ao limite da plataforma. Era o capitão Richard Madden. Aniquilado, trémulo, encolhi-me na outra ponta do banco, longe do temido vidro da janela.

Desta aniquilação passei a uma felicidade quase abjecta. Disse para comigo que já estava metido no duelo e que ganhara o primeiro assalto, ao enganar, nem que fosse por quarenta minutos, nem que fosse por um favor do acaso, o ataque do meu adversário. Argumentei que esta vitória mínima anunciava a vitória total. Concluí que não era mínima, dado que sem essa diferença preciosa que o horário dos comboios me oferecia, eu estaria na prisão, ou morto. Argumentei (de modo não menos sofisticado) que a minha covarde felicidade provava que eu era homem capaz de levar a aventura a bom termo. Desta fraqueza tirei forças que não me abandonaram.

Prevejo que o homem se há-de resignar dia a dia a empresas cada vez mais atrozes; em breve não haverá senão guerreiros e bandidos; dou-Lhes este conselho: O executor de uma empresa atroz tem de imaginar que já a cumpriu, tem de se impor um futuro que seja irrevogável como o passado. Assim procedi eu, enquanto os meus olhos de homem já morto registavam o fluir daquele dia que era talvez o último, e a noite a espalhar-se. O comboio corria com doçura, por entre freixos. Parou, quase no meio do campo. Ninguém gritou o nome da estação. Ashgrove? perguntei, a uns rapazitos na gare. Ashgrove, responderam. Saí.

Uma lâmpada iluminava a gare, mas as caras dos miúdos ficavam na zona de sombra. Um interrogou-me: «Vai a casa do doutor Stephen Albert?» Sem esperar por resposta, outro disse: «A casa fica longe daqui, mas não se perde se for por esse caminho à esquerda e em cada encruzilhada do caminho virar à esquerda.» Atirei-lhes uma moeda (a última), desci uns degraus de pedra e entrei no solitário caminho. Este, lentamente, era a descer. Era de terra elementar, por cima dele juntavam-se os ramos, e a lua baixa e circular parecia acompanhar-me.

Por um instante, pensei que Richard Madden tinha de qualquer modo penetrado no meu desesperado desígnio. Em breve compreendi que era impossível. O conselho de virar sempre à esquerda fez-me lembrar que tal era o procedimento comum para descobrir o pátio central de certos labirintos. Alguma coisa percebo de labirintos: não é em vão que sou bisneto daquele Tsui Pên que foi governador de Yunan e que renunciou ao poder temporal para escrever um romance que fosse ainda mais populoso que o Hung Lu Meng e para edificar um labirinto em que se perdessem todos os homens. Treze anos dedicou a estes heterogêneos esforços, mas a mão de um forasteiro assassinou-o e o seu romance não fazia sentido e ninguém encontrou o labirinto. Foi debaixo de árvores inglesas que meditei nesse labirinto perdido: imaginei-o infinito, não já de quiosques oitavados e de caminhos em voltas, mas de rios e províncias e reinos... Pensei num labirinto de labirintos, num sinuoso labirinto crescente que abrangesse o passado e o porvir e que implicasse de algum modo os astros. Absorto nestas ilusórias imagens, esqueci-me do meu destino de perseguido. Senti-me, por um tempo indeterminado, conhecedor abstracto do mundo. O campo vago e vivo, a Lua, os restos da tarde,

agiram sobre mim; igualmente o declive que eliminava qualquer possibilidade de cansaço. A tarde estava íntima, infinita. O caminho descia e bifurcava-se, por entre os prados já confusos. Uma música aguda e como que silábica aproximava-se e afastava-se no vaivém do vento, enfraquecida pelas folhas e pela distância. Pensei que um homem pode ser inimigo de outros homens, de outros momentos de outros homens, mas não de um país: não de pirilampos, palavras, jardins, cursos de água, poentes. Cheguei assim a um alto portão enferrujado. Por entre as grades decifrei uma alameda e uma espécie de pavilhão. Compreendi logo duas coisas, a primeira trivial, a segunda quase incrível: a música vinha do pavilhão, e a música era chinesa. Por isso, eu aceitara-a plenamente, sem lhe prestar atenção. Não me lembro se havia uma sineta ou uma campainha ou se chamei batendo as palmas. O chispar da música prosseguiu.

Mas do fundo da casa íntima aproximava-se uma lanterna: uma lanterna que os troncos riscavam e às vezes anulavam, uma lanterna de papel, que tinha a forma dos tambores e a cor da Lua. Trazia-a um homem alto. Não lhe vi o rosto, porque me cegava a luz. Abriu o portão e disse lentamente na minha língua:

- Vejo que o piedoso Hsi Pêng se empenha em atenuar a minha solidão. Sem dúvida quererá ver o jardim?

Reconheci o nome de um dos nossos cônsules e repeti desconcertado:

- O jardim?
- O jardim dos caminhos que se bifurcam.

Algo se agitou na minha memória e pronunciei com incompreensível segurança:

- O jardim do meu antepassado Tsui Pên.
- Seu antepassado? Seu ilustre antepassado? Avante.

O húmido caminho ziguezagueava como os da minha infância. Chegámos a uma biblioteca de livros orientais e ocidentais. Reconheci, encadernados a seda amarela, alguns tomos manuscritos da Enciclopédia Perdida que dirigiu o Terceiro Imperador da Dinastia Luminosa e que nunca foi dada ao prelo. O disco do gramofone rodava junto de uma fênix de bronze. Lembro-me também de um jarrão da família cor-de-rosa e de outro, anterior de muitos séculos, dessa cor azul que os nossos artífices copiaram dos tapeceiros da Pérsia...

Stephen Albert observava-me, sorridente. Era (já o disse) muito alto, de feições afiladas, de olhos pardos e barba grisalha. Havia nele algo de sacerdote e também de marinheiro; depois contou-me que fora missionário em Tientsin "antes de aspirar a sinólogo .

Sentámo-nos; eu num baixo e comprido divã; ele de costas para a janela e para um alto relógio circular. Calculei que não menos de uma hora demoraria a chegar o meu perseguidor, Richard Madden. A minha determinação irrevogável podia esperar.

- Espantoso destino o de Tsui Pên - disse Stephen Albert. - Governador da sua província natal, douto em astronomia, em astrologia e na interpretação infatigável dos livros canónicos, xadrezista, famoso poeta e calígrafo: tudo abandonou para compor um livro e um labirinto. Renunciou aos prazeres da opressão, da justiça, do numeroso leito, dos banquetes e até da erudição e enclausurou-se durante treze anos no Pavilhão da Límpida Solidão. À sua morte, os herdeiros não encontraram senão manuscritos caóticos. A família, como porventura não ignora, quis entregá-los ao fogo; mas o seu executor testamentário - um monge taoísta ou budista - insistiu na publicação.

- Nós do sangue de Tsui Pên - repliquei - continuamos a execrar esse monge. A publicação foi insensata. O livro é um acervo indeciso de rascunhos contraditórios. Examinei-o umas vezes: no terceiro capítulo morre o herói, no quarto está vivo. Quanto à outra empresa de Tsui Pên, ao seu Labirinto...

- O Labirinto está aqui - disse apontando-me uma alta escrivania lacada.

- Um labirinto de marfim! - exclamei. - Um labirinto mínimo...

- Um labirinto de símbolos - corrigiu. - Um invisível labirinto de tempo. A mim, bárbaro inglês, foi dado revelar esse mistério diáfano. Ao fim de mais de cem anos, os pormenores são irrecuperáveis, mas não é difícil conjecturar o que sucedeu. Tsui Pên teria dito uma vez: «Retiro-me para escrever um livro». E outra: «Retiro-me para construir um labirinto». Todos imaginaram duas obras; ninguém pensou que o livro e o labirinto eram um único objecto. O Pavilhão da Límpida Solidão erguia-se no centro de um jardim talvez intrincado; o facto pode ter sugerido aos homens um labirinto físico.

Tsui Pên morreu; ninguém, nas amplas terras que foram suas, deu com o labirinto; a confusão do romance sugeriu-me que era esse o labirinto. Houve duas circunstâncias que me deram a correcta solução do problema. Uma: a curiosa lenda de que Tsui Pên se propusera um labirinto que fosse rigorosamente infinito. Outra: um fragmento de uma carta que descobri.

Albert levantou-se. Por uns instantes, virou-me as costas: abriu uma gaveta da áurea e enegrecida escrivaninha. Voltou com um papel que fora carmesim; agora um rosado e ténue quadriculado. Era justa a fama caligráfica de Tsui Pên. Li com incompreensão e fervor estas palavras que com minucioso pincel redigiu um homem do meu sangue: «Deixo aos vários porvires (não a todos) o meu jardim dos caminhos que se bifurcam». Devolvi a folha em silêncio. Albert prosseguiu:

- Antes de exumar esta carta, eu perguntara-me de que maneira pode um livro ser infinito. Não conjecturei outro procedimento senão o de um volume cíclico, circular. Um volume cuja última página fosse idêntica à primeira, com a possibilidade de continuar indefinidamente. Lembrei-me também da noite que está no centro das mil e uma Noites, quando a rainha Xerezade (por uma mágica distração do copista) se põe a reflectir textualmente a história das "Mil e uma Noites", com o risco de chegar outra vez à noite em que a refere, e assim por diante até ao infinito. Imaginei também uma obra platónica, hereditária, transmitida de pais para filhos, em que cada novo indivíduo acrescentasse um capítulo ou corrigisse com piedoso cuidado a página dos antepassados. Estas conjecturas distraíram-me; mas nenhuma parecia corresponder, nem sequer de um modo longínquo, aos contraditórios capítulos de Tsui Pên. No meio desta perplexidade, enviaram-me de Oxford o manuscrito que você acabou de examinar. Detive-me, como é natural, na frase:

«Deixo aos vários porvires (não a todos) o meu jardim dos caminhos que se bifurcam».

Quase de imediato compreendi; o jardim dos caminhos que se bifurcam era o romance caótico; a frase vários porvires (não a todos) sugeriu-me a imagem da bifurcação no tempo, e não no espaço. A releitura geral da obra confirmou esta teoria. Em todas as ficções, sempre que um homem se defronta com diversas alternativas, opta por uma e elimina as outras; na do quase inextricável Tsui Pên, opta - simultaneamente - por todas. Cria, assim, diversos porvires, diversos tempos, que também proliferam e se bifurcam.

Daí as contradições do romance. Fang, digamos, tem um segredo, um desconhecido bate à sua porta, Fang resolve matá-lo. Naturalmente, há vários desenlaces possíveis. Fang pode matar o intruso, o intruso pode matar Fang, ambos podem salvar-se, ambos podem morrer, etc. Na obra de Tsui Pên, acontecem todos os desenlaces; cada um é o ponto de partida de outras bifurcações. Alguma vez os caminhos desse labirinto hão-de convergir: por exemplo, você chega a esta casa, mas num dos passados possíveis você é meu inimigo, noutro meu amigo. Se se resignar à minha pronúncia incurável, leremos umas páginas.

O seu rosto, no vivo círculo da lâmpada, era sem dúvida o de um velho, mas com algo de inabalável e até de imortal. Leu com lenta precisão duas redacções de um mesmo capítulo épico. Na primeira, um exército marcha para uma batalha através de uma montanha deserta; o horror das pedras e da sombra fá-lo desprezar a vida e consegue com facilidade a vitória; na segunda, o mesmo exército atravessa um palácio em que há uma festa; a resplandecente batalha parece-lhes uma continuação da festa e conseguem a vitória. Eu ouvia com decente veneração estas velhas ficções, porventura menos admiráveis que o facto de as ter ideado o meu sangue e de um homem de um império longínquo mas restituir, no decorrer de uma desesperada aventura, numa ilha ocidental. Lembro-me das palavras finais, repetidas em cada redacção como um mandamento secreto: «Assim combateram os heróis, tranquilo o admirável coração, violenta a espada, resignados a matar e a morrer». A partir desse instante, senti à minha volta e no meu obscuro corpo uma invisível e intangível palpitação. Não a palpitação dos divergentes, paralelos e finalmente coalescentes exércitos, mas uma agitação mais inacessível, mais íntima e que eles de certo modo prefiguravam. Stephen Albert prosseguiu:

- Não creio que o seu ilustre antepassado jogasse ociosamente com as variações. Não acho verosímil que tenha sacrificado treze anos à infinita execução de uma experiência retórica. No seu país, o romance é um género subalterno; naquele tempo era um género desprezível. Tsui Pên foi um romancista genial, mas também foi um homem de letras que sem dúvida não se considerou apenas um simples romancista.

O testemunho dos seus contemporâneos proclama - e sobejamente o confirma a sua vida - os seus gostos metafísicos e místicos. A controvérsia filosófica usurpa boa parte do romance. Sei que de todos os problemas, nenhum outro o inquietou e o trabalhou tanto como o abismal problema do tempo. Ora bem, é esse o único problema que não figura nas páginas do "Jardim". Nem sequer usa a palavra que significa tempo. Como explica você esta voluntária omissão?

Propus várias soluções; todas insuficientes. Discutimo-las; por fim, Stephen Albert disse-me:

- Numa adivinha cujo tema é o xadrez, qual é a única palavra proibida?

Reflecti um momento e respondi:

- A palavra xadrez.

- Precisamente - disse Albert. - O jardim dos caminhos que se bifurcam é uma enorme adivinha, ou parábola, cujo tema é o tempo; essa causa recôndita proíbe-Lhe a menção do seu nome. Omitir sempre uma palavra, recorrer a metáforas ineptas e a perífrases evidentes, é talvez o modo mais enfático de indicá-la. É o modo tortuoso que preferiu, em cada um dos meandros do seu infatigável romance, o oblíquo Tsui Pên. Comparei centenas de manuscritos, corriji os erros que a negligência dos copistas introduziu, conjecturei o plano desse caos, julguei estabelecer a ordem primordial, traduzi a obra inteira: resulta-me que não emprega uma única vez a palavra tempo. A explicação é óbvia: O jardim dos caminhos que se bifurcam é uma imagem incompleta, mas não falsa, ao universo tal como o concebia Tsui Pên. Ao contrário de Newton e de Schopenhauer, o seu antepassado não acreditava num tempo uniforme e absoluto. Acreditava em infinitas séries de tempos, numa rede crescente e vertiginosa de tempos divergentes, convergentes e paralelos. Esta trama de tempos que se aproximam, se bifurcam, se cortam ou que secularmente se ignoram, abrange todas as possibilidades. Nós não existimos na maior parte desses tempos; nalguns deles existe você e eu não; noutros, eu, e não você; noutros ainda, existimos os dois. Neste, que um favorável acaso me proporciona, você chegou a minha casa; noutro, você, ao atravessar o jardim, deu comigo morto; e noutro, eu digo estas mesmas palavras, mas sou um erro, um fantasma.

- Em todos - articulei não sem um tremor - eu agradeço e venero a sua recriação do jardim de Tsui Pên.

- Não em todos - murmurou com um sorriso. - O tempo bifurca-se perpetuamente na direcção de inúmeros futuros. Num deles sou seu inimigo.

Voltei a sentir aquela palpitação de que falei. Pareceu-me que o húmido jardim que rodeava a casa estava saturado até ao infinito de pessoas invisíveis. Essas pessoas eram Albert e eu, secretos, ocupadíssimos e multiformes noutras dimensões do tempo. Levantei os olhos e o ténue pesadelo dissipou-se. No amarelo e negro jardim havia um único homem; mas esse homem era forte como uma estátua, mas esse homem avançava pelo caminho e era o capitão Richard Madden.

- O futuro já existe - respondi -, mas eu sou seu amigo.

- Posso examinar outra vez a carta?

Albert levantou-se. Alto, abriu a gaveta da alta escrivaninha; virou-me por um momento as costas. Eu já tinha preparado o revólver. Disparei com extremo cuidado: Albert tombou sem um ai, imediatamente. Juro que a sua morte foi instantânea: uma fulminação.

O resto é irreal, insignificante. Nesse momento irrompeu Madden e prendeu-me. Fui condenado à força. Abominavelmente ganhei: comuniquéi a Berlim o secreto nome da cidade que devem atacar. Ontem bombardearam-na; li-o nos mesmos jornais que propuseram à Inglaterra o enigma de o sábio sinólogo Stephen Albert ter morrido assassinado por um desconhecido, Yu Tsun. O Chefe decifrou este enigma. Sabe que o meu problema era indicar (através do estrépito da guerra) a cidade que se chama Albert e que não achei outro meio senão matar uma pessoa com esse nome. Não sabe (ninguém pode saber) a minha inenarrável contrição e cansaço.

Artifícios

(1944)

Prólogo

Embora de execução menos grosseira, as peças deste livro não diferem das que formam o anterior. Porventura haverá duas que permitem uma menção demorada: A morte e a bússola e Funes ou a memória. A segunda é uma longa metáfora da insônia. A primeira, apesar dos nomes alemães ou escandinavos, passa-se numa Buenos Aires de sonhos: a tortuosa Rue de Toulon é o Paseo de Julio; Triste-le-Roy, o hotel onde Herbert Ashe recebeu, e se calhar não leu, o décimo primeiro tomo de uma enciclopédia ilusória. Já depois de redigida esta ficção, pensei na conveniência de ampliar o tempo e o espaço que abrange: a vingança poderia ser herdada; os prazos poderiam contar-se por anos, talvez até por séculos; a primeira letra do Nome poderia articular-se na Islândia; a segunda, no México; a terceira, no Indostão. Vale a pena acrescentar que entre os Hasidim também houve santos e que o sacrifício de quatro vidas para obter as quatro letras que o Nome impõe é uma fantasia que me ditou a forma do meu conto?

Buenos Aires, 29 de Agosto de 1944.

Post-scriptum de 1956. - Três contos juntei à série: O Sul, A seita da Fénix e O Fim. Tirando uma personagem - Recabarren - cuja imobilidade e passividade servem de contraponto, nada ou quase nada é invenção minha no breve decorrer do último; tudo o que existe nele está implícito num livro famoso e eu fui o primeiro a desentranhá-lo, ou pelo menos a declará-lo. Na alegoria da Fénix impus-me o problema de sugerir um facto comum - o Segredo - de modo hesitante e gradual que no fim resultasse inequívoco; não sei até onde me acompanhou a sorte. De O Sul, que porventura é o meu melhor conto, basta-me prevenir que se pode lê-lo como narração directa de feitos romanescos e também de outro modo.

Schopenhauer, Quincey, Stevenson, Mauthner, Shaw, Chesterton, Léon Bloy, formam o censo heterogêneo dos autores que releio continuamente. Na fantasia cristológica intitulada Três versões de Judas, creio pressentir a remota influência do último.

J. L. B.

Funes ou a Memória

Lembro-me dele (eu não tenho o direito de pronunciar este verbo sagrado, só um homem na Terra teve direito a ele e esse homem já morreu) com uma obscura flor de maracujá na mão, vendo-a como ninguém a viu, embora a fitasse desde o crepúsculo do dia até ao da noite, toda uma vida inteira. Lembro-me dele, de cara taciturna de feições índias, e singularmente distante por trás do cigarro. Lembro-me (creio eu) das suas mãos afiladas de entrançador. Lembro-me, junto dessas mãos, de um mate, com as armas da Banda Oriental; lembro-me na janela da casa de uma esteira amarela, com uma vaga paisagem lacustre. Lembro-me claramente da sua voz; a voz pausada, ressentida e nasal de um arrabaldino antigo, sem os silvos italianos de agora. Não mais de três vezes o vi; a última, em 1887... Acho muito feliz o projecto de todos os que o conheceram de perto escreverem sobre ele; o meu testemunho se calhar será o mais breve e sem dúvida o mais pobre, mas não o menos imparcial do volume que irão editar. A minha deplorável condição de argentino impedir-me-á de ocorrer no ditirambo - género obrigatório no Uruguai, quando o tema é um uruguaio. Literato, querencho, portenho; Funes não pronunciou estas injuriosas palavras, mas de um modo suficiente constame que para ele eu representava estas desventuras. Pedro Leandro Ipuche escreveu que Funes era um precursor dos super-homens; um Zarathustra chimarrão e vernáculo": não o discuto, mas não se pode esquecer que era também um compradito de Fray Bentos, com certas e incuráveis limitações.

A minha primeira lembrança de Funes é muito nítida. Vejo-o num fim de tarde de Março ou Fevereiro do ano de oitenta e quatro. O meu pai, nesse ano, levava-me nas férias de Verão para Fray Bentos. Eu voltava com o meu primo Bernardo Haedo da quinta de San Francisco. Vínhamos cantando, a cavalo,

e não era essa a única circunstância da minha felicidade. Após um dia abafado, uma enorme tempestade cor de ardósia tinha escondido o céu. Ateava-a o vento do Sul, já enlouqueciam as árvores; eu tinha o temor (a esperança) de que a água elementar viesse surpreender-nos num descampado. Fizemos uma espécie de corrida com a tempestade. Entrámos numa azinhaga que se afundava no meio de duas altíssimas calçadas de tijolo. Escurecera de repente; ouvi uns rápidos e quase secretos passos lá em cima; levantei os olhos e vi um rapaz a correr pela estreita e meio derrubada calçada como que por uma estreita e meio derrubada parede. Lembro-me das calças bombachas, das pantufas índias, lembro-me do cigarro no duro rosto, contra o negro nuveirão já sem limites. Bernardo gritou-lhe inesperadamente: «Que horas são, Ireneo?» Sem consultar o céu, sem se deter, o outro respondeu: «Faltam quatro minutos para as oito, jovem Bernardo Juan Francisco.» A voz era aguda, trocista. Eu sou tão distraído que o diálogo que acabo de referir não me teria chamado a atenção se nele não repisasse o meu primo, a quem estimulavam (creio eu) certo orgulho local, e o desejo de se mostrar indiferente à réplica tripartida do outro.

Disse-me que o rapaz da azinhaga era um tal Ireneo Funes, conhecido por algumas estranhezas como a de não se dar com ninguém e a de saber sempre as horas, como um relógio. Acrescentou que era filho de uma engomadeira da aldeia, María Clementina Funes, e que uns diziam que o seu pai era um médico da salgadeira, um inglês chamado O'Connor, e outros um domador de gado ou um batedor do departamento do Salto. Vivia com a mãe, à beira da quinta dos Loureiros.

Nos anos de oitenta e cinco e oitenta e seis veraneámos na cidade de Montevideu. Em oitenta e sete voltei a Fray Bentos. Como é natural, perguntei por todos os conhecidos e, finalmente, pelo cronométrico Funes. Responderam-me que o tinha derrubado um cavalo bravo na quinta de San Francisco, e que ficara paralisado, sem esperança. Lembro-me da impressão de incômoda magia que a notícia me produziu: a única vez que o vi, vínhamos a cavalo de San Francisco e ele caminhava por um lugar alto; o facto, na boca do meu primo Bernardo, tinha muito de sonho elaborado com elementos anteriores. Disseram-me que não saía da enxerga, de olhos postos na figueira do fundo ou numa teia de aranha.

Aos crepúsculos, permitia que o conduzissem à janela. Levava o orgulho até ao ponto de simular que fora benéfica a pancada que o havia fulminado... Duas vezes o vi por trás da grade, que rudemente acentuava a sua condição de eterno prisioneiro: uma, imóvel, de olhos cerrados; outra, imóvel também, absorto na contemplação de um odorífero galho de santonina.

Não sem uma certa vaidade eu tinha iniciado por essas alturas o estudo metódico do latim. A minha mala incluía o *De Viris Illustribus* de Lhomond, o *Thesaurus* de Quicherat, os comentários de Júlio César e um volume solto da *Naturalis Historia* de Plínio, que excedia (e continua a exceder) as minhas módicas virtudes de latinista. Tudo se propala numa aldeia pequena; Ireneo, no seu rancho dos arrabaldes, não tardou a saber da arribação desses livros anómalos. Endereçou-me uma carta florida e cerimoniosa, em que recordava o nosso encontro, infelizmente fugaz, do dia sete de Fevereiro do ano de oitenta e quatro, ponderava os gloriosos serviços que Dom Gregório Haedo, meu tio, finado nesse mesmo ano, havia prestado às duas pátrias na valente jornada de Ituzaingó, e solicitava-me o empréstimo de qualquer dos volumes, acompanhado de um dicionário para a boa inteligência do texto original, «porque ainda ignoro o latim.» Prometia devolvê-los em bom estado, quase imediatamente. A letra era perfeita, muito bem perfilada; a ortografia, do tipo que Andrés Bello preconizou; i por y e j por g. Ao princípio, receei naturalmente uma brincadeira. Os meus primos garantiram-me que não, que eram mesmo coisas de Ireneo. Não soube se atribuir a atrevimento, a ignorância ou a estupidez a ideia de que o árduo latim não requeria mais instrumentos além de um dicionário; para o desenganar plenamente mandei o *Gradus ad Parnassum* de Quicherat e a obra de Plínio.

A catorze de Fevereiro telegrafaram-me de Buenos Aires para que voltasse imediatamente porque o meu pai não estava nada bem. Deus me perdoe; o prestígio de ser destinatário de um telegrama urgente, o desejo de comunicar a todo o Fray Bentos a contradição entre a forma negativa da notícia e o peremptório advérbio, a tentação de dramatizar a minha dor, fingindo um viril estoicismo, talvez me tenham distraído de toda a possibilidade de dor. Ao fazer a mala, notei que me faltavam o *Gradus* e o primeiro tomo da *Naturalis Historia*. O Saturno zarpava no dia seguinte, de manhã; nessa noite,

depois de jantar, encaminhei-me a casa de Funes. Espantou-me ter de verificar que a noite não seria menos pesada que o dia. No decente rancho, recebeu-me a mãe de Funes. Disse-me que Ireneo estava no quarto do fundo e que não estranhasse ir encontrá-lo às escuras, porque Ireneo conseguia passar as horas mortas sem acender a vela. Atravessei o pátio de tijolo e o corredorzinho; cheguei ao segundo pátio. Havia uma parreira; a escuridão pôde parecer-me total. Ouvi logo a alta e chocarreira voz de Ireneo. Essa voz falava em latim; essa voz (que vinha das trevas) articulava com arrastado deleite um discurso ou oração ou encantamento. Ressoaram as sílabas romanas, no pátio de terra; o meu temor julgava-as indecifráveis, intermináveis; depois, no enorme diálogo dessa noite, soube que formavam o primeiro parágrafo do capítulo vinte e quatro do livro sétimo da *Naturalis Historia*. A matéria desse capítulo é a memória; as palavras últimas foram *ut nihil nom üsdem verbis redderetur auditum*.

Sem a menor alteração de voz, Ireneo mandou-me entrar. Estava na enxerga, a fumar. Parece-me que não lhe vi a cara até ser de madrugada; creio lembrar-me do morrão momentâneo do cigarro. O quarto cheirava vagamente a humidade. Sentei-me; repeti a história do telegrama e da doença de meu pai.

Agora, chego ao ponto mais difícil da minha história. Esta (bom é que o saiba já o leitor) não tem outro assunto senão esse diálogo de há meio século. Não vou tentar reproduzir as suas palavras, irrecuperáveis agora. Prefiro resumir com veracidade as muitas coisas que me disse Ireneo. O estilo indirecto é remoto e fraco; bem sei que sacrifico a eficácia da minha narração; que os meus leitores imaginem os entrecortados períodos que me subjugaram nessa noite. Ireneo começou por enumerar, em latim e espanhol, os casos de memória prodigiosa registados pela *Naturalis Historia*: Ciro, rei dos persas, que conseguia chamar pelo nome todos os soldados dos seus exércitos; Mitrídates Eupator, que ministrava a justiça nos vinte e dois idiomas do seu império; Simónides, inventor da mnemotecnica; Metrodoro, que professava a arte de repetir com fidelidade o que ouvira uma única vez. Com evidente boa fé espantou-se de tais casos espantarem.

Disse-me que antes dessa tarde chuvosa em que o derrubou o cavalo picaço, ele havia sido o que são todos os cristãos: um cego, um surdo, um nêscio, um desmemoriado. (Tentei recordar-Lhe a sua percepção exacta do tempo, a sua memória de nomes próprios: não fez caso.) Dezanove anos tinha vivido como quem está a sonhar: olhava sem ver, ouvia sem ouvir, esquecia-se de tudo, de quase tudo. Ao cair, perdeu o conhecimento: quando o recuperou, o presente era quase intolerável de tão rico e tão nítido que se tornara, e também as memórias mais antigas e mais triviais. Pouco depois deu por que estava paralisado. O facto pouco lhe interessou. Raciocinou (sentiu) que a imobilidade era um preço mínimo. Agora a sua percepção e a sua memória eram mfalíveis.

Nós, de um golpe de vista, apercebemo-nos de três copos numa mesa; Funes, de todas as vergôntes e cachos e frutos que engloba uma parreira. Sabia as formas das nuvens austrais da alvorada de trinta de Abril de mil oitocentos e oitenta e dois e conseguia compará-las na lembrança com os veios de um livro em pasta espanhola que só vira uma vez e com as linhas da espuma que um remo levantou no Rio Negro na véspera do combate do Quebracho. Estas lembranças não eram simples; cada imagem visual estava ligada a sensações musculares, térmicas, etc. Conseguia reconstituir todos os sonhos, todos os devaneios. Duas ou três vezes tinha reconstituído um dia inteiro: nunca chegara a ter dúvidas, mas cada reconstituição havia demorado um dia inteiro. Disse-me: «Mais recordações tenho eu sozinho do que devem ter tido todos os homens desde que o mundo é mundo.» E também: «Os meus sonhos são como as vossas vigílias.» E também, «já pela madrugada: A minha memória, senhor, é como uma lixeira.» Uma circunferência numa ardósia, um triângulo rectângulo, um rombo, são formas que podemos intuir plenamente; o mesmo acontecia a Ireneo com as tumultuosas crinas de um potro, com uma cabeça de gado, uma escarpa, com o fogo cambiante e com a inumerável cinza, com as muitas caras de um morto num longo velório. Não sei quantas estrelas via no céu.

Estas coisas me disse; nem então nem depois as pus em dúvida. Naquele tempo não havia cinematógrafos nem fonógrafos; no entanto, é inverosímil e até incrível que ninguém fizesse uma experiência com Funes.

A verdade é que vivemos a adiar tudo o que é adiável; talvez todos saibamos profundamente que somos imortais e que mais tarde ou mais cedo todo o homem será todas as coisas e saberá tudo.

A voz de Funes, do fundo da escuridão, continuava a falar. Disse-me que por alturas de 1886 tinha recorrido um sistema original de numeração e que em pouquíssimos dias havia superado o vinte e quatro mil. Não o escrevera, porque tudo o que pensava uma única vez nunca mais podia apagar-se-lhe. O seu primeiro estímulo, creio, foi o desagrado pelo facto de os Trinta e Três Orientais exigirem dois sinais e três palavras, em lugar de uma só palavra e um só sinal. Aplicou logo este disparatado princípio aos outros números. Em vez de sete mil e treze, dizia (por exemplo) Máximo Pérez; em vez de sete mil e catorze, O Caminho-de-Ferro; outros números eram Luis Melián Lafinur, Olimar, enxofre, os bastos, a baleia, o gás, a caldeira, Napoleão, Agustin de Vedia. Em vez de quinhentos, dizia nove. Cada palavra tinha um sinal particular, uma espécie de marca; as últimas eram complicadíssimas... Eu tentei explicar-lhe que esta rapsódia de termos desconexos era precisamente o contrário de um sistema de numeração. Disse-lhe que dizer 365 era dizer três centenas, seis dezenas e cinco unidades; análise esta que não existe nos números, O Negro Timóteo ou naco de carne. Funes não me compreendeu ou não quis compreender-me.

Locke, no século XVII, postulou (e reprovou) um idioma impossível em que cada coisa individual, cada pedra, cada ave e cada ramo tivesse um nome próprio; Funes projectou uma ou outra vez um idioma análogo, mas pô-lo de parte por lhe parecer demasiado geral, demasiado ambíguo. Com efeito, Funes não só se lembrava de cada folha, de cada árvore, de cada monte, como também de cada uma das vezes que a tinha notado ou imaginado. Resolveu reduzir cada uma das suas jornadas pretéritas a umas setenta mil lembranças, que definiria a seguir por números. Dissuadiram-no duas considerações: a consciência de que a tarefa era interminável, e a consciência de que era inútil. Pensou que à hora da morte ainda não teria acabado de classificar todas as recordações da infância.

Os dois projectos que indiquei, um vocabulário infinito para a série natural dos números, um inútil catálogo mental de todas as imagens da recordação são insensatos, mas revelam certa balbuciante grandeza.

Deixam-nos vislumbrar ou inferir o vertiginoso mundo de Funes. Este, não o esqueçamos, era quase incapaz de ideias gerais, platônicas. Não só lhe custava a compreender que o símbolo genérico cão abrangesse tantos indivíduos díspares de diferentes tamanhos e diferente forma; incomodava-o que o cão das três e catorze (visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cão das três e um quarto (visto de frente). A sua própria cara ao espelho, as suas próprias mãos, surpreendiam-no de todas as vezes. Refere Swift que o imperador de Lilliput discernia o movimento do ponteiro dos minutos. Funes discernia continuamente os tranquilos avanços da corrupção, das cáries, do cansaço. Notava os progressos da morte, da humidade. Era o solitário e lúcido espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intoleravelmente preciso.

Babilônia, Londres e Nova Iorque sobrecarregam com feroz esplendor a imaginação dos homens; ninguém, nas suas torres populosas ou nas suas avenidas prementes, sentiu o calor e a pressão de uma realidade tão infatigável como a que dia e noite convergia sobre o infeliz Ireneo, no seu pobre arrabalde sul-americano. Era-lhe difícilimo adormecer. Dormir é distrair-se do mundo; Funes, de costas na enxerga, na sombra, imaginava com clareza cada uma das gretas e dos caixilhos das casas precisas que o rodeavam. (Repito que a menos importante das suas lembranças era mais minuciosa e mais viva que a nossa percepção de um gozo ou de um tormento físico.) Para leste, num campo ainda não coberto de construções, havia umas casas novas, desconhecidas. Funes imaginava-as negras, compactas, feitas de treva homogênea; para essa direcção voltava a cara para dormir. Também costumava imaginar-se no fundo do rio, embalado e anulado pela corrente.

Tinha aprendido sem esforço inglês, francês, português e latim. Suspeito, no entanto, de que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos.

A receosa claridade da madrugada entrou pelo pátio de terra. Então vi a cara da voz que toda a noite havia falado. Ireneo tinha dezanove anos; nascera em 1868; pareceu-me monumental como o bronze, mais antigo que o Egipto, anterior às profecias e às pirâmides. Pensei que cada uma das minhas palavras

(que cada um dos meus gestos) perduraria na sua implacável memória; incomodou-me o temor de multiplicar gestos inúteis. Ireneo Funes morreu em 1889, de uma congestão pulmonar.

1942

A forma da espada

Atravessava-lhe a cara uma cicatriz rancorosa: um arco cinzento e quase perfeito que de um lado marcava a têmpora e do outro a bochecha. O seu nome verdadeiro não importa; todos em Tacuarembó lhe chamavam o Inglês da Colorada. O dono desses campos, Cardoso, não queria vender; ouvi dizer que o inglês recorreu a um previsível argumento: confiou-lhe a história secreta da cicatriz. O inglês vinha da fronteira, de Rio Grande do Sul; não faltou quem dissesse que no Brasil tinha sido contrabandista. Os campos estavam cheios de ervas daninhas; as águas dos poços, amargas; o Inglês, para corrigir estas deficiências, trabalhou a par dos seus jornaleiros. Dizem que era severo até à crueldade, mas escrupulosamente justo. Dizem também que era bebedor; umas vezes no ano fechava-se no quarto do mirante e só emergia passados dois ou três dias como que saído de uma batalha ou de uma vertigem, pálido, trémulo, irritado e tão autoritário como antes. Lembro-me dos olhos glaciais, da enérgica magreza, do bigode grisalho. Não se dava com ninguém; é verdade que o seu espanhol era rudimentar, abrasileirado. Tirando uma ou outra carta comercial ou algum folheto, não recebia correspondência. A última vez que percorri os departamentos do Norte, uma cheia do ribeiro Caraguatá obrigou-me a passar a noite na Colorada. Ao cabo de poucos minutos deu-me a impressão de que a minha aparição era inoportuna; procurei então conquistar a benevolência do Inglês; recorri, à menos perspicaz das paixões: ao patriotismo. Disse-lhe que era invencível um país com o espírito da Inglaterra. O meu interlocutor assentiu, mas acrescentou com um sorriso que ele não era inglês. Era irlandês, de Dungarvan. Dito isto calou-se, como se tivesse revelado um segredo.

Sáimos, depois de comer, para olhar o céu. Tinha desanuviado, mas por trás dos cumes, o Sul, fendido e raiado de relâmpagos, urdia outra tempestade.

Na desabrigada sala de jantar, o moço que servira a ceia trouxe uma garrafa de rum. Bebemos longamente em silêncio. Não sei que horas seriam quando reparei que estava bêbedo; não sei que inspiração ou que exultação ou que tédio me fez falar da cicatriz. A cara do Inglês transfigurou-se; durante uns segundos pensei que me ia expulsar de casa. Por fim disse-me com a sua voz habitual:

- Vou contar-Lhe a história da minha ferida sob uma condição: a de não atenuar nenhum opróbrio, nenhuma circunstância de infâmia.

Assenti. Esta é a história que ele contou, alternando o inglês com o espanhol, e também com o português:

Por alturas de 1922, numa das cidades de Connaught, eu era um dos muitos que conspiravam para a independência da Irlanda. Dos meus companheiros, alguns sobrevivem dedicados a tarefas pacíficas; outros, paradoxalmente, batem-se nos mares ou no deserto, sob as cores inglesas; outro, o mais valente, morreu no pátio de um quartel, numa madrugada, fuzilado por homens cheios de sono; outros (não os mais desditosos) foram dar com o seu destino nas anónimas e quase secretas batalhas da guerra civil. Éramos republicanos, católicos; éramos, como suspeito, românticos. A Irlanda para nós era não só o porvir utópico e o intolerável presente: era uma amarga e carinhosa mitologia, era as torres circulares e os pantanaís avermelhados, era o repúdio de Parnell e as enormes epopeias que cantam o roubo de touros que noutra reencarnação foram heróis e noutras peixes e montanhas... Num crepúsculo que nunca esquecerei, chegou-nos um filiado de Munster: um tal John Vincent Moon.

Tinha uns escassos vinte anos. Era fraco e mole ao mesmo tempo; dava a incómoda impressão de ser invertebrado. Tinha estudado com fervor e com vaidade quase todas as páginas de não sei que manual comunista; o materialismo dialéctico servia-Lhe para encerrar qualquer discussão. As razões que pode ter um homem para odiar outro ou para gostar dele são infinitas: Moon reduzia a história universal a um sórdido conflito económico. Afirmava que a revolução está predestinada a triunfar. Eu disse-lhe que a um gentleman só podem interessar causas perdidas... Já era de noite: continuámos a desentender-nos no corredor, nas escadas, e a seguir nas ruas desertas.

Os juízos emitidos por Moon impressionaram-me menos que o seu inapelável tom apodíctico. O novo camarada não discutia: decretava com desdém e com certa cólera.

Quando chegámos às últimas casas, aturdiu-nos um brusco tiroteio. (Antes ou depois, contornámos o escuro paredão de uma fábrica ou de um quartel.) Internámo-nos numa rua de terra batida; um soldado, enorme à luz do clarão, surgiu de uma cabana incendiada. Aos gritos mandou-nos parar. Eu apressei o passo; o meu camarada não me acompanhou. Virei-me: John Vincent Moon estava imóvel, fascinado e como que eternizado pelo terror. Então voltei atrás, deitei abaixo de um só golpe o soldado, abanei Vincent Moon, insultei-o e ordenei-lhe que viesse comigo. Tive de puxá-lo pelo braço; a paixão do medo paralisava-o. Fugimos, no meio da noite salpicada de incêndios. Veio atrás de nós uma descarga de fuzilaria; uma bala roçou o ombro direito de Moon; este, enquanto fugíamos por entre uns pinheiros, rompeu num débil soluçar.

Nesse Outono de 1922 eu estava refugiado na quinta do general Berkeley. Este (que eu nunca vira) desempenhava então não sei que cargo administrativo em Bengala; o edifício tinha menos de um século, mas estava todo estragado e opaco e abundava de perplexos corredores e vãs antecâmaras. O museu e a enorme biblioteca usurpavam o rés-do-chão; livros controversos e incompatíveis que de qualquer modo são a história do século XIX; cimitarras de Nishapur, em cujos detidos arcos de círculo pareciam perdurar o vento e a violência da batalha. Entrámos (creio que me lembro) pelas traseiras. Moon, de boca trémula e ressequida, murmurou que os episódios da noite eram interessantes; dei-lhe os primeiros socorros, e trouxe-lhe uma chávena de chá: pude verificar que a sua "ferida" era superficial. Logo ele balbuciou com perplexidade:

- Mas você sensivelmente arriscou-se.

Disse-lhe que não se preocupasse. (O hábito da guerra civil havia-me impelido a agir como agi: além disso, a prisão de um único filiado podia comprometer a nossa causa.) No outro dia Moon tinha recuperado o aprumo. Aceitou um cigarro e submeteu-me a um severo interrogatório sobre os "recursos económicos" do nosso partido revolucionário. As suas perguntas eram lucidíssimas: disse-lhe (com verdade) que a situação era grave. Muitas descargas de fuzilaria tinham abalado o Sul.

Disse a Moon que tínhamos os companheiros à nossa espera. O meu sobretudo e o meu revólver estavam no quarto; quando voltei, encontrei Moon estendido no sofá, com os olhos fechados. Conjecturou que tinha febre; invocou um doloroso espasmo no ombro.

Então compreendi que a sua cobardia era irreparável. Roguei-Lhe molemente que tratasse de si e despedi-me. Envergonhava-me este homem com medo, como se fosse eu o cobarde, e não Vincent Moon. O que faz um homem é como se o fizessem todos os homens. Por isso não é injusto que uma desobediência num jardim contamine toda a humanidade; por isso não é injusto que a crucificação de um único judeu baste para a salvar. Schopenhauer porventura tem razão: eu sou os outros, qualquer homem é todos os homens. Shakespeare é de algum modo o miserável John Vincent Moon.

Passámos nove dias na enorme casa do general. Das agonias e dos fulgores da guerra não direi nada: o meu propósito é referir a história desta cicatriz que me afronta. Esses nove dias, na minha lembrança, formam um só dia, salvo o penúltimo, quando os nossos fizeram irrupção num quartel e conseguimos vingar exactamente os dezasseis camaradas que foram metralhados em Elphin. Eu saía sorrateiro de casa de madrugada, na confusão do lusco-fusco. Ao cair da noite regressava. O meu companheiro esperava-me no primeiro andar: a ferida não Lhe permitia descer ao rés-do-chão. Lembro-me dele sempre com algum livro de estratégia na mão: E. N. Maude ou Clausewitz. "A arma que prefiro é a artilharia", confessou-me uma noite. Inquiria dos nossos planos: gostava de censurá-los ou reformá-los. Também costumava denunciar a "nossa deplorável base económica"; dogmático e sombrio, profetizava-nos um fim desastroso. "C'est une affaire flambée", murmurava. Para mostrar que Lhe era indiferente ser um cobarde físico, exaltava o seu orgulho mental. Assim se passaram, bem ou mal, nove dias.

Ao décimo, a cidade caiu definitivamente em poder dos Black and Tans. Altos cavaleiros silenciosos patrulhavam as estradas; havia cinzas e fumo no vento; numa esquina vi estendido um cadáver, menos tenaz na minha lembrança do que um boneco contra o qual os soldados interminavelmente treinavam a pontaria, no meio da praça... Eu tinha saído quando estava no céu o amanhecer: voltei antes do meio-dia.

Moon, na biblioteca, falava com alguém; o tom da voz deu-me a entender que falava ao telefone. Depois ouvi o meu nome; depois que eu regressaria às sete, depois a indicação de que deveriam prender-me quando eu fosse a atravessar o jardim. O meu razoável amigo estava razoavelmente a vender-me. Ouvi-o exigir garantias de segurança pessoal.

Aqui a minha história confunde-se e perde-se. Sei que persegui o delator através de negros corredores de pesadelo e de profundas escadarias de vertigem. Moon conhecia a casa muito bem, bastante melhor que eu. Por uma ou duas vezes perdi-o. Encurrelei-o antes que os soldados me prendessem. De uma das panóplias do general arranquei um alfange; e com essa meia-lua de aço tracei-lhe na cara, para sempre, uma meia-lua de sangue. Borges: foi só a si, que é um desconhecido, que eu fiz esta confissão. Assim me custará tanto o seu desprezo.

Aqui o narrador deteve-se. Reparei que lhe tremiam as mãos.

- E Moon? - interroguei-o.

- Recebeu os dinheiros de Judas e fugiu para o Brasil. Nessa tarde, na praça, viu uns bêbedos a fuzilar um boneco.

Aguardei em vão a continuação da história. Por fim disse-Lhe que continuasse.

Então atravessou-o um gemido; então mostrou-me com fraca doçura a curva cicatriz esbranquiçada.

- Não acredita em mim? - balbuciou. - Não vê que trago escrita na cara a marca da minha infâmia? Conte-lhe a história desta maneira para que a ouvisse até ao fim. Fui eu que denunciei o homem que me protegeu: eu sou Vincent Moon. Agora despreze-me.

Tema do traidor e do herói

So the Platonic Year Whirls out new right
and wrong, Whirls in the old instead;
All men are dancers and their tread Goes to
the barbarous clangour of a gong.

W B. Yeats, The Tower

Sob a notória influência de Chesterton (imaginador e adornador de elegantes mistérios) e do conselheiro áulico Leibniz (que inventou a harmonia preestabelecida), imaginei este argumento, que escreverei talvez e que já de certo modo me justifica, nas tardes inúteis. Faltam pormenores, rectificações, ajustamentos; há zonas da história que ainda não me foram reveladas; hoje, 3 de Janeiro de 1944, vislumbro-a assim.

A acção decorre num país oprimido e tenaz: Polónia, Irlanda, a república de Veneza, qualquer estado sul-americano ou balcânico... É melhor dizer decorreu, porque, embora o narrador seja contemporâneo, a história referida por ele passou-se em meados ou nos princípios do século XIX. Digamos (para comodidade narrativa) Irlanda; e digamos 1824. O narrador chama-se Ryan; é bisneto do jovem, do heróico, do belo, do assassinado Fergus Kilpatrick, cuja sepultura foi misteriosamente violada, cujo nome ilustra os versos de Browning e de Hugo, cuja estátua preside a um cerro pardo no meio de pantanais vermelhos.

Kilpatrick foi um conspirador, um secreto e glorioso capitão de conspiradores; à semelhança de Moisés que, da terra de Moab, divisou e não pôde pisar a terra prometida, Kilpatrick pereceu na véspera da rebelião vitoriosa que tinha premeditado e sonhado. Aproxima-se a data do primeiro centenário da sua morte; as circunstâncias do crime são enigmáticas; Ryan, dedicado à redacção de uma biografia do herói, descobre que o enigma ultrapassa o puramente policial. inquietam Ryan. São de carácter cíclico: parecem repetir ou combinar factos de remotas regiões, de remotas idades.

Assim, ninguém ignora que os esbirros que examinaram o cadáver do herói encontraram uma carta fechada que o advertia do perigo. Kilpatrick foi assassinado num teatro; a Polícia britânica nunca deu com o matador; os historiadores declaram que esse fracasso não deslustra o seu bom crédito, visto que talvez tenha sido a própria Polícia a mandar matá-lo. Outras facetas do enigma de comparecer no teatro, nessa noite; também Júlio César, ao encaminhar-se para o lugar onde o aguardavam os punhais dos seus amigos, recebeu um memorial que não chegou a ler, em que estava declarada a traição; com os nomes dos traidores. A mulher de César, Calpúrnia, viu em sonhos derrubada uma torre que Lhe havia consagrado por decreto o Senado; falsos e anónimos boatos, na véspera da morte de Kilpatrick, tornaram público em todo o país o incêndio da torre circular de Kilgarvan, facto que pode parecer um presságio, porque ele tinha nascido em Kilgarvan.

Estes paralelismos (e outros) da história de César e da história de um conspirador irlandês induzem Ryan a supor uma secreta forma do tempo, um desenho de linhas que se repetem. Pensa na história decimal que ideou Condorcet; nas morfologias que propuseram Hegel, Spencer e Vico; nos homens de Hesíodo, que degeneraram desde o ouro até ao ferro. Pensa na transmigração das almas, doutrina que faz o horror das letras célticas e que o próprio César atribuiu aos druidas britânicos; pensa que antes de ser Fergus Kilpatrick, Fergus Kilpatrick foi Júlio César. Destes labirintos circulares salva-o uma curiosa verificação, uma verificação que logo o faz cair noutros labirintos mais inextricáveis e heterogêneos: certas palavras de um mendigo que conversou com Fergus Kilpatrick no dia da sua morte, foram prefiguradas por Shakespeare, na tragédia de Macbeth. Que a história tivesse copiado a história já era prodigioso de sobra; agora que a história copie a literatura é inconcebível... Ryan inv estiga que em 1814, James Alexander Nolan, o mais antigo dos companheiros do herói, traduzira para gaélico os principais dramas de Shakespeare; entre os quais, Júlio César. Também descobre nos arquivos um artigo manuscrito de Nolan sobre os Festspiele da Suíça: vastas e errantes representações

teatrais, que requerem milhares de actores e que reiteram episódios históricos nas mesmas cidades e montanhas onde ocorreram. Outro documento inédito revela-Lhe que, poucos dias antes do fim, Kilpatrick, presidindo ao último conclave, havia assinado a sentença de morte de um traidor, cujo nome fora apagado. Esta sentença não condiz com os piedosos hábitos de Kilpatrick. Ryan investiga o assunto (esta investigação é um dos hiatos do argumento) e consegue decifrar o enigma.

Kilpatrick foi abatido num teatro, mas de teatro serviu também toda a cidade, e os actores foram legião, e o drama coroado pela sua morte abrangeu muitos dias e muitas noites. Eis aqui o que sucedeu:

A 2 de Agosto reuniram-se os conspiradores. O país estava amadurecido para a rebelião; no entanto, qualquer coisa falhava sempre: algum traidor havia no conclave. Fergus Kilpatrick havia encarregado James Nolan da descoberta deste traidor. Nolan executou a sua tarefa: anunciou em pleno conclave que o traidor era o próprio Kilpatrick. Demonstrou com provas irrefutáveis a verdade da acusação; os conjurados condenaram à morte o seu presidente. Este assinou a sua própria sentença, mas implorou que o seu castigo não prejudicasse a pátria.

Então Nolan concebeu um estranho projecto. A Irlanda idolatrava Kilpatrick; a mais ténue suspeita da sua vileza comprometeria a rebelião; Nolan propôs um plano que fez da execução do traidor o instrumento para a emancipação da pátria. Sugeriu que o condenado morresse às mãos de um assassino desconhecido, em circunstâncias deliberadamente dramáticas, que se gravassem na imaginação popular e que apressassem a rebelião. Kilpatrick jurou colaborar nesse projecto, que Lhe dava a ocasião de se redimir e que a sua morte rubricaria.

Nolan, apertado pelo tempo, não conseguiu integralmente inventar as circunstâncias da múltipla execução; teve de plagiar outro dramaturgo, o inimigo inglês William Shakespeare. Repetiu cenas de Macbeth e de Júlio César. A pública e secreta representação compreendeu vários dias.

O condenado entrou em Dublin, discutiu, agiu, rezou, reprovou, pronunciou palavras patéticas, e cada um desses actos que reflectiria a glória tinha sido preestabelecido por Nolan.

Centenas de actores colaboraram com o protagonista; o papel de alguns foi complexo; o de outros, momentâneo. As coisas que disseram e fizeram perduram nos livros históricos, na memória apaixonada da Irlanda. Kilpatrick, arrebatado por esse minucioso destino que o redimia e que o perdia, mais de uma vez enriqueceu com actos e palavras improvisadas o texto do seu juiz. Assim se foi desenvolvendo no tempo o populoso drama, até que a 6 de Agosto de 1824, num palco de funerárias cortinas que prefigurava o de Lincoln, uma bala ansiada entrou no peito do traidor e do herói, que mal conseguiu articular, entre duas efusões de brusco sangue, algumas palavras previstas.

Na obra de Nolan, as passagens imitadas de Shakespeare são as menos dramáticas; Ryan suspeita que o autor as intercalou para que alguma pessoa, no futuro, descobrisse a verdade. Compreende que ele próprio também faz parte da trama de Nolan... Ao cabo de tenazes elucubrações, resolve silenciar a descoberta. Publica um livro dedicado à glória do herói; talvez até isso estivesse já previsto.

A morte e a bússola

A Mandie Molina Vedia

Dos muitos problemas que exercitaram a temerária perspicácia de Lonrot, não houve nenhum tão estranho – tão rigorosamente estranho, diremos – como a periódica série de factos de sangue que culminaram na quinta de Triste-le-Roy, no meio do interminável cheiro dos eucaliptos. É verdade que Erik Lonrot não conseguiu impedir o último crime, mas é indiscutível que o previu. Também não adivinhou a identidade do infausto assassino de Yarmolinsky, mas sim a secreta morfologia da maldita série e a participação de Red Scharlach, cujo segundo apodo é Scharlach o Dandy. Este criminoso (como tantos) havia jurado por sua honra a morte de Lonrot, mas este nunca se deixou intimidar. Lonrot julgava-se um puro raciocinador, um Auguste Dupin, mas havia nele algo de aventureiro e até de jogador.

O primeiro crime ocorreu no Hotel du Nord – esse alto prisma que domina o estuário cujas águas têm a cor do deserto. A essa torre (que muito notoriamente reúne a tediosa brancura de um sanatório, a numerada divisibilidade de um cárcere e a aparência geral de uma casa de má nota) chegou no dia três de Dezembro o delegado de Podolsk ao Terceiro Congresso Talmúdico, o professor Marcelo Yarmolinsky, homem de barba e olhos pardos. Nunca saberemos se o Hotel du Nord lhe agradou: aceitou-o com a antiga resignação que Lhe tinha permitido tolerar três anos de guerra nos Cárpatos e três mil anos de opressão e de pogroms. Deram-lhe um quarto no piso 1, diante da suite que não sem esplendor ocupava o Tetrarca da Galileia. Yarmolinsky jantou, adiou para o dia seguinte o exame da desconhecida cidade, arrumou num placard os seus muitos livros e as suas pouquíssimas roupas, e, antes da meia-noite apagou a luz. (Assim o declarou o chauffeur do Tetrarca, que dormia no quarto contíguo.) No dia quatro, às 11 e 3 minutos a. m., telefonou-lhe um redactor da Yidishe Zaitung; o doutor Yarmolinsky não respondeu; foram dar com ele no quarto, já levemente arroxeadas as caras, quase nus sob uma grande capa anacrónica. Jazia não longe da porta que dava para o corredor; uma punhalada profunda tinha-lhe rasgado o peito.

Umas horas depois, no mesmo quarto, no meio de jornalistas, fotógrafos e polícias, o comissário Treviranus e Lonnrot debatiam com serenidade o problema.

- Não é preciso procurar nenhum bicho de sete cabeças - disse Treviranus, brandindo um imperioso cigarro. - Todos nós sabemos que o Tetrarca da Galileia possui as melhores safiras do mundo. Alguém, para lhas roubar, deve ter entrado aqui por engano. Yarmolinsky levantou-se, e o ladrão teve de matá-lo. O que acha?

- Possível, mas não interessante - respondeu Lonnrot. - Vai replicar-me que a realidade não tem a mínima obrigação de ser interessante. Eu respondo-lhe que a realidade pode prescindir dessa obrigação, mas não as hipóteses. Na que você improvisou, intervêm copiosamente o acaso. Tenho aqui um rabino morto; eu preferiria uma explicação puramente rabínica, não os imaginários percalços de um imaginário ladrão.

Treviranus retorquiu com mau humor:

- Não me interessam as explicações rabínicas; interessa-me a captura do homem que apunhalou este desconhecido.

- Não é assim tão desconhecido - corrigiu Lonnrot. - Estão aqui as suas obras completas. - Indicou no placard uma fila de altos volumes: uma Reabilitação da Cabala; um Exame da Filosofia de Robert Flood; uma tradução literal do Sepher Yezirah; uma Biografia do Baal Shem; uma História da Seita dos Hasidim; uma monografia (em alemão) sobre o Tetragrámaton; outra, sobre a nomenclatura divina do Pentateuco. O comissário olhou-os com temor, quase com repulsa. A seguir, pôs-se a rir.

- Sou um pobre cristão - replicou. - Leve todos esses mamarrachos, se quiser; não tenho tempo a perder com superstições judias.

- Talvez este crime pertença à história das superstições judias - murmurou Lonnrot.

- Tal como o cristianismo - atreveu-se a completar o redactor da Yidische Zaitung. Era míope, ateu e muito tímido.

Ninguém lhe respondeu. Um dos agentes acabara de encontrar na pequena máquina de escrever uma folha de papel com esta sentença inconcluída:

A primeira letra do Nome já foi articulada.

Lonnrot absteve-se de sorrir. Bruscamente bibliófilo ou hebraísta, ordenou que lhe fizessem um pacote com os livros do morto e levou-os para o seu apartamento. Indiferente à investigação policial, dedicou-se a estudá-los. Um livro em oitavo maior revelou-lhe os ensinamentos de Israel Baal Shem Tobh, fundador da seita dos Piedosos; outro, as virtudes e terrores do Tetragrámaton, que é o inefável Nome de Deus; outro, a tese de que Deus tem um nome secreto, no qual está resumido (como na esfera de cristal que os persas atribuem a Alexandre da Macedónia) o seu nono atributo, a eternidade - quer dizer, o conhecimento imediato - de todas as coisas que serão, que são e que foram no universo. A tradição enumera noventa e nove nomes de Deus; os hebraístas atribuem este imperfeito número ao mágico temor das quantidades pares; os Hasidim raciocinam que esse hiato assinala um centésimo nome - o Nome Absoluto.

Dessa erudição distraiu-o, poucos dias depois, o aparecimento do redactor da Yidische Zaitung. Este queria falar do assassino; Lonnrot preferiu falar dos diversos nomes de Deus; o jornalista declarou a três colunas que o investigador Erik Lonnrot se tinha dedicado a estudar os nomes de Deus para dar com o nome do assassino. Lonnrot, habituado às simplificações do jornalismo, não se indignou. Um desses lojistas que descobriram que qualquer homem se resigna a comprar qualquer livro publicou uma edição popular da História da Seita dos Hasidim.

O segundo crime ocorreu na noite de três de Janeiro, no mais abandonado e vazio dos desertos subúrbios ocidentais da capital. Por volta do amanhecer, um dos guardas que vigiam a cavalo essas solidões viu no umbral de uma antiga drogaria um homem de poncho, deitado no chão. O duro rosto estava como que mascarado de sangue; uma punhalada profunda tinha-lhe rasgado o peito. Na parede, sobre os losangos amarelos e vermelhos, havia umas palavras escritas a giz. O guarda soletrou-as...

Nessa tarde, Treviranus e Lonrot dirigiram-se à remota cena do crime. À esquerda e à direita do automóvel, a cidade desintegrava-se; crescia o firmamento e já pouco importavam as casas e muito um forno de tijolo ou um álamo. Chegaram ao seu pobre destino: uma azinhaga final de taipais rosados que pareciam reflectir de um modo qualquer o desaforado pôr-do-sol. O morto já fora identificado. Era Daniel Simón Azevedo, homem de alguma fama nos antigos arrabaldes do Norte, que tinha ascendido de carroceiro a capanga eleitoral, para degenerar depois em ladrão e até em delator. (O singular estilo da sua morte pareceu-Lhes adequado: Azevedo era o último representante de uma geração de bandidos que sabia o manejo do punhal, mas não do revólver.) As palavras a giz eram as seguintes:

A segunda letra do Nome já foi articulada.

O terceiro crime ocorreu na noite de três de Fevereiro. Pouco antes da uma, o telefone tocou no gabinete do comissário Treviranus. Com ávido sigilo, falou um homem de voz gutural; disse que se chamava Ginzberg (ou Ginsburg) e que estava disposto a comunicar, por uma remuneração razoável, os factos dos dois sacrificios de Azevedo e de Yarmolinsky. Um desacorde de apitos e de cornetas abafou a voz do delator. Depois, a comunicação ficou cortada. Sem rejeitar ainda a possibilidade de uma brincadeira (afinal de contas, estavam no Carnaval) Treviranus investigou que Lhe tinham telefonado do Liverpool House, um bar da Rue de Toulon - essa rua bem picante onde convivem o cosmorama e a leitaria, o bordel e os vendedores de bíblias. Treviranus falou com o dono. Este (Black Finnegan, antigo criminoso irlandês, abatido e quase anulado pela decência) disse-lhe que a última pessoa que tinha usado o telefone da casa fora um inquilino, um tal Gryphius, que acabava de sair com uns amigos. Treviranus foi logo ao Liverpool House. O patrão comunicou-lhe o seguinte: há oito dias, Gryphius tinha alugado um quarto no sótão do bar. Era um homem de traços afilados, de nebulosa barba grisalha, vestido pobremente de preto; Finnegan (que destinava esse quarto a um emprego que Treviranus adivinhou) pediu-Lhe um aluguer sem dúvida excessivo; Gryphius imediatamente pagou a quantia estipulada. Quase nunca saía; jantava e almoçava no quarto; mal lhe conheciam a cara no bar.

Nessa noite, desceu para telefonar no escritório de Finnegan. Uma berlinda fechada parou em frente do bar. O cocheiro não se mexeu do assento; alguns clientes lembraram-se de que tinha uma máscara de urso. Da berlinda desceram dois arlequins; eram de reduzida estatura e ninguém pôde deixar de observar que estavam completamente bêbedos. No meio de toques de cornetas, irromperam pelo escritório de Finnegan; abraçaram Gryphius, que pareceu reconhecê-los, mas que lhes respondeu com frieza; trocaram algumas palavras em üdiche - ele em voz baixa, gutural, eles com vozes falsas, agudas - e subiram para o quarto do fundo. Passado um quarto de hora desceram os três, muito felizes; Gryphius, cambaleante, parecia tão bêbedo como os outros. Seguiu, alto e vertiginoso, no meio dos dois arlequins mascarados. (Uma das mulheres do bar recordou os losangos amarelos, vermelhos e verdes.) Duas vezes tropeçou; duas vezes o agarraram os arlequins. A caminho da doca imediata, de águas rectangulares, os três subiram para a berlinda e desapareceram. Já no estribo da berlinda o último arlequim rabiscou um desenho obsceno e uma frase numa das ardósias das arcadas.

Treviranus viu a frase. Era quase previsível, dizia:

A última das letras do Nome já foi articulada.

Examinou a seguir o quartinho de Gryphius-Ginzberg. Havia no chão uma brusca estrela de sangue; aos cantos, restos de cigarros de marca húngara; num armário, um livro em latim - o *Philologus Hebraeograecus* (1739) de Leusden - com várias notas manuscritas. Treviranus olhou-o com indignação e mandou chamar Lonnrot. Este, sem tirar o chapéu, pôs-se a ler, enquanto o comissário interrogava as contraditórias testemunhas do rapto possível. Às quatro saíram. Na tortuosa Rue de Toulon, quando pisavam as serpentinas mortas da alvorada, Treviranus disse:

- E se a história desta noite fosse um simulacro?

Erik Lonnrot sorriu e leu com toda a gravidade uma passagem (que estava sublinhada) da dissertação trigésima terceira do *Philologus*: *Dies Judaeorum inripit a solis occasu usque ad solis occasum diei sequentis*. Isto quer dizer - acrescentou, - O dia judeu começa ao anoitecer e dura até ao seguinte anoitecer.

O outro tentou uma ironia.

- Esse dado foi o mais valioso que você recolheu esta noite?
- Não. O mais valioso foi uma palavra que disse Ginzberg.

Os diários da tarde não descuidaram estas desapareições periódicas. La Cruz de la Espada pô-las em contraste com a admirável disciplina e ordem do último Congresso Eremitico; Ernest Palaste, no El Mártir, reprovou as demoras intoleráveis de um pogrom clandestino e frugal, que precisou de três meses para liquidar três judeus; a Yidische Zaitung rejeitou a hipótese horrorosa de uma conspiração anti-semita, embora muitos espíritos penetrantes não admitam outra solução do triplo mistério; o mais ilustre dos pistoleiros do Sul, Dandy Red Scharlach, jurou que no distrito dele nunca se produziriam crimes destes e acusou de culposa negligência o comissário Franz Treviranus.

Este recebeu, na noite do dia primeiro de Março, um imponente envelope lacrado. Abriu-o: continha uma carta assinada Baruch Espinosa e um minucioso mapa da cidade, arrancado notoriamente de um Baedeker. A carta profetizava que a três de Março não haveria um quarto crime, pois a drogaria do Oeste, o bar da Rue de Toulon e o Hotel du Nord eram os vértices perfeitos de um triângulo equilátero e místico; o mapa demonstrava a tinta vermelha a regularidade deste triângulo. Treviranus leu com resignação esse argumento more geometrico e mandou a carta e o mapa a casa de Lonnrot - indiscutível merecedor de tais loucuras.

Erik Lonnrot estudou-as. Os três lugares, com efeito, eram equidistantes. Simetria no tempo (3 de Dezembro, 3 de Janeiro, 3 de Fevereiro); simetria no espaço, também... De repente, sentiu logo que estava prestes a decifrar o mistério. Um compasso e uma bússola completaram esta brusca intuição. Sorriu, pronunciou a palavra Tetragrámaton (de aquisição recente) e telefonou ao comissário. Disse-Lhe:

- Obrigado por este triângulo equilátero que esta noite me mandou. Permitiu-me resolv er o problema. Amanhã sexta-feira os criminosos estarão na prisão; podemos ficar descansados.

- Então, não planejam um quarto crime?

- É precisamente porque planeiam um quarto crime que podemos ficar descansados. - Lonnrot desligou o aparelho. Uma hora depois, viajava num comboio dos Ferrocarriles Australes a caminho da quinta abandonada de Triste-le-Roy.

A sul da cidade do meu conto corre um turvo ribeiro de águas barrentas, afrontado de curtumes e de lixo. Do outro lado há um subúrbio fabril onde, sob a protecção de um caudilho barcelonês, medram os pistoleiros. Lonnrot sorriu ao pensar que o mais afamado - Red Scharlach - daria fosse o que fosse para saber desta clandestina visita. Azevedo foi companheiro de Scharlach; Lonnrot considerou a remota possibilidade de a quarta vítima ser Scharlach. Depois, afastou-a... Virtualmente, havia decifrado o problema; as meras circunstâncias, a realidade (nomes, prisões, caras, trâmites judiciais e carcerários) agora mal lhe interessavam. Queria passear, queria descansar de três meses de sedentária investigação. Reflectiu que a explicação dos crimes estava num triângulo anónimo e numa pulverulenta palavra grega. O mistério quase lhe pareceu cristalino; envergonhou-se de lhe ter dedicado cem dias.

O comboio parou numa silenciosa estação de mercadorias. Lonnrot saiu. Era uma dessas tardes desertas que parecem madrugadas. O ar da turbida planície era húmido e frio. Lonnrot começou a andar pelo campo. Viu cães, viu um furgão numa via morta, viu o horizonte, viu um cavalo prateado que bebia a água inquinada de um charco. Começava a escurecer quando viu o mirante rectangular da quinta de Triste-le-Roy, quase tão alto como os negros eucaliptos que o rodeavam. Pensou que apenas um amanhecer e um ocaso (um velho clarão no oriente e outro no ocidente) o separavam da hora ansiada pelos pesquisadores do Nome.

Uma grade ferrugenta definia o perímetro irregular da quinta. O portão principal estava fechado. Lonnrot, sem muita esperança de entrar, deu a volta completa. De novo diante do portão infranqueável, meteu a mão por entre as barras, quase maquinalmente, e deu com o trinco. O ranger do ferro surpreendeu-o. Com uma passividade laboriosa, todo o portão cedeu.

Lonnrot avançou pelo meio dos eucaliptos, pisando confundidas gerações de quebradas folhas rígidas. Vista de perto, a casa da quinta de Triste-le-Roy abundava em inúteis simetrias e em repetições obsessivas: a uma Diana glacial num nicho tenebroso correspondia num segundo nicho outra Diana; um balcão reflectia-se noutro balcão; escadarias duplas abriam-se em dupla balaustrada. Um Hermes de duas caras projectava uma sombra monstruosa.

Lonnrot rodeou a casa como rodeara antes a quinta. Tudo examinou; por baixo do nível do terraço viu uma estreita persiana.

Empurrou-a: poucos degraus de mármore desciam para uma cave. Lonnrot, que já intuía as preferências do arquiteto, adivinhou que na parede oposta da cave havia outros degraus. Encontrou-os, subiu, levantou as mãos e abriu o alçapão de saída.

Um clarão guiou-o até uma janela. Abriu-a: uma lua amarela e circular definia no triste jardim duas fontes entupidas. Lonnrot explorou a casa. Através de antessalas e galerias saiu para pátios iguais e repetidas vezes para o mesmo pátio. Subiu por escadas poeirentas e antecâmaras circulares; multiplicou-se infinitamente em espelhos opostos; cansou-se de abrir ou entreabrir janelas que lhe revelavam, lá fora, o mesmo desolado jardim a partir de várias alturas e vários ângulos; dentro da casa, móveis tapados com cobertas amarelas e candelabros envolvidos em tarlatana. Deteve-o um quarto; nesse quarto, uma só flor numa taça de porcelana; ao primeiro toque as pétalas antigas desfizeram-se. No segundo andar, no último, a casa pareceu-lhe infinita e crescente. A casa não é assim tão grande, pensou. Aumentam-na a penumbra, a simetria, os espelhos, os muitos anos, o meu desconhecimento, a solidão.

Por uma escada em espiral chegou ao mirante. A Lua dessa tarde atravessava os losangos das janelas; eram amarelos, vermelhos e verdes. Deteve-o uma lembrança espantada e vertiginosa.

Dois homens de pequena estatura, ferozes e robustos, lançaram-se sobre ele e desarmaram-no; outro, muito alto, saudou-o com gravidade e disse:

- Você é muito amável. Poupanos uma noite e um dia.

Era Red Scharlach. Os homens amarraram Lonnrot. Este, por fim, recuperou a voz.

- Scharlach, você procura o Nome Secreto?

Scharlach continuava de pé, indiferente. Não tinha participado na breve luta, só estendeu a mão para receber o revólver de Lonnrot. Falou; Lonnrot ouviu na sua voz uma fatigada vitória, um ódio do tamanho do universo, e uma tristeza não menor que esse ódio.

- Não - disse Scharlach. - Procuro uma coisa mais efêmera e perecível, procuro Erik Lonnrot. Há três anos, numa baiuca da Rue de Toulon, você mesmo prendeu, e fez condenar o meu irmão.

Numa berlinda, os meus homens tiraram-me do tiroteio com uma bala policial no ventre. Nove dias e nove noites agonizei nesta desolada quinta simétrica; arrasava-me a febre, e o odioso Jano bifronte que fita os ocasos e as auroras dava horror ao meu sono e à minha vigília. Cheguei a abominar o meu corpo, cheguei a sentir que dois olhos, duas mãos, dois pulmões, são tão monstruosos como duas caras. Um irlandês tentou converter-me à fê de Jesus; repetia-me a sentença dos goim: todos os caminhos vão dar a Roma. De noite, o meu delírio nutria-se dessa metáfora: eu sentia que o mundo é um labirinto, do qual era impossível escapar, pois todos os caminhos, embora fingissem ir para o Norte ou para o Sul, iam dar realmente a Roma, que era também a prisão quadrangular onde agonizava o meu irmão e a quinta de Triste-le-Roy. Nessas noites jurei pelo deus que vê com duas caras e por todos os deuses da febre e dos espelhos urdir um labirinto em volta do homem que encarcerara o meu irmão. Urdi-o e é firme: os materiais são um heresiólogo morto, uma bússola, uma seita do século XVIII, uma palavra grega, um punhal, e os losangos de uma drogaria.

O primeiro termo da série foi-me dado pelo acaso. Eu tramara com alguns colegas - entre os quais, Daniel Azevedo - o roubo das safiras do Tetrarca. Azevedo traiu-nos: embebedou-se com o dinheiro que lhe adiantámos e meteu mãos à empresa no dia antes. No enorme hotel perdeu-se; por volta das duas da manhã irrompeu no quarto de Yarmolinsky. Este, atacado pela insônia, tinha-se posto a escrever. Verosimilmente, redigia umas notas ou um artigo sobre o Nome de Deus; tinha escrito já as palavras: "A primeira letra do Nome já foi articulada". Azevedo intimou-lhe silêncio; Yarmolinsky estendeu a mão para a campainha que despertaria todas as forças do hotel; Azevedo deu-lhe uma única punhalada no peito. Foi quase um movimento reflexo: meio século de violência tinha-lhe ensinado que o mais fácil e seguro é matar... Dez dias depois vim a saber pela Yidische Zaitung que você procurava nos escritos de Yarmolinsky a chave da morte de Yarmolinsky. Li a História da Seita dos Hasidim; soube que o medo reverente de pronunciar o Nome de Deus havia originado a doutrina de que esse Nome é todo-poderoso e recôndito. Soube que alguns Hasidim, em busca desse Nome secreto, tinham chegado a cometer sacrifícios humanos...

Compreendi que você conjecturava que os Hasidim haviam sacrificado o rabino; dediquei-me a justificar essa conjectura.

Marcelo Yarmolinsky morreu na noite de três de Dezembro: para o segundo sacrificio escolhi a de três de Janeiro. Morreu no Norte; para o segundo sacrificio" convinha-nos um lugar do Oeste. Daniel Azevedo foi a vítima necessária. Merecia a morte: era um impulsivo, um traidor; a sua captura podia aniquilar todo o plano. Um dos nossos apunhalou-o; para vincular o seu cadáver ao anterior, escrevi em cima dos losangos da drogaria: "A segunda letra do Nome já foi articulada".

O terceiro crime, produziu-se a três de Fevereiro. Como Treviranus adivinhou, foi um simples simulacro. Gryphius-Ginzberg - Ginsburg sou eu; uma semana interminável levei (suplementado por uma tênue barba postiça) nesse perverso cubículo da Rue de Toulon, até que os amigos me raptaram. Do estribo da berlinda, um deles escreveu num pilar A última das letras do Nome já foi articulada. Essa escrita divulgou que a série de crimes era tripla. Assim o entendeu o público; no entanto, intercalei repetidos indícios para que você, o raciocinador Erik Lonnrot, compreendesse que é quádrupla. Um prodígio no Norte, outros no Lest e no Oeste, rclamam um quarto prodígio no Sul; o Tetragrámaton - o Nome e Deus, JHVH - consta de quatro letras; os arlequins e a abuleta do droguista sugerem quatro termos. Sublinhei certa assagem no manual de Leusden; essa passagem manifesta que os udeus contavam o dia de ocaso a ocaso; essa passagem dá a ntender que as mortes ocorreram a quatro de cada mês. Mandeí triângulo equilátero a Treviranus. Pressenti que você crescentaria o pono que falta. O ponto que determina um osango perfeito, o ponto que marca o lugar onde uma exacta orte o espera. Tudo o que premeditei, Erik Lonnrot, foi para atrair a si e a mais ninguém às solidões de Triste-le-Roy. Lonnrot evitou os olhos de Scharlach. Fitou as árvores e o éu divididos em losangos turvamente amarelos, verdes e ermelhos. Sentiu algum frio e uma tristeza impessoal, quase nónima. Já era de noite; do poeirento jardim subiu o pio inútil de uma ave. Lonnrot considerou pela última vez o problema das mortes simétricas e periódicas.

- No seu labirinto sobram três linhas - disse por fim. - Eu sei de um labirinto grego que é uma linha única, reta.

Nessa linha têm-se perdido tantos filósofos que bem pode perder-se também um pobre detective. Scharlach, quando noutra reencarnação você me der caça, finja (ou cometa) um crime em A, depois um segundo crime em B, a 8 quilómetros de A, a seguir um terceiro crime em C, a 4 quilómetros de A e de B, a meio caminho entre os dois. Espere-me depois em D, a 2 quilómetros de A e de C, de novo a meio caminho. Mate-me em D, tal como agora vai matar-me em Triste-le-Roy.

- Para a outra vez que o matar - respondeu Scharlach -, prometo-lhe esse labirinto, que consta só de uma linha recta e que é invisível, incessante.

Recuou uns passos. Depois, muito cuidadosamente, fez fogo.

1942

O milagre secreto

E Deus fê-lo morrer durante cem anos
e depois animou-o e disse-lhe:
- Quanto tempo estiveste aqui?
- Um dia ou parte de um dia, respondeu.

Alcorão, II, 261

Na noite de catorze de Março de 1939, num apartamento da Zeltnergasse de Praga, Jaromir Hladik, autor da inconcluída tragédia *Os Inimigos*, de uma Defesa da Eternidade e de uma análise das indirectas fontes judaicas de Jakob Boehme, sonhou com uma longa partida de xadrez. Não a disputavam dois indivíduos, mas sim duas famílias ilustres; a partida tinha começado há muitos séculos; ninguém era capaz de apontar o esquecido prêmio, mas murmurava-se que era enorme e quicá infinito; as peças e o tabuleiro estavam numa torre secreta; Jaromir (no sonho) era o primogénito de uma das famílias hostis; nos relógios soava a hora da inadiável jogada; o sonhador corria pelas areias de um deserto chuvoso e não conseguia lembrar-se das figuras nem das leis do xadrez. Nessa altura acordou. Cessaram os estrondos da chuva e dos terríveis relógios. Um ruído compassado e unânime, cortado por algumas vozes de comando, subia da Zeltnergasse. Era de madrugada, as blindadas vanguardas do Terceiro Reich entravam em Praga.

A dezanove, as autoridades receberam uma denúncia; no mesmo dia dezanove, ao anoitecer, Jaromir Hladik foi preso. Levaram-no para um quartel asséptico e branco, na margem oposta do Moldau. Não conseguiu rebater nem uma só das acusações da Gestapo: o seu apelido materno era Jaroslavski, o seu sangue era judeu, o seu estudo sobre Boehme era judaizante, a sua assinatura vinha acrescer o censo final de um protesto contra o Anschluss. Em 1928, tinha traduzido o *Cepher Yézirah* para a editorial Hermann Barsdorf;

o efusivo catálogo dessa casa havia exagerado comercialmente o renome do tradutor; esse catálogo foi folheado por Julius Rothe, um dos chefes em cujas mãos estava a sorte de Hladik. Não há nome que, fora da sua especialidade, não seja crédulo; dois ou três adjetivos em letra gótica bastaram para que Julius Rothe admitisse a proeminência de Hladik e dispusesse que o condenassem à morte, pour encourager les autres. Marcou-se o dia vinte e nove de Março, às nove a. m. Esta demora (cuja importância apreciará depois o leitor) devia-se ao desejo administrativo de agir impessoal e pausadamente, como os vegetais e os planetas.

O primeiro sentimento de Hladik foi de simples terror. Pensou que não o teriam atemorizado a força, a decapitação ou a degola, mas que morrer fuzilado era intolerável. Em vão disse e redisse para consigo que o temível era o acto puro e geral de morrer, e não as circunstâncias concretas. Não se cansava de imaginar essas circunstâncias: absurdamente procurava esgotar todas as variantes. Antecipava infinitamente o processo, desde o insone amanhecer até à misteriosa descarga. Antes do dia marcado por Julius Rothe, morreu centenas de mortes, em pátios cujas formas e cujos ângulos davam que fazer à geometria, metralhado por soldados variáveis, em número cambiante, que às vezes acabavam com ele de longe e outras de muito perto. Enfrentava com verdadeiro temor (talvez com verdadeira coragem) estas execuções imaginárias; cada simulacro durava poucos segundos; encerrado o círculo, Jaromir interminavelmente voltava às trémulas vésperas da sua morte. A seguir reflectiu que a realidade não costuma coincidir com as previsões; com lógica perversa inferiu que prever um pormenor circunstancial é impedir que este suceda. Fiel a esta débil magia, inventava, para que não sucedessem, acontecimentos atrozes; naturalmente, acabou por temer que esses acontecimentos fossem proféticos. Miserável na noite, procurava afirmar-se de algum modo na substância fugitiva do tempo. Sabia que este se precipitava para a madrugada do dia vinte e nove; raciocinava em voz alta: «Agora estou na noite de vinte e dois; enquanto durar esta noite (e seis noites mais) sou invulnerável, imortal.» Pensava que as noites de sono eram fundas e escuras pias em que poderia afundar-se. Às vezes, ansiava com impaciência pela definitiva descarga, que o redimiria, mal ou bem, da sua vã tarefa de imaginar.

No dia vinte e oito, quando o último ocaso reverberava nas altas grades, desviou-o destas considerações abjectas a imagem do seu drama *Os Inimigos*.

Hladik já tinha passado os quarenta anos. Fora de algumas amizades e de muitos hábitos, era o problemático exercício da literatura que constituía a sua vida; tal como todo o escritor, media as virtudes dos outros pela obra executada por eles e exigia que os outros o medissem pelo que ele vislumbrava ou planeava. Todos os livros que havia dado à estampa lhe infundiam um complexo arrependimento. Nas suas análises da obra de Boehme, de Abenesra e de Flood, tinha intervindo essencialmente a mera aplicação; na sua tradução do *Sepher Yeziel*, a negligência, a canseira e a conjectura. Julgava menos deficiente, talvez, a *Defesa da Eternidade*: o primeiro volume historia as diversas eternidades que idearam os homens, desde o imóvel *Ser* de Parmênides até ao passado modificável de Hinton; o segundo nega (com Francis Bradley) que todos os actos do universo integrem uma série temporal. Argumenta que não é infinito o número das possíveis experiências do homem e que basta uma única repetição para demonstrar que o tempo é uma falácia... Infelizmente, não são menos falaciosos os argumentos que demonstram esta falácia; Hladik costumava percorrê-los com certa perplexidade desdenhosa. Também redigira uma série de poemas expressionistas; estes, para confusão do poeta, figuraram numa antologia de 1924 e não houve antologia posterior que não os herdasse. De todo este passado equívoco e frouxo queria redimir-se Hladik com o drama em verso *Os Inimigos*. (Hladik preconizava o verso, porque impede que os espectadores esqueçam a irreabilidade, que é condição da arte.)

Este drama observava as unidades de tempo, de lugar e de acção; decorria em *Firadcan*, na biblioteca do barão de Roemerstadt, numa das últimas tardes do século dezanove. Na primeira cena do primeiro acto, um desconhecido visita Roemerstadt. (Um relógio dá as sete, uma veemência de último sol exalta os cristais, a aragem traz consigo uma arrebatada e reconhecível música húngara.) A esta visita seguem-se outras; Roemerstadt não conhece as pessoas que o importunam, mas tem a incômoda impressão de já as ter visto, talvez num sonho. Todos exageradamente o gabam, mas é notório - primeiro é para os espectadores, e a seguir para o próprio barão - que são inimigos secretos, conjurados para o perderem. Roemerstadt consegue deter ou enganar as suas complexas intrigas;

no diálogo, aludem à sua noiva, Julia de Ueidenau, e a um tal Jaroslav Kubin, que já antes a importunara com o seu amor. Este, agora, enlouqueceu e crê ser Roemerstadt... Os perigos redobram; Roemerstadt, no fim do segundo acto, vê-se na obrigação de matar um conspirador. Começa o terceiro acto, o último. Crescem gradualmente as incoerências: tornam a aparecer actores que pareciam afastados da trama; volta, por um instante, o homem morto por Roemerstadt. Alguém faz notar que não entardeceu: o relógio dá as sete, nos altos cristais reverbera o sol ocidental, a aragem traz consigo a arrebatada música húngara. Aparece o primeiro interlocutor e repete as palavras que pronunciou na primeira cena do primeiro acto. Roemerstadt fala com ele sem espanto; o espectador compreende que Roemerstadt é o miserável Jaroslav Kubin. O drama não aconteceu: é o delírio circular que interminavelmente vive e revive Kubin.

Nunca se interrogara Hladik se esta tragicomédia de enganos era frívola ou admirável, rigorosa ou casual. No argumento que resumi, intuía-se a invenção mais apta para dissimular os seus defeitos e para exercitar os seus achados felizes, a possibilidade de resgatar (de maneira simbólica) o fundamental da sua vida. Já tinha terminado o primeiro acto e uma ou outra cena do terceiro; o carácter métrico da obra permitia-lhe examiná-la continuamente, rectificando os hexâmetros, sem o manuscrito à vista. Pensou que ainda lhe faltavam dois actos e que muito em breve iria morrer. Falou com Deus na escuridão.

«Se de algum modo existo, se não sou uma das tuas repetições e erratas, existo como autor de Os Inimigos. Para levar a bom termo este drama, que pode justificar-me e justificar-Te, requeiro mais um ano. Outorga-me esses dias, Tu de Quem são os séculos e o tempo.» Era a última noite, a mais atroz, mas dez minutos depois o sono afogou-o como uma água escura.

Pela madrugada, sonhou que se tinha escondido numa das naves da biblioteca de Clementinum. Um bibliotecário de óculos pretos perguntou-lhe:

«O que procura?»

Hladik respondeu-lhe:

«Procuro Deus.»

O bibliotecário disse-lhe:

«Deus está numa das letras de uma das páginas de um dos quatrocentos mil tomos do Clementinum. Os meus pais e os pais dos meus pais procuraram essa letra; eu fiquei cego procurando-a.»

Tirou os óculos e Hladik viu-lhe os olhos, que estavam mortos.

Entrou um leitor para devolver um atlas. «Este atlas é inútil», disse, e deu-o a Hladik. Este abriu-o ao acaso. Viu um mapa da Índia, vertiginoso. Bruscamente seguro, tocou uma das mínimas letras. Uma voz ubíqua disse-lhe: «O tempo do teu trabalho foi outorgado.» Aqui Hladik acordou.

Lembrou-se de que os sonhos dos homens pertencem a Deus e que Maimónides escreveu que são divinas as palavras de um sonho, quando são distintas e claras e não se pode ver quem as disse. Vestiu-se; entraram na cela dois soldados e ordenaram-lhe que os acompanhasse.

Do outro lado da porta, Hladik tinha previsto um labirinto de galerias, escadas e pavilhões. A realidade foi menos rica: desceram a um pátio interior por uma única escada de ferro. Vários soldados - alguns de uniforme desabotoado - examinavam uma motocicleta e discutiam. O sargento olhou para o relógio: eram oito e quarenta e quatro minutos. Tinha de esperar que dessem as nove. Hladik, mais insignificante que infeliz, sentou-se num montão de lenha. Reparou que os olhos dos soldados fugiam dos seus. Para aliviar a espera, o sargento entregou-lhe um cigarro. Hladik não fumava; aceitou-o por cortesia ou por humildade. Ao acendê-lo, viu que lhe tremiam as mãos. O dia enevoou-se; os soldados falavam em voz baixa como se ele já estivesse morto. Em vão tentou recordar-se da mulher cujo símbolo era Julia de Weidenau...

O piquete formou e perfilou-se. Hladik, de pé contra a parede do quartel, esperou a descarga. Alguém receou que a parede ficasse manchada de sangue; então ordenaram ao réu que avançasse alguns passos. Hladik, absurdamente, lembrou-se das vacilações preliminares dos fotógrafos. Uma pesada gota de chuva tocou uma das faces de Hladik e rolou lentamente pela sua bochecha; o sargento vociferou a ordem final.

O universo físico parou.

As armas convergiam sobre Hladik, mas os homens que iam matá-lo estavam imóveis. O braço do sargento eternizava um gesto inacabado. Numa ardósia do pátio uma abelha projectava uma sombra fixa. O vento havia cessado, como num quadro. Hladik tentou um grito, uma sílaba, o torcer de uma mão. Compreendeu que estava paralisado. Não lhe chegava nem o mais ténue rumor do tolhido mundo. Pensou «estou no inferno, estou morto.» Pensou «estou louco.» Pensou «o tempo parou.»

A seguir reflectiu que nesse caso também se Lhe teria parado o pensamento. Quis pô-lo à prova: repetiu (sem mover os lábios) a misteriosa quarta écloga de Virgílio. Imaginou que os já longínquos soldados compartilhavam a sua angústia: ansiou por comunicar com eles. Assombrou-o o não sentir nenhum cansaço, nem sequer a vertigem da sua longa imobilidade. Dormiu, ao cabo de um prazo indeterminado. Ao acordar, o mundo continuava imóvel e surdo. Na sua bochecha perdurava a gota de água; no pátio, a sombra da abelha; o fumo do cigarro que expelira nunca mais acabava de se dispersar. Outro dia passou, antes que Hladik compreendesse.

Um ano inteiro havia solicitado de Deus para terminar o seu trabalho: um ano Lhe outorgava a sua onipotência. Deus operava para ele um milagre secreto. Matá-lo-ia o chumbo alemão, na hora determinada, porém na sua mente um ano decorria entre a ordem e a execução da ordem. Da perplexidade passou ao pasmo, do pasmo à resignação, e da resignação à súbita gratidão.

Não dispunha de outro documento além da memória; a aprendizagem de cada hexâmetro que acrescentava impôs-Lhe um afortunado rigor de que não suspeita quem arrisca e esquece parágrafos interinos e vagos. Não trabalhou para a posteridade nem sequer para Deus, de cujas preferências literárias pouco sabia. Minucioso, imóvel, secreto, urdiu no tempo o seu elevado labirinto invisível. Refez o terceiro acto duas vezes. Apagou um ou outro símbolo demasiado evidente: as repetidas badaladas, a música. Nenhuma circunstância o importunava. Omitiu, abreviou, ampliou; nalguns casos, optou pela versão primitiva. Chegou a gostar do pátio, do quartel; um dos rostos que o enfrentavam fê-lo modificar a sua concepção do carácter de Roemerstadt. Descobriu que as árduas cacofonias que tanto alarmaram Flaubert são simples superstições visuais: debilidades e inconvenientes da palavra escrita, não da palavra sonora... Deu fim ao seu drama: já só Lhe faltava resolver um único epíteto. Achou-o; a gota de água resvalou-Lhe pela bochecha. Iniciou um grito enlouquecido, mexeu a cara, a quádrupla descarga abateu-o.

Jaromir Hladik morreu a vinte e nove de Março, às nove e dois minutos da manhã.

Três versões de Judas

There seemed a certainty in degradation.

T. E. Lawrence,
Seven Pillars of Wisdom, CIII

Na Ásia Menor ou em Alexandria, no segundo século da nossa era, quando Basilides publicava que o cosmos era uma temerária ou maldita improvisação de anjos deficientes, Nils Runeberg teria dirigido, com singular paixão intelectual, uma das muitas seitas gnósticas. Dante ter-lhe-ia destinado, talvez, um sepulcro de fogo; o seu nome aumentaria os catálogos de heresiarcas menores, no meio de Satornilo e Carpócrates; um ou outro fragmento das suas prédicas, enfeitado de injúrias, perduraria no apócrifo *Liber adversus omnes haereses* ou teria perecido quando o incêndio de uma biblioteca monástica devorou o último exemplar do *Syntagma*. Em contrapartida, Deus concedeu-lhe o século XX e a cidade universitária de Lund. Aí, em 1904, publicou a primeira edição de *Kristus och Judas*; aí, em 1909, o seu livro capital *Den hemlige Frölsaren*. (Do último há versão alemã, executada em 1912 por Emil Schering; chama-se *Der heimliche Heiland*.) Antes de tentar uma análise dos citados trabalhos, deve-se repetir que Nils Runeberg, membro da União Evangélica Nacional, era profundamente religioso. Num cenáculo de Paris ou mesmo de Buenos Aires, um literato podia muito bem redescobrir as teses de Runeberg; estas teses, propostas num cenáculo, seriam ligeiros exercícios inúteis da negligência ou da blasfêmia. Para Runeberg, foram a chave que decifra um mistério central da teologia: foram matéria de meditação e de análise, de controvérsia histórica e filológica, de orgulho, de júbilo e de terror. Justificaram e arruinaram a sua vida. Quem percorrer este artigo, tem igualmente de considerar que ele se limita a registar as conclusões de Runeberg, e não a sua dialéctica e as suas provas. Alguém irá observar que a conclusão antecedeu sem dúvida as provas.

Quem se resigna a procurar provas de uma coisa não acreditada por ele ou cuja prédica não lhe importe?

A primeira edição de *Kristus och Judas* traz esta categórica epígrafe, cujo sentido, anos depois, monstruosamente dilatária o próprio Nils Runeberg: «São uma coisa, mas todas as coisas que a tradição atribui a Judas Iscariotes são falsas» (Thomas de Quincey, 1857). Antecedido por algum alemão, Quincey especulou que Judas entregou Jesus Cristo para o forçar a declarar a sua divindade e a atear uma vasta rebelião contra o jugo de Roma; Runeberg sugere uma reabilitação de índole metafísica. Habilmente, começa por destacar a superfluidade do acto de Judas. Observa (como Robertson) que para identificar um mestre que diariamente pregava na sinagoga e que operava milagres perante o concurso de milhares de homens, não é precisa a traição de um apóstolo. No entanto, isso aconteceu. Supor um erro na Escritura é intolerável; não menos intolerável é admitir um facto casual no mais precioso acontecimento da história do mundo. Ergo, a traição de Judas não foi casual; foi um feito predeterminado que tem o seu lugar misterioso na economia da redenção. Prossegue Runeberg: «O Verbo, quando foi feito carne, passou da ubiquidade ao espaço, da eternidade à história, da felicidade sem limites à mutação e à morte; para corresponder a tal sacrifício, era necessário que um homem, em representação de todos os homens, fizesse um sacrifício condigno. Judas Iscariotes foi esse homem. Judas, único entre os apóstolos, intuiu a secreta divindade e o terrível propósito de Jesus. O Verbo tinha-se rebaixado à condição de mortal; Judas, discípulo do Verbo, podia rebaixar-se à condição de delator (o pior crime que a infâmia suporta) e a ser hóspede do togo que não se apaga. A ordem inferior é um espelho da ordem superior; as formas da Terra correspondem às formas do Céu; as manchas da pele são um mapa das incorruptíveis constelações; Judas reflecte de qualquer modo Jesus. Daí os trinta dinheiros e o beijo; daí a morte voluntária, para merecer ainda mais a Reprovação.» Assim esclareceu Nils Runeberg o enigma de Judas.

Os teólogos de todas as confissões refutaram-no. Lars Peter Enstroem acusou-o de ignorar, ou de preterir, a união hipostática; Axel Borelius, de renovar a heresia dos docetas, que negaram a humanidade de Jesus; o incisivo bispo de Lund, de contradizer o terceiro versículo do capítulo vinte e dois do evangelho de São Lucas.

Estes variados anátemas tiveram influência sobre Runeberg, que parcialmente reescreveu o reprovado livro e modificou a sua doutrina. Abandonou aos seus adversários o terreno teológico e propôs oblíquas razões de ordem moral. Admitiu que Jesus, que dispunha dos consideráveis recursos que a Onnipotência pode oferecer, não precisava de um homem para redimir todos os homens. Rebateu a seguir quem afirma que nada sabemos do inexplicável traidor; «nós sabemos», disse ele, «que foi um dos apóstolos, um dos eleitos para anunciar o reino dos céus, para curar doentes, para limpar leprosos, para ressuscitar mortos e para expulsar demónios» (Mateus 10: 7-8; Lucas 9). Um homem a quem distinguiu assim o Redentor merece de nós a melhor interpretação dos seus actos. Imputar o seu crime à cobiça (como o fizeram alguns, alegando com João 2: 6) é resignar-se ao móbil mais torpe. Nils Runeberg propõe o móbil contrário: um hiperbólico e até ilimitado ascetismo. O asceta, para maior glória de Deus, envilece e mortifica a carne; Judas fez o mesmo com o espírito. Renunciou à honra, ao bem, à paz, ao reino dos céus, tal como outros, menos heroicamente, ao prazer(1). Premeditou com terrível lucidez as suas culpas. No adultério costumam participar a ternura e a abnegação; no homicídio, a coragem; nas profanações e na blasfêmia, certo fulgor satânico. Judas escolheu as culpas não visitadas por nenhuma virtude: o abuso de confiança (João 2: 6) e a delação. Actuou com gigantesca humildade, julgou-se indigno de ser bom. Paulo escreveu: «Que quem se glorifica, se glorifique com o Senhor» (I, Coríntios 1: 31); Judas procurou o Inferno, porque Lhe bastava a felicidade do Senhor. Pensou que a felicidade, como o bem, é um atributo divino e que não devem usurpá-lo os homens(2).

Muitos descobriram, *post factum*, que nos justificáveis começos de Runeberg está o seu extravagante fim e que *Den hemlige Trülsaren* é uma simples perversão ou exasperação de *Kristus och Judas*.

*1. Borelius pergunta com escárnio: «Porque não renunciou a renunciar? Porque não a renunciar a renunciar?»

2. Euclides da Cunha, num livro ignorado por Runeberg, anota que para o heresiarca de Canudos, Antônio Conselheiro, a virtude era uma quase impiedade. O leitor argentino recordar-se-á de passagens análogas na obra de Almafuerde. Runeberg publicou, na folha simbólica *Sju Insegel*, um diligente *Kristus och Judas*.

Em fins de 1907, Runeberg terminou e reviu o texto manuscrito; quase dois anos decorreram sem que o entregasse à estampa. Em Outubro de 1909, o livro apareceu com um prólogo (frouxo até ao enigmático) do hebraísta dinamarquês Erik Erfjord e com esta pérfida epígrafe: «no mundo estava e o mundo foi feito por Ele, e o mundo não O conheceu» (João 1:10). O argumento geral não é complexo, embora a conclusão seja monstruosa. Deus, argumenta Nils Runeberg, rebaixou-se a ser homem para redenção do género humano; pode-se conjecturar que foi perfeito o sacrifício operado por ele, não invalidado ou atenuado por omissões. Limitar o que padeceu à agonia de uma tarde na cruz é blasfemo⁽³⁾. Afirmar que foi homem e que foi incapaz de pecado contém uma contradição; os atributos de *impeccabilitas* e de *humanitas* não são compatíveis. Kemnitz admite que o Redentor pode ter sentido cansaço, frio, perturbação, fome e sede; também se deve admitir que pôde pecar e perder-se. O famoso texto: Brotará como raiz da terra sedenta; não há bom parecer nEle, nem formosura; desprezado e o último dos homens; varão de dores, experimentado em aflições (Isaías 53: 2-3), é para muitos uma previsão do crucificado, na hora da sua morte; para alguns (por exemplo, Hans Lassen Martensen), uma refutação da formosura que o consenso vulgar atribui a Cristo; para Runeberg, trata-se da pontual profecia não de um momento mas de todo o atroz porvir, no tempo e na eternidade, do Verbo feito carne. Deus fez-se homem totalmente, mas poema descritivo, *A Água Secreta*; as primeiras estrofes narram os factos de um dia tumultuoso; as últimas, o achado de uma lagoa glacial; o poeta sugere que o perdurar dessa água silenciosa corrige a nossa inútil violência e de certo modo a permite e absolve. O poema conclui-se assim: «A água da selva é feliz; podemos ser malvados e dolorosos.»

*3. Maurice Abramowicz observa: «Jesus, d'après ce scandinave, a toujours le beau rôle; ses déboires, grâce à la science des typographes, jouissent d'une réputation polyglotte; sa résidence de trente-trois ans parmi les humains ne fut, en somme qu'une villégiature.» Erfjord, no terceiro apêndice da *Chrislelige Dogmatik*, refuta esta passagem. Anota que a crucificação de Deus não cessou porque o sucedido uma única vez no tempo se repete sem tréguas na eternidade. Judas, agora, continua a receber as moedas de prata; continua a beijar Jesus Cristo; continua a lançar ao chão as moedas de prata no templo; continua a fazer o laço da corda no campo de sangue. (Erfjord, para justificar esta afirmação, invoca o último capítulo do primeiro tomo da *Defesa da Eternidade*, de Jaromir Hladik.)

Homem até à infâmia, homem até á reprovação e ao abismo. Para nos salvar, podia ter escolhido qualquer dos destinos que tecem a perplexa rede da história; podia ter sido Alexandre ou Pitágoras ou Rurik ou Jesus; escolheu um ínfimo destino: foi Judas.

Em vão propuseram esta revelação as livrarias de Estocolmo e de Lund. Os incrédulos consideraram-na, a priori, um insípido e laborioso jogo teológico; os teólogos desdenharam-na. Runeberg intuiu nesta indiferença ecuménica uma quase milagrosa confirmação. Era Deus que ordenava essa indiferença; Deus não queria que se propalasse na Terra o Seu terrível segredo. Runeberg compreendeu que ainda não chegara a hora. Sentiu que estavam convergindo sobre ele antigas maldições divinas; recordou-se de Elias e de Moisés, que na montanha taparam a cara para não verem Deus; de Isaías, que se aterrou quando os seus olhos viram Aquele cuja glória enche a terra; de Saul, cujos olhos ficaram cegos na estrada de Damasco; do rabino Simeão ben Azaí, que viu o Paraíso e morreu; do famoso feiticeiro João de Viterbo, que enlouqueceu quando pôde ver a Trindade; dos Midrashim, que abominam dos ímpios que pronunciam o Shem Hamephorash, o Secreto Nome de Deus. Não era ele, porventura, culpado desse crime obscuro? Não seria essa a blasfêmia contra o Espírito, a que não será perdoada? (Mateus 12: 31). Valerio Sorano morreu por ter divulgado o oculto nome de Roma; que infinito castigo seria o seu, por ter descoberto e divulgado u horrível nome de Deus?

Ébrio de insónia e de vertiginosa dialéctica, Nils Runeberg vagueou pelas ruas de Malmö, rogando às vezes que lhe fosse deparada a graça de compartilhar com o Redentor o Inferno.

Morreu da rotura de um aneurisma, no dia primeiro de Março de 1912. Os heresiólogos talvez o recordem; acrescentou ao conceito do Filho, que parecia esgotado, as complexidades do mal e do infortúnio.

O fim

Recabarren, deitado, entreabriu os olhos e viu o oblíquo tecto raso de junco. Do outro quarto chegava-lhe um rasgado de viola, uma espécie de paupérrimolabirinto que se enredava e se soltava infinitamente... Recuperou pouco a pouco a realidade, as coisas quotidianas que já nunca mais trocaria por outras. Olhou sem pena o seu grande corpo inútil, o poncho de lã ordinária que lhe envolvia as pernas. Lá fora, para lá das grades da janela, dilatavam-se a planície e a tarde; tinha dormido, mas ainda restava muita luz no céu. Com o braço esquerdo tacteou até dar com uma sineta de bronze que havia ao pé do catre. Uma ou duas vezes a agitou; ao outro lado da porta continuavam a chegar-lhe os modestos acordes. O executor era um negro que aparecera uma noite com pretensões a cantor e que desafiara outro forasteiro para uma longa desgarrada ao desafio. Vencido, continuava a frequentar a taberna, como que à espera de alguém. Passava as horas com a viola, mas nunca mais tornara a cantar; porventura muito Lhe tinha amargado. As gentes dali já se tinham habituado a este homem inofensivo. Recabarren, dono da taberna, nunca esqueceria essa desgarrada; no dia seguinte, ao enfardar uns molhos de erva-mate, morrera-Lhe bruscamente o lado direito e perdera a fala. À força de nos apiedarmos das desditas dos heróis dos romances acabamos por nos apiedarmos com excesso das nossas; assim não aconteceu com o resignado Recabarren, que aceitou a paralisia como antes havia aceitado o rigor e as solidões da América. Habitado a viver no presente, como os animais, agora fitava o céu e pensava que a auréola vermelha da Lua era sinal de chuva.

Um rapazito de traços índios (seu filho, talvez) entreabriu a porta. Recabarren perguntou-lhe com os olhos se havia algum freguês. O miúdo, taciturno, disse-lhe por sinais que não: o negro não contava. O homem prostrado ficou sozinho; a sua mão esquerda brincou um pouco com a sineta, como se exercesse um poder.

A planície, sob o último sol, era quase abstracta, como que vista num sonho. Agitou-se um ponto no horizonte e cresceu até ser um cavaleiro, que vinha, ou parecia vir, para casa. Recabarren viu o chapéu de aba larga, o comprido poncho escuro, o cavalo preto, mas não a cara do homem que, por fim, refreou o galope e se foi aproximando a trote. A umas duzentas varas, fez uma curva. Recabarren não o viu mais, mas ouviu-o falar, appear-se, amarrar o cavalo ao palanque e entrar com passo firme na taberna.

Sem erguer os olhos do instrumento, onde parecia procurar alguma coisa, o negro disse com doçura:

- Eu já sabia, senhor, que podia contar consigo.

O outro, com voz áspera, replicou:

- E eu contigo, moreno. Fiz-te esperar uma data de dias, mas cá vim parar.

Houve um silêncio. Por fim o negro respondeu:

- Estou-me acostumando a esperar. Esperei sete anos. E o outro explicou sem pressas:

- Mais de sete anos passei eu sem ver os meus filhos.

Encontrei-os naquele dia e não quis mostrar-me como homem que anda para aí às punhaladas.

- Já percebi - disse o negro. - Espero que os tenha deixado com saúde.

O forasteiro, que se sentara no balcão, riu-se com vontade.

Pediu uma aguardente e provou-a sem a acabar.

- Dei-lhes bons conselhos - declarou -, que nunca são de mais e não custam nada. Disse-lhes, entre outras coisas, que o homem não deve derramar o sangue do homem.

Um lento acorde precedeu a resposta do negro:

- Fez bem. Assim não vão ficar parecidos conosco.

- Pelo menos comigo - disse o forasteiro, e acrescentou como se pensasse em voz alta: - O meu destino quis que eu matasse e agora, outra vez, põe-me a faca na mão.

O negro, como se não o ouvisse, observou:

- Com o Outono vão minguando os dias.

- A luz que resta basta-me - replicou o outro, pondo-se de pé.

Pôs-se mesmo à frente do negro e disse-lhe com ar cansado:

- Deixa em paz a viola, que hoje te espera outra espécie de desgarrada.

Os dois encaminharam-se para a porta. O negro, ao sair, murmurou:

- Talvez esta me corra tão mal como a primeira.

O outro respondeu com seriedade:

- A primeira não te correu mal. O que se passou é que andavas desejoso de chegar à segunda.

Afastaram-se um bocado das casas, caminhando lado a lado. Um lugar da planície era igual a outro e a Lua resplandecia. De repente fitaram-se, detiveram-se e o forasteiro tirou as esporas. Já estavam com o poncho no antebraço, quando o negro disse:

- Uma coisa quero pedir-lhe antes de começarmos. Que neste combate ponha toda a sua coragem e toda a sua manha, como naquele outro de há sete anos, quando matou o meu irmão.

Se calhar pela primeira vez em todo o seu diálogo, Martín Fierro ouviu o ódio. O seu sangue sentiu-o como um agulhão. Atiraram-se um ao outro e o aço afiado tocou e marcou a cara do negro.

Há uma hora da tarde em que a planície está presente a dizer qualquer coisa; nunca a diz ou talvez a diga infinitamente e nós não a entendemos, ou entendemos mas é intraduzível como uma música... Do seu catre, Recabarren viu o fim. Uma investida e o negro recuou, perdeu o pé, ameaçou uma facada à cara e esticou-se numa punhalada profunda, que penetrou no ventre. Depois veio outra que o taberneiro não conseguiu precisar e Fierro não se levantou. Imóvel, o negro parecia vigiar a sua dolorosa agonia. Limpou o facão ensanguentado na erva e voltou às casas com lentidão, sem olhar para trás. Cumprida a sua tarefa de justiceiro, agora não era ninguém. Melhor dizendo, era o outro: não tinha destino na Terra e matara um homem.

A seita da Fénix

Quem escreve que a seita da Fénix teve a sua origem em Heliópolis, e a faz derivar da restauração religiosa que sucedeu à morte do reformador Amenófis IV, alega textos de Heródoto, de Tácito e dos monumentos egípcios, mas ignora, ou pretende ignorar, que a denominação pela Fénix não é anterior a Hrabano Mauro e que as fontes mais antigas (as Saturnais ou Flávio Josefo, digamos) só falam da Gente do Costume ou da Gente do Segredo. Já Gregorovius observou, no ambiente das seitas de Ferrara, que a menção da Fénix era raríssima na linguagem oral; em Genebra lidei com artesãos que não me compreenderam quando inquiri se eram homens da Fénix, mas que admitiram, acto contínuo, que eram homens do Segredo. Se não me engano, igual coisa acontece com os budistas; o nome pelo qual os conhecem no mundo não é o que eles pronunciam.

Miklosich, numa página demasiado famosa, equiparou os sectários da Fénix aos ciganos. No Chile e na Hungria existem ciganos e também existem sectários; fora dessa espécie de ubiquidade, pouquíssimo têm em comum uns e outros. Os ciganos são vendedores de gado, caldeireiros, ferreiros e leitores da sina; os sectários costumam exercer afortunadamente as profissões liberais. Os ciganos configuram um tipo físico e falam, ou falavam, uma língua secreta; os sectários confundem-se com os outros e a prova é que não sofreram perseguições. Os ciganos são pitorescos e inspiram os maus poetas; os romances, as estampas e os boleros omitem os sectários... Martin Buber declara que os judeus são essencialmente patéticos; nem todos os sectários o são e alguns abominam o patetismo; esta verdade pública e notória basta para refutar o erro vulgar (absurdamente defendido por Urmann) que vê na Fénix uma derivação de Israel. As pessoas mais ou menos discorrem assim: Urmann era um homem sensível;

Urmann era judeu; Urmann frequentou os sectários na judiaria de Praga; a afinidade que Urmann sentiu prova um facto real. Sinceramente, não posso concordar com esta opinião. Que os sectários num meio judaico se pareçam com os judeus não prova nada; o inegável é que se parecem, como o infinito Shakespeare de Hazlitt, com todos os homens do mundo. São tudo para todos, corzio o Apóstolo; há uns dias o doutor Juan Francisco Amaro, de Paysandú, ponderou a facilidade com que se acrioulavam.

Já disse que a história da seita não regista perseguições. Isto é verdade mas como não há grupo humano em que não figurem partidários da Fénix, também é certo que não há perseguição ou rigor que estes não tenham sofrido e executado. Nas guerras ocidentais e nas remotas guerras da Ásia têm vertido o seu sangue secularmente, sob bandeiras inimigas; de pouquíssimo Lhes vale identificarem-se com todas as nações do globo.

Sem um livro sagrado que os congregue como a Escritura para Israel, sem uma memória comum, sem essa outra memória que é uma língua, espalhados pela face da Terra, diversos de cor e de feições, uma só coisa - o Segredo - os une e unirá até ao fim dos dias. Uma ou outra vez, além do Segredo houve uma lenda (e talvez um mito cosmogónico); mas os superficiais homens da Fénix esqueceram-na e hoje em dia só conservam a obscura tradição de um castigo. De um castigo, de um pacto ou de um privilégio, porque as versões diferem e mal deixam entrever a sentença de um Deus que assegura a uma estirpe a eternidade, se os seus homens, geração após geração, executarem um rito. Consultei os relatórios dos viajantes, conversei com patriarcas e teólogos; pude dar fé de que o cumprimento do rito é a única prática religiosa que praticam os seus sectários. O rito constitui o Segredo. Este, como já indiquei, transmite-se de geração em geração, mas o uso não quer que as mães o ensinem aos filhos, nem sequer os sacerdotes; a iniciação no mistério é tarefa dos indivíduos mais baixos. São um escravo, um leproso ou um mendigo que fazem de mistagogos. Até uma criança pode doutrinar outra criança. O acto em si é trivial, momentâneo e não requer descrição. Os materiais são a cortiça, a cera e a goma arábica. (Na liturgia fala-se de barro; este também se costuma usar.) Não há templos dedicados especialmente à celebração deste culto, mas uma ruína, uma cave ou um saguão são julgados lugares propícios.

O Segredo é sagrado mas não deixa de ser um tanto ridículo; o seu exercício é furtivo e até clandestino e os adeptos não falam dele. Não há palavras decentes para o nomear, mas entende-se que todas as palavras o nomeiam ou, dizendo de outra forma, que inevitavelmente lhe fazem alusão, e assim, no diálogo, eu disse uma coisa qualquer e os adeptos sorriram ou ficaram com um certo mal-estar, porque sentiram que eu tinha tocado o Segredo. Nas literaturas germânicas há poemas escritos por membros da seita, cujo assunto nominal é o mar ou o crepúsculo da noite; de certo modo, são símbolos do Segredo, como oiço repetir. *Orbis terrarum est speculum Ludi*, reza um adágio apócrifo que Du Cange registou no seu Glossário. Uma espécie de horror sagrado impede a alguns fiéis a execução do simplicíssimo rito: os outros desprezam-nos, mas eles desprezam-se ainda mais. Em contrapartida, goza de muito crédito quem deliberadamente renuncia ao Costume e consegue um trato directo com a divindade; estes, para manifestarem esse trato, fazem-no com figuras da liturgia, e assim escreveu John of the Rood:

«Saibam os Nove Firmamentos que o Deus É perecível como a Cortiça e o Lodo.»

Mereci em três continentes a amizade de muitos devotos da Fénis; consta-me que o segredo, ao princípio, lhes pareceu frívolo, penoso, vulgar e (o que ainda é mais estranho) incrível. Não queriam admitir que os seus pais se tivessem rebaixado a tais manejos. O esquisito é que o Segredo não se tenha perdido há muito tempo; apesar das vicissitudes do globo, a despeito das guerras e dos êxodos, chega, tremendamente, a todos os fiéis. Alguém não hesitou em afirmar que já é instintivo.

O Sul

O homem que desembarcou em Buenos Aires em 1871 chamava-se Johannes Dahlmann e era pastor da igreja evangélica; em 1939, um dos seus netos, Juan Dahlmann, era secretário de uma biblioteca municipal na calle Córdoba e sentia-se profundamente argentino. O seu avô materno fora aquele Francisco Flores, do 2 de infantaria de linha, que morreu na fronteira de Buenos Aires, lanceado pelos índios de Catriel; na discórdia das suas duas linhagens, Juan Dahlmann (talvez por impulso do sangue germânico) escolheu a deste antepassado romântico, ou de morte romântica. Um estojo com o daguerreótipo de um homem inexpressivo e barbudo, uma velha espada, a graça e a coragem de certas músicas, o hábito das estrofes do Martin Fierro, os anos, a modorra e a solidão, fomentaram este crioulisto um tanto voluntário, mas nunca ostensivo. A causa de algumas privações, Dahlmann conseguira salvar o casal de uma quinta no Sul, que foi dos Flores; um dos costumes da sua memória era a imagem dos eucaliptos balsâmicos e da longa casa rosada que outrora fora carmesim. As tarefas e se calhar a indolência retinham-no na cidade. Verão após Verão contentava-se com a ideia abstracta da posse e com a certeza de que a sua casa estava à sua espera, num sítio preciso da planície. Nos últimos dias de Fevereiro de 1939, algo lhe aconteceu.

Cego às culpas, o destino pode ser impiedoso com as mínimas distrações. Dahlmann conseguira, nessa tarde, um exemplar desirmanado das Mil e Uma Noites de Weil: ávido de examinar este achado, não esperou que descesse o elevador e subiu à pressa as escadas; uma coisa na escuridão roçou-lhe a cara, um morcego, um pássaro? Na cara da mulher que lhe abriu a porta viu gravado o horror, e a mão que passou pela fronte saiu vermelha de sangue. Devia ter sido a aresta de um batente pintado de fresco que lhe fizera a ferida.

Dahlmann conseguiu dormir, mas de madrugada estava acordado e a partir dessa hora o sabor de todas as coisas foi atroz. A febre consumiu-o e as ilustrações das Mil e Uma Noites serviram para decorar pesadelos. Amigos e parentes visitavam-no e com exagerados sorrisos repetiam-Lhe que o achavam muito bem. Dahlmann ouvia-os com uma espécie de débil estupefacção e espantava-o que não soubessem que ele estava no inferno. Oito dias passaram, como oito séculos. Uma tarde, o médico habitual apresentou-se com um médico novo e conduziram-no a uma clínica da calle Ecuador, porque era indispensável tirar-lhe uma radiografia. Dahlmann, no carro de praça que os levou, pensou que num quarto que não fosse o seu poderia finalmente dormir. Sentiu-se feliz e conversador; quando chegou, despiram-no, raparam-lhe a cabeça, apertaram-no com correias de metal a uma camilha, iluminaram-no até à cegueira e à vertigem, auscultaram-no e um homem de máscara cravou-Lhe uma agulha no braço. Acordou com náuseas, vendado, numa cela que tinha algo de poço e, nos dias e noites que se seguiram à operação pôde compreender que apenas tinha estado, até então, num arrabalde do inferno. O gelo não deixava na sua boca o menor rasto de frescura. Nesses dias, Dahlmann minuciosamente odiou-se; odiou a sua identidade, as suas necessidades corporais, a sua humilhação, a barba que lhe eriçava a cara. Sofreu com estoicismo os tratamentos, que eram muito dolorosos, mas quando o cirurgião lhe disse que tinha estado à beira de morrer de uma septicemia, Dahlmann pôs-se a chorar, condoído do seu destino. As misérias físicas e a incessante previsão das más noites não o tinham deixado pensar numa coisa tão abstracta como a morte. Outro dia, o cirurgião disse-lhe que estava a recuperar bem e que muito em breve poderia ir convalescer para a quinta. Incrivelmente, o dia prometido chegou.

A realidade gosta das simetrias e dos leves anacronismos; Dahlmann chegara à clínica num carro de praça e agora era um carro de praça que o levava a Constitución. A primeira frescura do Outono, após a opressão do Verão, era como um símbolo natural do seu destino resgatado à morte e à febre. A cidade, às sete da manhã, não tinha perdido esse ar de casa velha que lhe infunde a noite; as ruas eram como que compridos saguões, as praças como que pátios. Dahlmann reconhecia-a com felicidade e com um princípio de vertigem;

uns segundos antes de que as registassem os seus olhos, recordava as esquinas, os cartazes, as modestas diferenças de Buenos Aires. Na luz amarela do novo dia, todas as coisas regressavam até ele.

Ninguém ignora que o Sul começa do outro lado de Rivadavia. Dahlmann costumava repetir que isso não é nenhuma convenção e que quem atravessa esta rua entra num mundo mais antigo e mais firme. Do carro procurava no meio das novas edificações a janela de grades, a aldraba, o arco da porta, o saguão, o íntimo pátio.

No hall da estação constatou que faltavam trinta minutos. Lembrou-se bruscamente que num café da calle Brasil (a poucos metros da casa de Yrigoyen) havia um enorme gato que se deixava acariciar por toda a gente, como uma divindade desdenhosa. Entrou. Ali estava o gato, a dormir. Pediu uma xícara de café, adoçou-a lentamente, provou-a (este prazer tinha-lhe sido vedado na clínica) e pensou, enquanto alisava o negro pelame, que aquele contacto era ilusório e que estavam como que separados por um vidro, porque o homem vive no tempo, na sucessão, e o mágico animal na actualidade, na eternidade do instante.

Ao longo da penúltima linha o comboio esperava. Dahlmann percorreu os compartimentos e deu com um quase vazio. Acomodou na rede a mala; quando os vagões arrancaram, abriu-a e tirou, após alguma hesitação, o primeiro tomo das Mil e Uma Noites. Viajar com este livro, tão vinculado à história da sua infelicidade, era uma afirmação de que essa infelicidade havia sido anulada e um desafio alegre e secreto às frustradas forças do mal.

Dos dois lados do comboio, a cidade decompunha-se em subúrbios; esta visão e a seguir a dos jardins e quintas demoraram o princípio da leitura. A verdade é que Dahlmann leu pouco; a montanha de pedra íman e o génio que jurou matar o seu benfeitor, quem o nega?, eram maravilhosos, mas não muito mais que a manhã e que o facto de existir. A felicidade distraía-o de Xerezade e dos seus milagres supérfluos; Dahlmann fechava o livro e deixava-se simplesmente viver.

O almoço (com o caldo servido em tigelas de metal reluzente, como nas já longínquas férias da infância) foi outro gozo tranquilo e agradecido.

«Amanhã vou acordar na quinta», pensava, e era como se ao mesmo tempo fosse dois homens:

o que avançava pelo dia outonal e pela geografia da pátria, e o outro, encarcerado numa clínica e sujeito a metódicas servidões. Viu casas de tijolo por rebocar, esquinadas e compridas, infinitamente vendo passar os comboios; viu cavaleiros por terrosos caminhos; viu regueiras e lagunas e fazendas; viu compridas nuvens luminosas que pareciam de mármore, e todas estas coisas eram casuais, como sonhos da planície. Também julgou reconhecer árvores e campos semeados que não poderia nomear, porque o seu directo conhecimento do campo era bastante inferior ao seu conhecimento nostálgico e literário.

Uma ou outra vez adormeceu e nos seus sonhos estava o ímpeto do comboio. Já o branco sol intolerável das doze horas do dia era o sol amarelo que antecede o anoitecer e não tardaria a ser vermelho. Também a carruagem era diferente; não era a que fora em Constitución, ao sair da gare: a planície e as horas tinham-no atravessado e transfigurado. Lá fora a móvel sombra do comboio alongava-se para o horizonte. Não perturbavam a terra elementar nem populações nem outros sinais humanos. Tudo era vasto, mas ao mesmo tempo era íntimo, e de certa maneira secreto. No desmesurado campo, às vezes não havia outra coisa além de um touro. A solidão era perfeita e talvez mesmo hostil, e Dahlmann pôde suspeitar que viajava para o passado e não só para o Sul. Desta conjectura fantástica veio distraí-lo o revisor, que ao ver o seu bilhete o avisou de que o comboio não o deixaria na estação de sempre mas sim noutra, um pouco anterior e mal conhecida por Dahlmann. (O homem acrescentou uma explicação que Dahlmann não tentou compreender nem sequer ouvir, porque o mecanismo dos factos não lhe importava.)

O comboio fatigadamente deteve-se, quase no meio do campo. Do outro lado das linhas ficava a estação, que era pouco mais que uma gare com um alpendre. Não tinham nenhum veículo, mas o chefe opinou que talvez conseguisse arranjar um numa loja que Lhe indicou a pouco mais de um quilómetro.

Dahlmann aceitou a caminhada como uma pequena aventura. Já se tinha escondido o sol, mas um esplendor final exaltava a viva e silenciosa planície, antes que a apagasse a noite. Menos para não se cansar do que para fazer durar essas coisas, Dahlmann caminhava devagar, aspirando com grave felicidade o odor do trevo.

A venda já tinha sido outrora vermelha berrante, mas os anos haviam atenuado para seu bem essa cor violenta. Havia qualquer coisa naquela pobre arquitetura que lhe fez lembrar uma gravura de aço, se calhar de uma velha edição de Paulo e Virgínia. Amarrados ao palanque havia uns cavalos. Dahlmann, lá dentro, julgou reconhecer o dono; a seguir compreendeu que o tinha enganado a sua parecença com um dos empregados da clínica. O homem, ouvido o caso, disse que Lhe mandaria aparelhar a jardineira; para acrescentar outro facto àquele dia e para preencher o tempo de espera, Dahlmann resolveu comer na venda.

Numa mesa comiam e bebiam ruidosamente uns rapagões, em que Dahlmann, ao princípio, não reparou. No chão, encostado ao balcão, acocorava-se, imóvel como uma coisa, um homem muito velho. Os muitos anos haviam-no reduzido e polido como fazem as águas a uma pedra ou as gerações dos homens a um provérbio. Era escuro, pequeno e ressequido, e estava como que fora do tempo, numa eternidade. Dahlmann registou com satisfação a vincha, a cinta a prender-lhe os cabelos, bem como o poncho de baeta, o longo chiripá e a bota de potro e disse para consigo, rememorando inúteis discussões com gente dos lados do Norte ou com entre-rianos, que gaúchos destes já não os há mais senão no Sul.

Dahlmann instalou-se junto da janela. A escuridão foi caindo sobre o campo, mas o seu odor e os seus rumores ainda lhe chegavam por entre as grades de ferro. O patrão trouxe-Lhe sardinhas e depois carne assada; Dahlmann empurrou-as com uns copos de vinho tinto. Ocioso, saboreava u áspero gosto e deixava vaguear os olhos pelo local, já um tanto sonolentos. O candeeiro de querosene pendia de uma das traves; os clientes da outra mesa eram três: dois deles pareciam jornaleiros de granja; o outro, de sombrias feições vagamente de índio, bebia de chapéu na cabeça. Dahlmann, de repente, sentiu um leve roçar na cara. Junto do copo ordinário de vidro turvo, sobre uma das riscas da toalha, havia uma bolinha de miolo de pão. Era só isso, mas alguém Lha tinha atirado.

Os da outra mesa pareciam alheios à sua presença. Dahlmann, perplexo, decidiu que não tinha acontecido nada e abriu o volume das Mil e Uma Noites, como que para tapar a realidade. Atingiu-o outra bolinha daí a poucos minutos, e desta vez os jornaleiros riram-se.

Dahlmann disse para consigo que não estava assustado, mas que seria um disparate que ele, um convalescente, se deixasse arrastar por desconhecidos para uma briga confusa. Resolveu sair; já estava de pé quando o patrão se aproximou e o exortou com voz alarmada:

- Senhor Dahlmann, não ligue a esses moços, que já estão meio alegres.

Dahlmann não estranhou que o outro, agora, o reconhecesse, mas sentiu que estas palavras conciliadoras, de facto, agravavam a situação. Antes, a provocação dos jornaleiros fora feita a uma cara accidental, quase a ninguém; agora ia contra ele e contra o seu nome e viriam a sabê-lo os vizinhos.

Dahlmann desviou o patrão, enfrentou os rapazes e perguntou-lhes o que é que eles queriam.

O brigante de cara índia levantou-se, cambaleando. A um passo de Juan Dahlmann, injuriou-o aos gritos, como se estivesse muito longe. Brincava a exagerar a sua bebedeira e este exagero era uma ferocidade e um escárnio. Entre palavrões de ameaça e obscenidades, atirou ao ar uma comprida navalha, seguiu-a com os olhos, apanhou-a, e convidou Dahlmann a lutar. O patrão objectou com trémula voz que Dahlmann estava desarmado. Nesta altura, aconteceu uma coisa imprevisível.

De um canto, o velho gaúcho estático, em que Dahlmann vira um símbolo do Sul (do Sul que era o seu), atirou-lhe um punhal desembainhado que veio cair aos seus pés. Era como se o Sul vivesse resolvido que Dahlmann devia aceitar o duelo.

Dahlmann inclinou-se para apanhar o punhal e sentiu duas coisas. A primeira, que esse acto quase instintivo o comprometia a combater. A segunda, que a arma, na sua mão desajeitada, não serviria para o defender, mas para justificar que o matassem. Uma ou outra vez tinha brincado com um punhal, como todos os homens, mas a sua esgrima não passava de uma noção de que os golpes devem ir para cima e com o fio da lâmina para dentro. «Nunca teriam permitido na clínica que me acontecessem coisas destas», pensou.

- Vamos sair - disse o outro.

Saíram, e se em Dahlmann não havia esperança, também não havia temor. Ao atravessar o umbral, sentiu que morrer num combate à navalha, a céu aberto e atacando, teria sido uma libertação para ele, uma felicidade e uma festa,

na primeira noite da clínica, quando lhe cravaram a agulha. Sentiu que se ele, então, tivesse podido escolher ou sonhar a sua morte, era esta a morte que teria escolhido ou sonhado. Dahlmann empunha com firmeza a navalha, que porventura nem saberá manejar, e sai para a planície.

NOTA BIOBIBLIOGRÁFICA

JORGE LÚIS BORGES nasceu em Buenos Aires em 1899 e morreu em Genebra em 1986. De família abastada, estudou em Buenos Aires e em Genebra e, entre 1919 e 1921, residiu em Madrid, onde contactou com os ultraístas que influenciaram a sua obra. De regresso a Buenos Aires, fundou as revistas *Prisma* e, com Macedonio Fernández, *Proa* (1922). Nestas revistas publicou grande parte da sua obra poética de vanguarda.

Cego desde 1955, casou-se com María Kodama, companheira dos seus últimos anos, que permaneceu junto dele até ao dia da sua morte.

As suas primeiras obras foram de poesia: *Fervor de Buenos Aires* (1923), *Luna de enfrente* (1925), *Cuaderno de San Martín* (1929), *El hacedor*, combinação de textos poéticos e em prosa, que inclui um dos seus textos mais citados: *Borges y yo* (1960), *El otro, el mismo* (1964), *Elogio de la sombra* (1969), *El oro de los tigres* (1972), *La cifra* (1981), *Los conjurados* (1985); Dos seus ensaios, citamos: *Inquisiciones* (1925), *El idioma de los argentinos* (1928), *Evaristo Carriego* (1930), *Historia de la eternidad* (1936), *Nueva refutación del tiempo* (1947), *Otras Inquisiciones* (1952), *Nueve ensayos dantescos* (1982).

Na narrativa, destacam-se: *Historia universal de la infamia* (1935), *El jardín de los senderos que se bifurcan* (1941), *Ficciones* (1944), *El aleph* (1949), *El informe de Brodie* (1970), *El libro de arena* (1975), *Rosa y Azul* (1977).

Numa linguagem rigorosa, as suas narrativas, fascinantes pela multiplicidade de planos em que se desenvolvem, apoiam-se na exactidão dos dados para conferir verosimilhança ao fantástico.

Embora nunca tenha recebido o Prémio Nobel da literatura, Borges foi um dos escritores mais galardoados da história. Entre outros prémios, recebeu: Prémio Internacional dos Editores (1961) juntamente com Samuel Beckett, Prémio Interamericano de Literatura (1970), distinção literária máxima no Brasil, Prémio Cervantes de Literatura (1979), Prémio Xollin Yólitzi (mexicano) (1983). Nesse ano, recebeu a Legião de Honra francesa e a Grã-Cruz de Afonso X, o Sábio. Borges afirmou que devia todos estes prémios aos escandinavos: eram como um desagravo que lhe faziam por não lhe outorgarem o Nobel.

Podem ler-se na língua portuguesa:

História Universal da Infâmia (Publicações Europa-América, Assírio e Alvim),

O Aleph,

O Livro de Areia (Estampa),

Os Conjurados,

O Fazedor,

Nova Antologia Pessoal (Difel),

O Relatório de Brodie (Bertrand),

Novas Inquirições (Querco),

Evaristo CarYiego (Livros do Brasil),

Museu e Outros Poemas (Fenda),

Nove Ensaios Dantescos (Presença),

Poemas Escolhidos (D. Quixote),

Borges Oral,

A Memória de Shakespeare (Vega),

Obras Completas (Círculo de Leitores).

Scannerização e Arranjo

Amadora, Novembro de 2000